

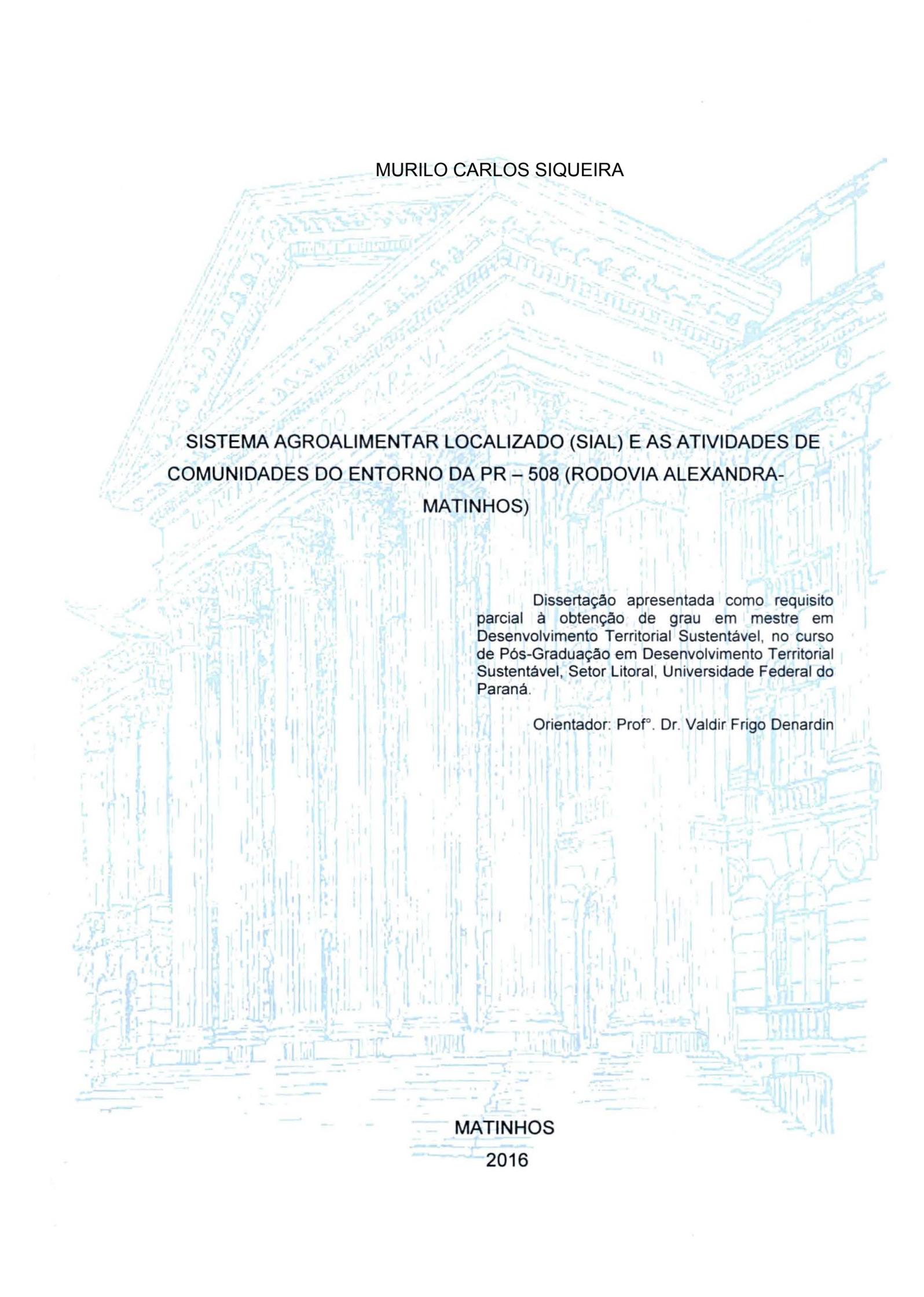
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MURILO CARLOS SIQUEIRA

SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO (SIAL) E AS ATIVIDADES DE
COMUNIDADES DO ENTORNO DA PR – 508 (RODOVIA ALEXANDRA-
MATINHOS)

MATINHOS

2016



MURILO CARLOS SIQUEIRA

**SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO (SIAL) E AS ATIVIDADES DE
COMUNIDADES DO ENTORNO DA PR – 508 (RODOVIA ALEXANDRA-
MATINHOS)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau em mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº. Dr. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Marcos Vinicius Fidencio CRB9/1811

S618 Siqueira, Murilo Carlos
Sistema agroalimentar localizado (SIAL) e as atividades de comunidades do
entorno da PR - 508 (Rodovia Alexandra-Matinhos) / Murilo Carlos Siqueira ;
orientador Valdir Frigo Denardin. – 2016.
158 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2016.

1. Sistema agroalimentar localizado. 2. Desenvolvimento rural.
3. Agroindústria. 4. Litoral do Paraná (Brasil). 5. Desenvolvimento territorial
sustentável. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em
Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 630.2745



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

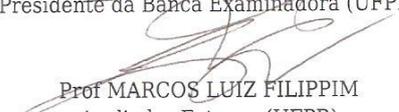
TERMO DE APROVAÇÃO

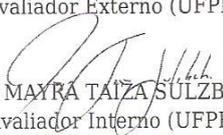
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MURILO CARLOS SIQUEIRA**, intitulada: "**SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO (SIAL) E AS ATIVIDADES DE COMUNIDADES DO ENTORNO DA PR - 508 (RODOVIA ALEXANDRA-MATINHOS)**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

APROVAÇÃO

MATINHOS, 31 de Maio de 2016.


Prof VALDIR FRIGO DENARDIN
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


Prof MARCOS LUIZ FILIPPIM
Avaliador Externo (UFPR)


Prof MAYRA TAIZA SULZBACH
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente aos produtores e produtoras de Paranaguá que cordialmente me receberam em suas propriedades e dedicaram seu tempo para essa pesquisa.

À equipe da Motirõ Sociedade Cooperativa, pela parceria que viabilizou esse trabalho.

Aos colegas do PPGDTS, não só pelos momentos de estudo e reflexão que contribuíram objetivamente com o desenvolvimento desse trabalho, mas toda interação que se tornou parte da minha formação como ser humano.

A minha família, principalmente minha irmã Amaranta e mãe Valnéria, que sempre se dedicaram em me apoiar em meus projetos.

Aos professores do PPGDTS, principalmente ao Professor Valdir, não somente pelas orientações e paciência durante o mestrado, mas pelo apoio empenhado durante toda minha vida acadêmica.

RESUMO

No contexto de preocupações ligadas ao desenvolvimento sustentável, a noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) surge como uma abordagem para estudar e promover um novo estilo de desenvolvimento territorial no meio rural. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar a existência de um SIAL no município de Paranaguá – PR, mais especificamente na região das colônias no entorno da PR – 508 (Rodovia Alexandra-Matinhos), principal acesso aos municípios balneários do Litoral do Paraná e marcado pela agricultura familiar e pecuária de subsistência. O trabalho permitiu refletir acerca das potencialidades e limitações da noção de SIAL como abordagem metodológica para observar e promover o desenvolvimento territorial considerando três categorias de análise: histórica, institucional e técnica. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante em reuniões na região e entrevistas semi-estruturadas com 14 produtores que processam sua produção em agroindústrias familiares. Mais do que responder a pergunta se existe ou não um SIAL na região, esse referencial permitiu abordar, em uma só grade de análise, vários conceitos que se relacionam ao desenvolvimento territorial sustentável, que dificilmente poderiam ser abordados sem um “fio condutor”, ou seja, um conceito que os unificassem. Através da pesquisa pode-se caracterizar um SIAL ainda em sua forma passiva, ou seja, ainda que não se possa dizer que existe um sistema produtivo consolidado, há evidências que remetem a uma articulação territorial que pode ser ativada através da abordagem de SIAL.

Palavras - chave: Sistema agroalimentar localizado; Desenvolvimento Rural; Agroindústria; Litoral do Paraná; Desenvolvimento territorial sustentável

ABSTRACT

In the context of concerns related to sustainable development, the notion of the Localized Agri-Food System (SIAL) emerges as an approach to study and promote a new style of territorial development in rural areas. The present work aims to characterize the existence of a SIAL in Paranaguá - PR, more specifically in the region of the colonies around the PR - 508 (Alexandra - Matinhos Highway), the main access to the seaside municipalities and characterized for the family farming and subsistence farming. The work allowed to reflect on the potentialities and limitations of the notion of SIAL as a methodological approach to observe and promote territorial development considering three categories of analysis: historical, institutional and technical. We used bibliographic research, documentary research, participant observation in meetings in the region and semi-structured interviews with 14 producers who process their production in family agroindustry. More than answering the question of whether or not there is a SIAL in the region, this reference allowed to approach, in a single grid of analysis, several concepts related to sustainable territorial development, which could hardly be approached without a "guiding thread", in other words, a concept that would unify them. The research can characterize a SIAL still in its passive form, that is, although it cannot be said that there is a consolidated productive system, there is evidence that refers to a territorial articulation that can be activated through the SIAL approach

Key words: Localized Agri-Food System; Rural development; Agroindustry; Paraná coast; Sustainable territorial development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- FASES DO PLANEJAMENTO DA CAMINHADA DA NATUREZA..	23
QUADRO 2	- OBSERVAÇÕES REALIZADAS DURANTE A PESQUISA.....	23
QUADRO 3	- CATEGORIAS DE ANÁLISE E MÉTODOS DA PESQUISA.....	25
QUADRO 4	- FORMAS DE PROXIMIDADE.....	52
QUADRO 5	- RELAÇÕES DAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADES COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DE SIAL.....	60
QUADRO 6	- ENFOQUE DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE E CASOS DE SIAL NO SUL DO BRASIL.....	80
QUADRO 7	- PRINCIPAIS ATIVIDADES ABANDONADAS PELOS PRODUTORES.....	102
QUADRO 8	- PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS DA REGIÃO.....	110
QUADRO 9	- PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FEIRA E DO PNAE.....	119
QUADRO 10	SISTEMATIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	138

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.....	15
FIGURA 2	– ÁREA DE ESTUDO.....	17
FIGURA 3	– LIMITE DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PNSHL.....	18
FIGURA 4	– PESSOAS RESIDENTES EM PARANAGUÁ.....	85
FIGURA 5	– MAPA DA ZONA COLONIZADA DO ESTADO DO PARANÁ EM 1892. DESTAQUE PARA AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DE PARANAGUÁ E ESTRADA DAS COLONIAS.....	92
FIGURA 6	- MAPA TOPOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ EM 1881.....	97
FIGURA 7	- AGROINDUSTRIA DE COMPOTAS.....	128
FIGURA 8	- AGROINDUSTRIA DE DERIVADOS DE CANA DE AÇUCAR...	128
FIGURA 9	- AGROINDUSTRIA DE PÃES E BOLOS.....	129
FIGURA 10	- AGROINDUSTRIA DE PÃES E BOLOS.....	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- METRAGEM APROXIMADA DAS AGROINDÚSTRIAS SEGUNDO PRODUTORES.....	82
TABELA 2	- IDADE DOS ENTREVISTADOS.....	82
TABELA 3	- COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS.....	83
TABELA 4	- COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS.....	83
TABELA 5	- QUANTIDADE DE PESSOAS OCUPADAS NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS.....	84
TABELA 6	- DISTRIBUIÇÃO DA MÃO DE OBRA EM CADA FASE DA PRODUÇÃO DAS PROPRIEDADES ENTREVISTADAS.....	84
TABELA 7	- COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NOS SETORES CENSITÁRIOS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.....	88
TABELA 8	- LOCAL DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS.....	89
TABELA 9	- MOTIVOS DE LEVARAM A MIGRAÇÃO À PARANAGUÁ.....	90
TABELA 10	- PRINCIPAIS MUDANÇAS NA REGIÃO APONTADA PELOS ENTREVISTADOS.....	100
TABELA 11	- PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO SEGUNDO ENTREVISTADOS.....	101
TABELA 12	- PRODUTOS ELECADOS COMO TÍPICOS PELOS ENTREVISTADOS.....	106
TABELA 13	- DIFERENCIAL DOS PRODUTOS SEGUNDO ENTREVISTADOS.....	107
TABELA 14	- COMO OS ENTREVISTADOS APRENDERAM A PROCESSAR SEUS PRODUTOS.....	107
TABELA 15	- DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA NA REGIÃO.....	116
TABELA 16	- DISPONIBILIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	116
TABELA 17	- USO DE CRÉDITO PELOS PRODUTORES.....	117
TABELA 18	- CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO USADOS PELOS ENTREVISTADOS.....	118
TABELA 19	- TEMPO DE EXISTÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS.....	119
TABELA 20	- ORGANIZAÇÃO DAS QUAIS OS PRODUTORES PARTICIPAM.....	122

TABELA 21	- PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE O TIPO DE INFLUÊNCIA QUE O PNSHL EXERCE SOBRE A PRODUÇÃO.....	124
TABELA 22	- EVENTOS OU FESTIVIDADES QUE OS PRODUTORES PARTICIPAM.....	126
TABELA 23	- TIPOS DE PARCERIAS ESTABELECIDAS COM PRODUTORES DA REGIÃO.....	126
TABELA 24	- PRODUTOS DAS AGROINDUSTRIAS DO ENTORNO DA PR – 501.....	127
TABELA 25	- TIPO DE ESTRUTURA DAS AGROINDUSTRIAS ENTREVISTADAS.....	127
TABELA 26	- MODIFICAÇÕES DESEJADAS PELOS PRODUTORES EM SUAS AGROINDUSTRIAS.....	129
TABELA 27	- INOVAÇÕES ELENCADAS PELOS PRODUTORES.....	129
TABELA 28	- CULTURAS LOCAIS NA PRODUÇÃO DAS AGROINDUSTRIAS...	131
TABELA 29	- PRODUTOS PROCESSADOS ABANDONADOS PELOS PRODUTORES.....	132

LISTA DE SIGLAS

AIR	- Agroindústrias Rurais
ANVISA	- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APRUMPAR	- Associação de Produtores Rurais do Município de Paranaguá
CCS	- Campos de Cima da Serra
CONDENSUS	- Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica Rural
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FENAOSTRA	- Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IG	- Indicação Geográfica
INPI	- Instituto Nacional de Propriedade Industrial
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografias e Geociências
MESA	- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSHL	- Parque Nacional Saint-Hilare Lange
PRODESUS	- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QS	- Queijo Serrano
SIAL	- Sistema Agroalimentar Localizado
SPL	- Sistema Produtivo Localizado
UC	- Unidade de Conservação
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	15
1.2 METODOLOGIA.....	20
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO	27
2.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	27
2.2 A NOÇÃO DE SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO.....	35
2.2.1 Aglomerações produtivas e SIAL	35
2.2.2 Território e SIAL	40
CAPÍTULO 3 – A NOÇÃO DE SIAL COMO CHAVE DE LEITURA E APORTE METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: QUATRO CASOS DE TERRITÓRIOS NO SUL DO BRASIL	61
3.1 A EXPERIÊNCIA DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	61
3.2 O SIAL DO QUEIJO SERRANO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	66
3.3 O CULTIVO DE MOLUSCOS EM SANTA CATARINA	70
3.4 AS FARINHEIRAS NO LITORAL DO PARANÁ	73
3.5 REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DA NOÇÃO DE SIAL A PARTIR DA REVISÃO DE QUATRO ESTUDOS DE CASOS DE TERRITÓRIOS DA REGIÃO SUL	76
CAPÍTULO 4 – PRODUÇÃO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS CATEGORIAS HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TÉCNICA DAS AGROINDÚSTRIAS DE PARANAGUÁ	81
4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PRODUTORES E DA PRODUÇÃO	81
4.2 CATEGORIA HISTÓRICA.....	90
4.2.1 História, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura familiar em Paranaguá.....	102
4.2.2 Produção no território e produção do território	105
4.4 CATEGORIA INSTITUCIONAL	115
4.3 CATEGORIA TÉCNICA	126

4.4 DIMENSÕES HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TÉCNICA: SÍNTESE CONCLUSIVA	132
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	145
APENDICÊS 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA.....	152
ANEXO 1 – MATRIZ LÓGICA DO PROJETO SAL (MOTIRÕ, 2012).....	157

1 - INTRODUÇÃO

O litoral do Paraná é marcado por disparidades socioeconômicas. A região possui grande diversidade de atividades econômicas em diferentes graus de desenvolvimento e uma ampla variedade de ecossistemas que, apesar das disposições legais para protegê-los, continua com crescentes níveis de degradação. Ao longo de sua história, o litoral paranaense passou por diversos ciclos econômicos, com períodos de prosperidade e depressão e apesar de ser a primeira região do Estado do Paraná a ser ocupada, infelizmente continua sendo a última fronteira do desenvolvimento (ESTADES, 2003).

A região é composta por sete municípios que possuem uma área relativamente pequena, representam apenas 3% da superfície do Estado do Paraná, mas como salienta Estades (2003), apresenta-se extremamente diversificada e com elevada heterogeneidade. Os municípios do Litoral podem ser divididos em três grupos: os municípios balneários (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná) localizados no litoral sul, os municípios agrícolas (Morretes e Guaraqueçaba) e os municípios portuários (Antonina e Paranaguá) conforme figura 1 (ANDRIGUETTO e MARCHIORO, 2002).



FONTE: Adaptado de ITCG, 2015

A complexidade e heterogeneidade do litoral paranaense dão origem a duas contradições: de um lado, o valor da região como patrimônio natural e para proteção

da biodiversidade, e, de outro, um quadro de subdesenvolvimento que não corresponde a seus potenciais. Esse quadro de desigualdade social e ameaça aos recursos naturais presentes na região remete à problemática mundial que exige avanços no campo do desenvolvimento sustentável (ESTADES, 2003).

Segundo Borsatto *et al.* (2007) uma das características mais marcantes dessa região foi a capacidade que ela teve de conservar a sua biodiversidade natural, que foi possível graças à criação de UC's (Unidades de Conservação). Esta política influenciou fortemente na dinâmica social e econômica da região, principalmente nas comunidades de pequenos agricultores que, consciente ou inconscientemente, foram os principais responsáveis pela conservação ambiental ao longo da história e encontraram-se obrigados ou a abandonar a atividade ou a adotarem novas práticas de cultivo, para compensar as restrições da nova legislação. Segundo este autor, o Litoral do Paraná tem sido alvo nos últimos anos de políticas e projetos nascidos de ideias descontextualizadas, planejadas por pessoas externas às comunidades. Trata-se de políticas de "cima para baixo", em geral essas ações beneficiam apenas uma pequena parte da população.

Dentre os municípios do Litoral destaca-se o de Paranaguá que exerce a função de polo regional, tendo participação expressiva na renda do Estado. Dados do IBGE (2010) apontam que, apesar de o município comportar o maior porto do sul do Brasil e representar 3,96% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, a cidade ainda possui uma série de desafios no campo social, pois 19,06% da população estão na faixa da pobreza e possui um Coeficiente de Gini de 0,560, o que significa alta concentração de renda. Segundo Abrahão (2011), a dinâmica atual das principais atividades econômicas do município não é capaz de reter uma parcela mais expressiva de renda para a população local e há um elevado grau de dependência da atividade portuária, gerando exclusão social, subemprego e escassez de novos postos de trabalho. Além disso, o município sofre a influência direta de seis unidades de conservação ambiental, que representa 52% de seu território. Assim, Paranaguá possui grandes restrições para o crescimento populacional e para instalações de atividades econômicas de elevados impactos ambientais.

Essa situação de conflito é gerada porque, segundo Andriguetto e Marchioro (2002), a região em que está localizado o município de Paranaguá possui uma vocação natural à proteção ambiental, pois possui uma baixa aptidão agrícola e é

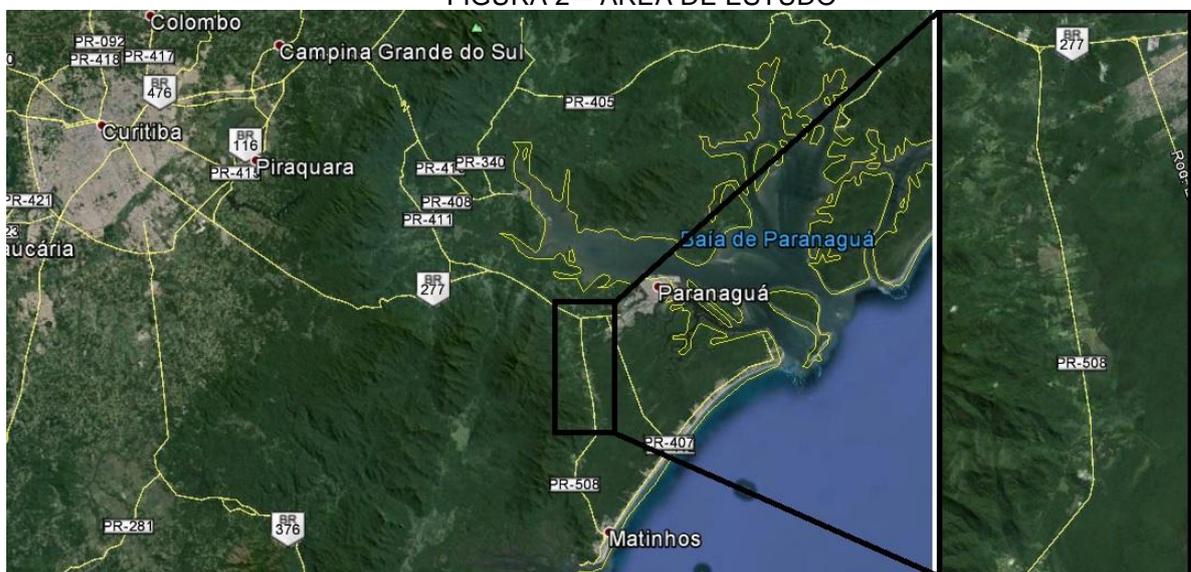
rica em atributos ambientais, como mananciais de abastecimento de água doce, a Serra da Prata, Ilhas e Manguezais, etc., ao mesmo tempo em que coexiste com polos urbanos com vocação portuária, vocação turística e altas taxas de crescimento demográfico (como Paranaguá, Pontal do Paraná, Antonina e Matinhos).

Apesar da baixa aptidão agrícola, Adrignetto e Marchioro (2002) relatam duas situações que ocorrem na agricultura da região: a expansão da olericultura, voltada para o abastecimento do núcleo urbano de Paranaguá e a introdução de culturas altamente tecnificadas, como observado no ciclo do gengibre e arroz.

A região do estudo localiza-se na zona rural de Paranaguá, no entorno da PR-508, abrangendo quatro comunidades rurais: Colônia Maria Luiza, Colônia Quintilha, Colônia São Luiz e Colônia Pereira. A principal atividade desempenhada na região é a agricultura, destacando-se a produção de mandioca, banana, hortaliças e pecuária de subsistência, desenvolvidas principalmente através de mão de obra familiar.

Segundo dados do IBGE (2010) residem na região das colônias 1301 pessoas, distribuídas em 610 domicílios, a renda mensal da população varia entre R\$ 630,00 a R\$ 1.060,00¹.

FIGURA 2 – AREA DE ESTUDO



FONTE: Adaptado de GOOGLE EARTH, 2016

¹ Fontes: Base Espacial polígonos - IBGE Geociências; 2010
 Dados Alfanuméricos - IBGE Estatísticas, 2010
 Junção dos dados no shapefile: Ricardo Monteiro, 2012

Esta região está localizada no entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, que segundo Buzzato (2009), devido ao seu caráter restritivo, gera conflitos ambientais e jurídico-institucionais.

FIGURA 3 – LIMITE DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PNSHL



FONTE: PNSHL, 2012

Para manterem-se na região, alguns produtores têm recorrido à agroindustrialização da produção, que além de agregar valor, confere uma maior diversidade de produtos e inovações em processos e produtos. Além disso, devido à atração de visitantes por áreas de extrema beleza cênica, rios e cachoeiras da região, observa-se um aumento da atividade turística, com a presença de locais para hospedagem e alimentação (BUZZATO, 2009).

Nesse sentido, Denes (2006) aponta que é necessário estimular a produção agroecológica e criar pontes entre produtores e consumidores, não só como meio de geração de renda e preservação da biodiversidade, mas como meio de dignificação dessas comunidades. Para essa autora, o turismo também representa uma importante opção para geração de renda, desde que permita que a comunidade se beneficie diretamente da atividade, através da valorização de sua cultura e modo de viver, e não apenas como prestadora de serviços em grandes empreendimentos.

A noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) surge como uma abordagem que permite promover um novo estilo de desenvolvimento territorial no meio rural, essa abordagem articula aspectos a montante e a jusante da produção. Na análise a montante (*producers driven*) articulam-se aspectos de territorialidade, vínculos horizontais de cooperação, o patrimônio material e imaterial da região. Na análise a jusante da produção (*buyers driven*) relaciona-se a qualificação do produto pela origem, a integração entre consumidores e produtores e o fortalecimento dos vínculos verticais. Assim, na análise do SIAL o território se manifesta ao longo de toda a cadeia, diferente de Sistemas Produtivos Localizados (SPL) de setores industriais, onde o ativo estratégico provido pela localização reside apenas na área de interesse dos produtores, como liderança em custo, capacitação de mão de obra, etc. (REQUIER-DEJARDINS, 2013).

Para Boucher e Gonzalez (2011), o modelo do SIAL, apesar de relativamente novo, têm demonstrado praticidade em sua aplicação à realidade (os autores designam esse processo como ativação do SIAL) por duas razões: 1 - pode-se aplicá-lo em diversos produtos e contextos rurais; 2 - pode ser adaptado, permitindo melhorias através da etapa de avaliação.

Tendo em vista a abordagem do SIAL e as características da região, surgem as seguintes questões: Existe um SIAL em Paranaguá? E se sim, como a ativação desse SIAL pode contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável?

A pesquisa tem por objetivo caracterizar a existência de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) no município de Paranaguá/Pr.

Em termos de objetivos específicos, a presente investigação se propõe a:

- Identificar e periodizar as principais transformações históricas das colônias que evidencie referências identitárias comuns que possam fundamentar as ações e comportamentos dos atores territoriais;
- Identificar os atores envolvidos direta e indiretamente através dos vínculos verticais, horizontais e multilaterais às atividades de pequenos empreendimentos rurais do entorno da PR – 508, bem como suas formas de proximidade;
- Caracterizar os produtos, as unidades produtivas e inovações induzidas e difundidas através da estrutura social composta pelos diferentes vínculos dos empreendimentos do entorno da PR – 508;
- Elencar, com base no estudo realizado, os principais desafios e potencialidades e apontar diretrizes de ações para o aperfeiçoamento das atividades e a promoção do ecodesenvolvimento na região, sob a perspectiva de Sistema Agroalimentar Localizado.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (1999, p.44), pode ser definida como “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, segundo o autor, a principal característica desse tipo de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Outro aspecto desse tipo de pesquisa citado por Gil (1999, p.44) é que “há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias”, o presente trabalho se aproxima desse tipo de pesquisa devido à quantidade de conceitos mobilizados pela noção de SIAL, dessa forma, os resultados do presente trabalho indicam/apresentam questões que podem ser encaradas como questões para futuras pesquisas na região.

As categorias de análise da pesquisa foram definidas anteriormente à pesquisa de campo, inspiradas nos seguintes eixos propostos por Muchnik (2006):

Categoria Histórica: Compreende a análise do processo de formação de experiências, dos valores identitários, sociais e culturais ligados a história do território.

Categoria Institucional: Correspondem à relação entre os atores sociais, suas estratégias individuais e coletivas, à influência de laços sociais nas relações mercantis e a identificação de vínculos verticais e multilaterais.

Categoria Técnica: é a análise dos saberes e técnicas utilizadas, a interação com o meio ambiente enquanto patrimônio, o saber-fazer local, etc.

Muchnik (2006) ainda propõe uma categoria alimentícia, que foca-se nas relações sociais, culturais e econômicas entre produtores e consumidores. Os elementos que tratam essa categoria foram abordados, no presente trabalho, nas categorias histórica e institucional, quando se discute as formas de proximidade entre os atores.

As técnicas utilizadas foram revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação.

Para May (2004, p. 205) a pesquisa documental constitui-se de “escavações de evidências”, ela é um “meio de reforçar o entendimento em estudos de caso pela capacidade de situar os relatos contemporâneos em um contexto histórico”. Dentre as fontes de pesquisa documental o autor destaca documentos históricos tais como leis, declarações estatutárias e relatos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o fato. A definição de documento usada é em seu sentido mais geral: um texto escrito.

A observação participante, segundo May (2006 p.184), é uma técnica de pesquisa social cujas aplicações e análise são as mais exigentes e difíceis. Para o autor a observação participante “envolve tornar-se parte de um grupo ou organização para entendê-los”, para isso faz-se necessário um período de “inserção” em algumas situações.

As fontes de dados para a análise documental e os espaços onde ocorreram as observações estão ligadas às atividades de um projeto desenvolvido pela Motirõ Sociedade Cooperativa² em parceria com a Associação de Produtores Rurais do

²A Motirõ Sociedade Cooperativa é uma organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é “desenvolver capacidades para fortalecer a gestão e o planejamento do ambiente urbano e rural” (MOTIRÕ, 2009 p.4). Para mais informações <http://www.motiro.org/>.

Município de Paranaguá (APRUMPAR³) na região. O projeto “Sistema Agroalimentar Localizado (SAL): o tempero para construção de conhecimento e empoderamento das agroindústrias familiares do município de Paranaguá/PR” desenvolvido em parceria com a APRUMAR, UFPR - Setor Litoral, dentre outros, e financiado pelo Programa Petrobrás Socioambiental⁴. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 2012 a 2014 e teve como principal objetivo “Promover espaços para construção de conhecimento, buscando o aperfeiçoamento de pequenas agroindústrias familiares e fomento de um sistema agroalimentar localizado na zona rural do município de Paranaguá”.

As atividades desenvolvidas pelo projeto estão distribuídas em dois eixos. No primeiro eixo foram desenvolvidos trabalhos individuais, com a construção de planos de negócios para os 15 empreendimentos da região atendidos e no segundo eixo as ações se direcionaram buscando o fortalecimento das relações entre os produtores. As ações do segundo eixo consistiram em encontros denominados “Café Parnanguara”, que aconteceram em diferentes propriedades no horário da noite. O objetivo dos encontros foi o de evidenciar, a partir de diferentes pontos de vista, as oportunidades e dificuldades locais, incentivando que a comunidade estabeleça estratégias conjuntas com vista a uma eficiência coletiva (ANEXO1).

A partir de uma atividade realizada durante o segundo Café Parnanguara⁵, chamada “Mapa da Comunidade”, no dia 25 de setembro de 2014, iniciou-se o planejamento da Caminhada na Natureza⁶ – Circuito Serra da Prata, esse evento

³A APRUMPAR é a principal forma de organização social local, a associação possui aproximadamente 300 associados e, até o momento da pesquisa de campo, a mesma não tinha reuniões periódicas, mas possui eleições de sua diretoria a cada dois anos. A APRUMPAR auxilia os produtores através de compra de insumos e na mediação e organização para acesso aos programas do governo como o PAA (Programa de aquisição de alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

⁴ Programa desenvolvido pela Petrobrás que apoia iniciativas socioambientais nas cidades onde a empresa desenvolve alguma atividade através de financiamento de projetos de organizações sem fins lucrativos. <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>

⁵Outro desdobramento dos Cafés Parnanguaras foi a elaboração do segundo projeto desenvolvido e submetido à seleção pública do Programa Petrobrás Socioambiental e em execução desde o início de 2015, chamado Organização Soberana. Esse projeto visa desenvolver ações para a capacitação para a gestão da associação e educação para a organização social. As ações do projeto vão no sentido de atuar sobre problemas levantados durante os Cafés Parnanguaras como: baixo envolvimento dos associados na gestão da associação; ampliação do número de agricultores participantes nos programas de aquisição de alimentos; falta de estratégias coletivas de comercialização e agregação de valor; baixa representatividade política e; migração dos jovens para as áreas urbanas.

⁶ As Caminhadas na Natureza nasceram na França pós Segunda Guerra Mundial com o objetivo de estimular o comércio em cidades do interior destruídas pelo conflito. Atualmente acontecem caminhadas em todo o mundo com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento territorial sustentável no meio rural, no Brasil, já existe mais de 500 circuitos credenciados pela Anda Brasil.

está ligado a um projeto chamado Caminhadas na Natureza, organizado pela Confederação Nacional de Esportes Populares, Caminhadas na Natureza e Inclusão Social, a Anda Brasil⁷. A organização da Caminhada na Natureza ocorre através de diferentes fases de planejamento e execução conforme os seguintes passos descritos no QUADRO1:

QUADRO 1 – FASES DO PLANEJAMENTO DA CAMINHADA DA NATUREZA

Passo 1 – Reunião entre os parceiros: disponibilidade das instituições de participar das reuniões de planejamento da caminhada
Passo 2 – Reunião com a comunidade: depois que os parceiros se reúnem e expressam sua intenção de colaborar, realiza-se uma reunião com toda a comunidade.
Passo 3 – Planejamento do trabalho e do circuito.
Passo 4 – Reunião de formação de equipes e delegação de responsabilidades.
Passo 5 – Execução da Caminhada.
Passo 6 – Avaliação da Caminhada.

FONTE: O AUTOR (2016)

As observações foram feitas durante os três primeiros Cafés Parnanguaras, que ocorreram de agosto a setembro de 2014 e durante duas reuniões de planejamento da Caminhada da Natureza, referentes às fases dois e três, conforme quadro 1, de maio a junho de 2015. Houve também o acompanhamento de visitas da Motirõ durante a primeira fase do projeto Organização Soberana, que consistia no mapeamento dos produtores que possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) cadastrados junto à associação e interessados em participar das oficinas promovidas pelo projeto. Essas saídas foram úteis à pesquisa para mapear novas agroindústrias ainda não identificadas pelo projeto SAL (QUADRO 2).

QUADRO 2 – OBSERVAÇÕES REALIZADAS DURANTE A PESQUISA

Data	Situação de observação
28/08/2014	Primeiro Café Parnanguara, onde produtores relataram os resultados dos estudos organizacionais e Planos de negócios elaborados em suas propriedades.
29/09/2014	Segundo Café Parnanguara, com a elaboração participativa de um mapa da comunidade com os pontos mais representativos para os produtores.
30/10/2014	Terceiro Café Parnanguara, com discussão dos principais problemas comuns enfrentados pelos produtores.
25/05/2015	Visitas junto à equipe da Motirõ para mapeamento dos produtores que possuem DAP cadastrada na APRUMPAR
22/05/2015	Reunião para organização da Caminhada da Natureza (fase 2) com organizações parceiras e comunidade
02/06/2015	Reunião para a organização da Caminhada da Natureza (fase 3) planejamento do trabalho e do circuito.

FONTE: O AUTOR (2016)

⁷ www.andabrasil.com.br/pt-br/organizar/como-organizar

A base documental disponível para a pesquisa foi gerada pelo projeto SAL, os documentos constituem-se de estudos organizacionais desenvolvidos junto a 15 empreendimentos da região, relatório de reuniões com o grupo beneficiário do projeto e o mapa construído participativamente com levantamento dos principais problemas e potencialidades da região.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, para May (2006), esse tipo de entrevista utiliza perguntas específicas, mas o entrevistador tem liberdade de buscar esclarecimentos sobre a resposta, o que lhe permite estabelecer um diálogo com o entrevistado.

Foram entrevistados somente produtores que processam sua produção de alguma forma, foram identificadas 21 agroindústrias na região, dessas, 14 foram visitadas. As entrevistas aconteceram entre outubro de 2015 e janeiro de 2016. O roteiro das entrevistas (APÊNDICE 1) foi organizado por categoria de análise, foram realizados também registros fotográficos das agroindústrias. As entrevistas que duraram mais tempo foram aquelas feitas com moradores que nasceram na região, 4 entrevistados, que puderam relatar as transformações ocorridas nesse território.

Além da pesquisa de campo foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a região das colônias e outros estudos de caso envolvendo o SIAL.

O quadro a seguir tem por objetivo apresentar a metodologia. Ele nos permite visualizar quais dados foram coletados em cada categoria de análise e os métodos utilizados.

QUADRO 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE E MÉTODOS DA PESQUISA.

Categorias	Técnicas de pesquisa	Público/Ambiente	O que considerar
Categoria Histórica	Entrevista semiestruturada	Produtores em suas propriedades	Referências identitárias como lugar de origem, religião, fatos históricos comuns. Identificar períodos históricos da região e/ou grandes transformações ocorridas.
	Pesquisa Bibliográfica	História da ocupação da região das colônias	
	Observação participante	Reuniões que envolveram a comunidade	
Categoria Técnica	Entrevista semiestruturada	Produtores em suas propriedades	Características gerais do produto e da produção (adequação a legislação vigente, estrutura produtiva, etc.) Existência de saber fazer local; Existência de inovações; Aquisição de novas competências por parte dos produtores; Variedade de atividades desempenhadas; Recursos naturais locais envolvidos na atividade;
	Pesquisa documental	Estudos organizacionais elaborados pela Motirõ.	
Categoria Institucional	Entrevista semiestruturada	Produtores em suas propriedades	Externalidades passivas: disponibilidade de mão de obra e acesso a tecnologias. Levantamento de fornecedores, atravessadores, comerciantes e consumidores. Formas de relacionamento atual e história, com fornecedores, atravessadores, comerciantes e consumidores – comportamentos, regras, etc. Instituições de apoio e formas de relação. Acesso a políticas públicas Comportamento associativismo, cooperativismo. Outras formas de relacionamento não vinculadas ao mercado.
	Observação participante	Reuniões que envolvam a comunidade e reuniões entre instituições.	
	Pesquisa documental	Estudos organizacionais elaborados pela Motirõ.	

FONTE: O AUTOR (2016).

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O capítulo 1, introdução, apresenta uma breve caracterização da região, do tema, dos objetivos geral e específicos e a metodologia da pesquisa.

No capítulo 2 é feita a apresentação do marco teórico. Inicialmente discute-se algumas perspectivas de desenvolvimento e salienta-se qual perspectiva segue o presente trabalho: em seguida fala-se sobre o ecodesenvolvimento, o conceito de SIAL e como ele pode se articular com o desenvolvimento territorial.

No capítulo 3 é realizada uma revisão de estudos de caso no sul do país que utilizam a noção de SIAL, buscando identificar nexos que podem auxiliar na leitura da realidade das colônias em Paranaguá. É discutida a experiência do território da Quarta Colônia Italiana no Rio Grande do Sul, da produção de queijo serrano nos campos de cima da serra gaúcha, da produção de moluscos no litoral do Estado de Santa Catarina e a produção de farinha de mandioca artesanal no litoral do Paraná.

No capítulo 4 é feita a discussão dos resultados obtidos, que estão organizados por categoria de análise. Inicialmente é feita uma caracterização geral das famílias dos entrevistados, da unidade produtiva e da produção. Na dimensão histórica é feita a revisão da literatura sobre a história da imigração italiana em Paranaguá, o levantamento das principais transformações do território e como elas impactaram ou não na produção local. Na dimensão institucional se identifica os atores ligados através de diferentes vínculos às agroindústrias, suas formas de proximidade e como essa relação pode ser analisada nos termos de SIAL. Na dimensão técnica é feito o levantamento dos produtos produzidos, das condições físicas das agroindústrias, da existência ou não de inovações e o relacionamento da produção com o patrimônio Natural. Ao final desse capítulo busca-se responder ao primeiro e segundo objetivos específicos

Por fim apresentam-se as considerações finais evidenciando diretrizes de ações para o desenvolvimento da região e futuras pesquisas.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO

O presente capítulo objetiva apresentar o referencial teórico utilizado no trabalho. Em um primeiro momento discute-se algumas perspectivas de desenvolvimento e situa-se em qual delas o trabalho se insere. Em seguida aborda-se a noção de SIAL, primeiro a partir de um desdobramento de aglomeração produtiva e posteriormente como uma abordagem de desenvolvimento territorial, apresentando as categorias de análise de um SIAL e os elementos mobilizados por essa noção. Por fim, busca-se um diálogo entre a noção de SIAL com o conceito de ecodesenvolvimento.

2.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O que é desenvolvimento? – Existem três linhas de respostas básicas que ao longo do século XX buscaram responder essa pergunta. A primeira perspectiva entende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, para a segunda esse conceito é um mito criado pela civilização industrial, e a terceira nega uma explicação simplista e busca um “caminho do meio” através da discussão de alternativas e ações voltadas ao desenvolvimento (VEIGA, 2008). O presente trabalho vincula-se a terceira perspectiva.

A primeira linha de respostas é a mais frequente, apesar de ser considerada a mais simplista fundamenta-se em mais de duzentos anos de pesquisas teóricas e empíricas. Até o final dos anos 50 não havia muitos motivos para distinguir desenvolvimento de crescimento, somente a partir da década de 60 é que surge o debate em torno desses dois conceitos, quando vários países semi-industrializados, incluindo o Brasil, obtiveram um intenso crescimento econômico que não se traduziu em acesso da grande massa da população aos bens de consumo ou melhoria da qualidade de vida. Como resposta ao debate emergente, a produção científica em economia que até o final do século XX tratava esses dois conceitos como sinônimos, simplesmente aboliu dos manuais de economia a palavra desenvolvimento, substituindo-a por crescimento. Essa definição de desenvolvimento também facilita sua medição e comparação, pois se vinculava aos indicadores tradicionais como PIB e PNB. O marco político e conceitual que conseguiu traduzir o binômio crescimento

x desenvolvimento foi a utilização do índice de desenvolvimento humano (IDH) no relatório de desenvolvimento das nações unidas publicado no ano de 1990 (VEIGA, 2008; FURTADO, 1983; FURTADO, 2000).

Segundo Esteva (2000) e Sachs (2000) a perspectiva moderna do desenvolvimento teve como protagonista os Estados Unidos da América (EUA), que assumiram o papel de nação líder da política de reconstrução do mundo depois da segunda guerra mundial. A partir da política de ajuda externa, lançada no governo Truman em 1949, o termo desenvolvimento passou a ter um sentido transitivo, foi um marco referencial que pautou as relações norte – sul por quase todo o resto do século. O discurso que o consolidou não se constitui apenas de uma ideia inviável, mas de um conceito que mobilizou toda a civilização ocidental, assim o desenvolvimento passou de um “empreendimento socioeconômico” para uma “percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”, o crescimento econômico e consumo de massa passou a ser um objetivo perseguido por todos os países do mundo (SACHS, 2000, p. 12).

Guiados pelo princípio de universalização do padrão de consumo, tal qual praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, os planos econômicos pós-segunda guerra mundial visaram principalmente estender o acesso de bens de consumo e o padrão de vida dos países do primeiro mundo aos países pobres através da importação de tecnologia, muitas vezes sem considerar quaisquer contextos culturais, sociais ou históricos (FURTADO, 1983). Esses projetos partem da crença em tipos ideais de desenvolvimento, onde necessariamente todas as sociedades passam por fases até alcançar uma forma mais “evoluída”. Essa interpretação linear/faseológica do desenvolvimento parte de uma forma particular de interpretação da história baseada na ideia de progresso que permeou a filosofia iluminista do século XVII e XVIII e implica no desconhecimento das especificidades do subdesenvolvimento como fenômeno histórico e estrutural (FURTADO, 2000).

O modelo de desenvolvimento pautado na ideia de “progresso” adotado pela civilização desde o século XVIII vem se mostrando inviável, as consequências culturais, sociais, espaciais e ambientais mostram que o estilo de vida de países ricos não é mais um bom exemplo a ser ampliado aos países subdesenvolvidos. Desde a década de 70 se fez evidente não só a incapacidade do modelo de livre mercado expresso através da parábola da “mão invisível” de superar as desigualdades e pobreza, mas também a crise ambiental gerada pela depredação

dos recursos naturais e poluição industrial (FURTADO, 1983; ESTEVES, 2000; FOLADORI, 2001; VEIGA, 2008).

O marco teórico que explicitou as fronteiras materiais do crescimento foi o estudo *The Limits to Growth*, elaborado por um grupo interdisciplinar do MIT para o chamado “Clube de Roma”. A importância desse estudo reside na mudança de perspectivas, onde a economia assumiu o papel de subsistema do sistema natural e esse último, passou a ser considerado, em escala planetária, um sistema fechado (FURTADO, 1983). Ficou explícita assim a incompatibilidade da base do processo de reprodução econômica com a dinâmica da biosfera. Essa incompatibilidade também é apresentada por Cavalcanti (2012), Foladori (2001), Muller (2007), Georgescu-Roegen (2012), que, através da abordagem sistêmica, contextualizam a mesma contradição: o sistema econômico pautado no crescimento material infinito em um mundo de recursos finito.

A economia neoclássica buscou alternativas no sentido de incorporar os custos da degradação ambiental através de mecanismos para a sua precificação. As soluções que buscavam incorporar a dimensão ambiental ao mercado via preço/custo implicaram em uma série de dificuldades, explicitadas por Foladori (2001) como dificuldades teóricas e técnicas, dificuldades éticas, dificuldades políticas e dificuldades de fundo, ou seja, a imposição de preço à depredação ou à poluição não garante a sustentabilidade dos recursos naturais pelo fato de que “os ritmos naturais da biosfera não têm nenhuma relação com os ritmos econômicos” (FOLADORI, 2001 p. 145). Fica evidente que a única alternativa viável é frear o consumo de materiais e de energia, o que implicaria na estagnação do crescimento econômico para evitar o colapso do sistema econômico mundial (FOLADORI, 2001; SACHS, 2007; FURTADO, 1987).

A inviabilidade do crescimento infinito suscitou a segunda perspectiva de desenvolvimento: a do desenvolvimento como um mito. Essa segunda perspectiva pode ser traduzida na conclusão de que há uma escolha mutuamente excludente entre desenvolvimento (como sinônimo de crescimento) e meio ambiente. Foi na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, que se buscou uma via intermediária, que segundo Sachs (2007, p.174), buscou superar as abordagens mais reducionistas entre desenvolvimento e meio ambiente, entre o “ecologismo intransigente” e o “economismo de visão estreita”. Para Sachs (2007,

p. 176) não existem apenas essas duas alternativas, mas múltiplas escolhas entre “formas sensíveis e insensíveis ao meio ambiente”.

Dentre os fatores do contexto global que levam à reflexão de uma terceira via de desenvolvimento, Sachs (2007) cita os avanços conceituais durante a década de 1970 e 1980 (Relatório de Founex em 1972, a Declaração de Estocolmo em 1972, a Declaração de Cocoyoc de 1974, o Relatório Brundtland em 1987 e a ECO-92), o aumento do conhecimento sobre o funcionamento da biosfera, a ameaça dos impactos de acidentes nucleares e químicos, aquecimento global e conflitos relacionados à posse e acesso de recursos naturais. Esses avanços se manifestam na institucionalização das preocupações com o meio ambiente, internacionalmente através de tratados e convenções, e dentro de países ou regiões através da criação de ministérios e agências de regulação/gestão de meio ambiente. Outro importante marco foi o surgimento da sociedade civil organizada como um terceiro poder, a crescente conscientização do público quanto às questões ambientais permitiu que as organizações da sociedade civil exercessem pressão sobre o Estado.

Apesar dos avanços no campo acadêmico que discutem o desenvolvimento face ao meio ambiente, o fosso entre ricos e pobres durante os anos de 1980 só cresceu, Sachs (2007) cita a dependência entre as frágeis economias dos países do sul aos países do norte, os serviços da dívida externa que gerou um fluxo de recursos financeiros do Sul para o Norte, a diferença de rendas *per capita* e o consumo de materiais e energia. Mesmo dentro dos países, apesar do grande crescimento econômico, a desigualdades regionais e a concentração de renda se intensificaram.

De maneira geral, se entende que o crescimento é necessário ao desenvolvimento, principalmente nos países do sul e do leste, entretanto não o mesmo tipo de crescimento experimentado até então, baseado na desigualdade social e em uma economia de mercado desregulado. As abordagens e definições que se contrapõe às visões mais restritas de desenvolvimento entendem que o desenvolvimento deriva de modelos de crescimento que consideram, além de indicadores como PIB e PNB, outros elementos na análise como educação, capital humano, desigualdades regionais, etc. (SEN, 2000; FURTADO, 2004; SACHS, 2007).

Para Celso Furtado (2004) o desenvolvimento tem como causa e efeito a desconcentração de renda, o que o diferencia do que ele chama de casos de “mau

desenvolvimento” como o que ocorreu no Brasil durante as décadas de 60 e 70. No mesmo sentido, para Amartya Sen (2000), a principal diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico é como o crescimento é apropriado, o que implica em crescimento igualitário e orientação à geração de empregos.

A definição de desenvolvimento de Sen é focada no ser humano e está atrelada à noção ampla de liberdade, para o autor a causa e o efeito do desenvolvimento é a expansão das liberdades. As liberdades que constituem o desenvolvimento dependem de uma ampla rede, com as disposições sociais e econômicas adequadas como serviços de saúde, educação, direitos civis, etc. A liberdade é central no processo de desenvolvimento de Amartya Sen por duas razões: a razão avaliatória e a razão da eficácia. A razão avaliatória é a avaliação do desenvolvimento pela verificação se houve ou não um aumento das liberdades das pessoas e a razão da eficácia se relaciona com a “livre condição de livre agente das pessoas” (SEN, 2000 p. 18). Essa condição de agente livre emerge devido à inter-relação dos diferentes tipos de liberdades, o autor distingue liberdades substantivas e liberdades instrumentais. As liberdades substantivas estão relacionadas à liberdade de obter nutrição, acesso aos serviços de saúde, vestuário, moradia, saneamento básico, saber ler e fazer cálculos, liberdade de expressão e de participação. As liberdades instrumentais promovem a capacidade geral de uma pessoa, o autor lista cinco liberdades instrumentais básicas: Liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Referente a razão de eficácia proposta por Sen, as liberdades substantivas e instrumentais se manifestam na expansão do que o autor chama de capacidades (ou “*capabilities*”). Essas capacidades podem, ao mesmo tempo, ser potencializadas pelas políticas públicas e também influenciar as políticas públicas, em uma relação de mão dupla (SEN, 2000 p. 32). Diante disso, Amartya Sen admite que possa haver melhorias na qualidade de vida conduzidas não somente através do crescimento econômico, o que chama de mudanças “conduzidas pelo custeio público”. Já o processo de desenvolvimento “mediado pelo crescimento” é definido pelo autor como “o crescimento econômico ao serviço do desenvolvimento” e, assim como Furtado, defende que esse processo seja fruto de uma ampla base, economicamente abrangente e orientado para o emprego (SEN, 2000 p.63).

Nessa mesma perspectiva, para Sachs (2004), o crescimento econômico tem um valor instrumental ao desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento é um

conceito multidimensional, ele implica a necessidade de crescimento econômico, entretanto “os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade dianacrônica com as gerações futuras)” (SACHS, 2004 p. 71).

Em busca de construir uma orientação prática ao desenvolvimento, Sachs (2007) defende um equilíbrio entre todas as formas de capital (capital físico, humano, natural e financeiro). Para manter esse crescimento equilibrado faz-se necessário a ação de planejamento estatal, ações de mediação e incentivo a equidade, visto que a doutrina clássica de livre mercado vem gerando desigualdades e problemas ambientais através da externalização dos custos e internalização dos benefícios.

A noção de ecodesenvolvimento surge como uma resposta ao fato de que, o termo desenvolvimento se tornou um conceito pluridimensional devido ao seu uso abusivo e excesso de adjetivos (econômico, social, político, cultural, durável, viável, humano, e etc.). Para Sachs (1986 p. 266), a noção de ecodesenvolvimento vem no sentido de criar um direcionamento prático estabelecendo uma “hierarquia” de propostas: “o social no comando do ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental”.

A princípio, o ecodesenvolvimento surge de considerações gerais sobre situações concretas, onde a partir de dimensões tradicionais de planejamento (população, recursos naturais e produtos), se busca considerar as relações de uma estratégia de compatibilização do desenvolvimento com a gestão do meio ambiente: “sua aspiração é a de definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa não se poder estendê-lo às cidades” (SACHAS, 1986 p. 15).

Assim, esse conceito constitui uma diretriz de ação ao desenvolvimento, ele pretende ser operacional e segundo Sachs (2007) pode ser julgado apenas sob à prática. São as principais características do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986, p.15 a 18): (1) valorizar os recursos específicos de cada ecorregião para a satisfação das necessidades fundamentais da população; (2) contribuir para a realização do homem; (3) identificar, explorar e gerir os recursos naturais numa perspectiva solidária com as próximas gerações; (4) reduzir os impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente; (5) utilizar fontes locais de energia; (6) aperfeiçoar ecotécnicas que tornem compatíveis objetivos econômicos, sociais e

ecológicos; (7) garantir a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento, e assegurar que os resultados sejam voltados a elas; (8) sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento e modificar seu sistema de valores em relação à natureza, através da educação preparatória das estruturas participativas de planejamento e gestão.

Para o autor, o planejamento orientado para o desenvolvimento precisa levar em conta simultaneamente as seguintes dimensões do conceito de sustentabilidade: sustentabilidade social, ecológica, econômica, espacial e cultural (Sachs, 2007).

A **sustentabilidade social** refere-se a um tipo de crescimento mais equilibrado e equitativo, com igualdade na distribuição de renda e bens e diminuindo as diferenças entre ricos e pobres (SACHS, 1986).

A **sustentabilidade econômica** refere-se, segundo Sachs (1986 p.181) a uma “alocação e o gerenciamento mais eficientes dos recursos em um fluxo constante de investimentos públicos e privados”, para o autor, “a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio de critérios da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico”. Dessa forma a sustentabilidade econômica está relacionada a uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros.

A **Sustentabilidade ecológica**, segundo Sachs (1986) está relacionada a várias ações, dentre elas: apoiar soluções para intensificar o potencial dos recursos e exercer menos pressão aos sistemas naturais; reduzir o consumo de combustíveis fósseis e buscar alternativas de recursos renováveis; reduzir o volume de consumo e poluição; pesquisa para desenvolvimento de tecnologias de baixo teor de resíduos e mais eficiente no uso de recursos e; desenhar instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários ao cumprimento da proteção ambiental adequada

A **sustentabilidade espacial** refere-se a uma “configuração rural-urbana mais equilibrada e da melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (SACHS, 1986 p.182). Dentre as prescrições dessa dimensão destacamos: redução das ocupações excessivas em áreas metropolitanas, descentralização industrial que promova empregos não agrícolas em áreas rurais e empregar adequadamente pacotes tecnológicos, acesso aos créditos e a mercados para pequenos produtores.

E por fim, Sachs (1986 p.183) define a **sustentabilidade cultural** como “processos de mudança que resguardem a continuidade cultural e que traduzam o conceito de ecodesenvolvimento numa pluralidade de soluções, adequadas as especificidades de cada contexto sócio-ecológico”. O autor destaca a importância de se buscar “raízes endógenas” e a modernização de modelos agrícolas integrados.

Para Sachs (1986), o ecodesenvolvimento implica necessariamente em um estilo tecnológico particular, mas não se subentende apenas como um estilo tecnológico, pressupõe também em uma modalidade de organização social e um estilo de educação apropriado. Segundo o autor, o quadro institucional propício ao ecodesenvolvimento exige a constituição de uma autoridade horizontal, onde haja a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias, identificação de necessidades concretas e de potencialidades produtivas.

Pecqueur (2005) também parte da perspectiva de desenvolvimento territorializado através de uma organização horizontal. O autor traz a noção de espaço local como emergente frente à evolução da economia internacional e às necessidades de desenvolvimento dos territórios, principalmente dos países do sul. Para isso discute a ideia de *cluster* e suscita a noção de SIAL como uma ampliação da noção de Sistema Produtivo Local (SPL), pois o SIAL traz implícita na noção de aglomeração produtiva. Estão envolvidos no SIAL a ativação de recursos territoriais específicos e um tipo de relações pré-capitalistas, que não podem ser explicadas estritamente sob uma racionalidade econômica, como as relações de dádiva e reciprocidade.

Para Requier-Desjardins (2013) o SIAL surge como uma abordagem para estudar e promover um novo estilo de desenvolvimento rural. No sentido de utilizar-se do SIAL como “chave de leitura” de situações concretas sob a perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, neste capítulo busca-se relacionar as dimensões de sustentabilidade inerentes ao ecodesenvolvimento apresentadas por SACHS (2007) com as dimensões analíticas do SIAL elaboradas por Muchnik (2006). Isso nos permite visualizar em quais categorias de análise de SIAL cada dimensão do conceito de sustentabilidade possui mais aderência. Antes disso, porém, é necessário entender os conceitos mobilizados pela noção de SIAL (MUCHNIK, 2006) quais sejam: território (e territorialidade), referências identitárias e a alimentação como um eixo social. A próxima seção se dedica a discutir as noções mobilizadas pelo conceito de SIAL e suas categorias de análise.

2.2 A NOÇÃO DE SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO

Nesta seção se apresenta a noção de SIAL e suas categorias de análise, para isso, em um primeiro momento parte-se do conceito de aglomerações produtivas buscando explicitar as diferenças da noção de SIAL para outros SPL. Em seguida relacionam-se os conceitos mobilizados pela noção de SIAL com o de território, para por fim, expor as categorias de análise do SIAL.

2.2.1 Aglomerações produtivas e SIAL

Segundo Llorens (2001), em virtude da transição tecnológica e organizacional ocorrida no final do século XX e a globalização, vários governos centrais e analistas tratam o espaço local como um espaço marginal, centrando-se apenas em políticas de ajustes macroeconômicos, entretanto, o espaço local exerce grande importância no que se refere ao crescimento econômico e geração de emprego e renda, pois ele envolve a maioria das atividades produtivas de um país. Os principais elementos dessa fase de transição tecnológica e organizacional que aconteceu em escala mundial são: a forma de produção flexível e a gestão pós-fordista, a introdução da microeletrônica, as mudanças radicais nos modelos de gestão empresarial, a identificação precisa de segmentos e nichos de mercado, a renovação e obsolescência constante e rápida de produtos e processos produtivos. Essas mudanças são condicionadas pela globalização de importantes setores da economia e a maior exigência de competitividade no contexto de desregulamentação financeira, maior abertura externa das economias, emergência de blocos geopolíticos, a ampliação de mercados e das práticas de neoprotecionismo. Segundo o autor, apesar desse contexto não há um mercado único e globalizado, mas sim um núcleo mais dinâmico de atividades globalizadas junto a um grupo majoritário de atividades nacionais e locais.

O sistema produtivo mundial está constituído, portanto, de um conjunto heterogêneo de atividades, parte das quais integram o núcleo globalizado no mesmo (como um mosaico de subsistemas locais de produção e elos produtivos de diferentes qualidades em termos de relações trabalhistas, vinculados em redes globais de empresas), junto a outros núcleos diversos e majoritários de atividades que se desenvolvem em âmbitos e mercados locais e nacionais, protagonizados, predominantemente, por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) (LLORENS, 2001, p.15).

Assim, segundo o autor, as iniciativas de desenvolvimento local podem constituir-se de “ajustes flexíveis” frente às transições tecnológicas e organizacionais, em vez de se limitar à busca de equilíbrios macroeconômicos ou identificação de nichos internacionais. Políticas de desenvolvimento local são fundamentais em termos de “emprego e renda e para a difusão territorial do progresso técnico e do crescimento econômico”, melhoria da distribuição de renda e luta contra a pobreza (LLORENS, 2001 p. 9).

Nesse sentido, Pecqueur (2005), procura mostrar elementos de um modelo de desenvolvimento territorial de produção flexível e adaptável nas economias de países em desenvolvimento. Esse modelo parte de exemplos de países como França e Itália que, durante a crise das décadas de 1970 e 1980, descobriram formas territorializadas de produção, baseados na coordenação entre atores, articularam iniciativas de reação aos danos causados pela globalização como a erosão de competitividade de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), deslocamento de atividades produtivas, êxodo rural, etc. A base desse processo não está vinculada apenas ao mercado, mas a uma identificação coletiva à uma cultura e um território e a valorização de vínculos não estritamente comerciais, ou relações pré-capitalistas. O autor destaca como base do desenvolvimento territorial o princípio da especificação de ativos, que consiste na busca de recursos próprios aos territórios para se diferenciar em relação à concorrência de produtos globais padronizados. A ativação desses recursos específicos do território implica em inovar no campo técnico, econômico e social conjugando tradição e modernidade, ou seja, implica em situar-se em um processo histórico-cultural dinâmico (PECQUEUR, 2005; MUCHNIK, 2006).

A ideia de vincular uma aglomeração produtiva a um território como um processo de desenvolvimento específico não é nova, Garcia (2006) examina as principais contribuições de autores como Marshall⁸, Krugman⁹ e Porter¹⁰ no que se refere às economias externas. A investigação sobre as vantagens das aglomerações produtivas especializadas iniciou-se com Marshall em 1920, a partir das experiências dos distritos industriais ingleses do século XIX, posteriormente

⁸ MARSHALL, A. (1920). **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

⁹ KRUGMAN, P. **Development, geography and economic theory**. Cambridge: MIT, 1995.

¹⁰ PORTER, M. Clusters and the economics and competition. Harvard Business Review, Nov-Dec 1998a.

destacam-se os distritos industriais italianos, os *clusters* e os arranjos produtivos locais. O autor conclui que as externalidades são apenas parte dos benefícios que podem ser extraídos pelas firmas que compõe as aglomerações, outro elemento são as ações conjuntas deliberadas dos atores, facilitadas pela proximidade geográfica e cultural dos produtores.

No Brasil o tema das aglomerações produtivas ganhou força principalmente depois do ano de 2003, com os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL). Existe um esforço nos estudos de economia para uma definição genérica e homogênea para o termo APL. Segundo Cassiolato e Lastres (2003), são considerados APL qualquer aglomeração produtiva que apresente pelo menos dois pré-requisitos: 1) é composto por pequenas e médias empresas de um mesmo setor de atividade 2) é localizada regionalmente. Segundo os autores, a principal dificuldade de operacionalizar essa definição é que todo tipo de aglomeração poderia ser chamado de APL, mesmo que esteja localizado em apenas um bairro ou rua. Outros elementos que complexificaram as análises desses arranjos são apresentados por Noronha e Turchi (2005), como a capacidade inovativa local, a base em vantagens comparativas sistêmicas e as relações de cooperação. Nesse sentido, Cassiolato e Lastres (2003 p.5) definem Sistemas Produtivos e Inovativos Locais como:

Arranjos produtivos em que a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local.

Frente à evolução geral e o reconhecimento da importância no plano econômico e social das aglomerações produtivas surgem novas questões para a análise dos processos de concentração/desconcentração produtiva. A noção de SIAL surge do questionamento acerca das especificidades dos processos de localização de atividades no setor agrícola e agroalimentar. A evolução de seu conceito tornou-se atrativa principalmente no contexto da emergência de temas como desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente, segurança alimentar, descentralização política, revalorização da escala territorial, etc. (POÉMON E FRAIRE, 2011; MUCHNIK, 2012).

Para Muchnik (2012), o principal fenômeno que contribuiu para a difusão do conceito de SIAL foi a constituição de um grupo de interesse científico sobre o tema

como o Grupo de Investigação Europeu (GER – SYAL), criado em Janeiro de 2008, após decisão adotada no Workshop SYAL em Collecchio¹¹. Os principais avanços a partir disso foram a diversidade de disciplinas e marcos conceituais mobilizados sobre o tema e a quantidade de instituições que se utilizam da noção de SIAL como ferramenta de orientação/ação de processos de inovação. Poémon e Fraire (2011) evidenciam a adoção do conceito de SIAL em programas de ensino superior na França, Nicarágua, Argentina e México, publicações acadêmicas e organização de congressos internacionais a partir de 2002 que difundiram essa abordagem. Devido à diversidade presente nesses estudos é difícil definir o conceito de SIAL de maneira rígida, além disso, esses sistemas são muito variados em sua trajetória de desenvolvimento, forma de articulação entre os atores, configurações espaciais, formas de qualificação, etc. (FOURNIER e MUCHNIK, 2012).

Segundo Muchnik (2006) existem três noções de SIAL que se sobrepõem: a primeira apresenta o SIAL como um conjunto de atividades agroalimentares constituídas e visíveis territorialmente, formando assim um objeto concreto de estudo. A segunda considera o SIAL como um enfoque, uma maneira de abordar o desenvolvimento dos recursos locais sem se ater a um objeto concreto ou um sistema existente. A partir do questionamento de que tipos de sinergias e ferramentas formais podem reforçar as ancoragens territoriais surge uma terceira concepção de SIAL: com figura jurídica, institucionalizada através de um organismo administrativo como uma associação, consórcio, etc.

De maneira geral, as principais características do SIAL são: a qualificação do produto pelo território frequentemente atribuído às referências identitárias específicas durante o ato do consumo; a integração de uma ou várias cadeias produtivas; a integração através do sistema entre o espaço urbano e rural; a inovação; a forma de interação com o meio ambiente; e a capacidade de se tornar um catalisador do desenvolvimento territorial (MUCHNIK, 2006; REQUIER-DEJARDINS, 2013). Para Ayala¹² (*apud* POÉMON e FRAIRE, 2011) as principais características que põe o SIAL em uma categoria de análise diferente de outros SPL de setores da economia como indústria ou serviços são os mercados de produtos incompletos, segmentados ou parcialmente institucionalizado e as falhas de mercado como o acesso diferenciado a crédito, seguros, informação e tecnologia.

¹¹ <http://syal.agropolis.fr/>

¹² AYALA J. **Fundamentos institucionales del mercado**. UNAM, México 2002, 253 pp.

Poémon e Fraire (2011) tentam delimitar o desenvolvimento cronológico do conceito no campo científico e político em quatro etapas. Na primeira etapa o SIAL está diretamente ligado as reflexões sobre economias de proximidade, as investigações sobre o tema concentram-se principalmente sobre redes de micro e pequenas empresas (MPEs) agroalimentares localizadas. Na segunda etapa se destaca os processos de qualificação dos produtos como forma de mobilização dos recursos territoriais específicos. Na terceira o SIAL ganhou o status de ferramenta analítica, destacam-se trabalhos que o utilizam como uma abordagem ou chave de leitura. Por fim, a partir de 2010 os trabalhos concentram-se na operacionalidade do SIAL em políticas de desenvolvimento (POÉMON e FRAIRE, 2011).

Na América Latina a noção nasce de estudos de diagnóstico de aglomeração de pequenas unidades produtivas de atividades que poderiam ser ditas como “atrasadas” como a farinha de mandioca do Brasil, os laticínios do Equador, a rapadura (chamada de *panela*) na Colômbia ou a farinha de batata no Peru e na Bolívia. Sob a racionalidade da economia clássica, não haveria motivos para dedicar-se a essas atividades, fadadas ao desaparecimento ou a converter-se para se tornar mais competitivas. Entretanto, as conclusões sobre esses aglomerados atrasados mostraram que, apoiadas em tecnologias e saber fazer local, essas atividades permitiam agregar valor à produção de pequenos produtores, melhorarem o ingresso da pequena produção familiar na economia, criaram uma quantidade considerável de empregos nas zonas rurais e contribuem com a segurança alimentar (REQUIER-DEJARDINS, 2013; MUCHNIK, 2012). O acúmulo de experiências através de diversos estudos de casos de concentração de agroindústrias, em especial na América Latina, permitiu ampliar o conhecimento sobre a análise do processo de ativação dos recursos específicos dos territórios e fortaleceu o enfoque do SIAL, tanto como conceito metodológico quanto ferramenta de análise, pois ela concilia componentes científicos, de natureza analítica, e componentes políticos, de natureza normativa (POÉMON e FRAIRE, 2011).

Apesar da diversidade de concepções sobre o que seria um SIAL e dos sistemas estudados, a abordagem não é aplicável para qualquer situação. No caso da produção de commodities orientadas para exportação, por exemplo, a abordagem de SIAL seria inútil, pois o comando da cadeia extrapola em muito o território. Por outro lado, os casos de cadeias longas, pode-se utilizar o enfoque do SIAL para estudar produtos de qualidade específica como orgânicos ou com

denominação de origem, por exemplo, mas não para *commodities* sem qualquer tipo de diferenciação (MUCHNIK, 2006).

Para Muchnik (2006) existe um triplo interesse comum do ponto de vista operacional nessa abordagem: a articulação dos elementos do sistema, as especificidades territoriais e a ativação dos recursos territoriais. O enfoque do SIAL parte antes de tudo do território, ele é a referência para entender a combinação de diferentes atividades e a relação entre os atores. Nesses arranjos o território oferece as condições, do ponto de vista operacional, para a melhoria das margens de lucro de pequenos produtores, ou através de um melhor posicionamento frente aos agentes com maior poder de barganha nas cadeias produtivas ou construindo circuitos de comercialização alternativos, frequentemente baseadas na construção de novas relações de proximidades entre produtores e consumidores (MUCHNIK, 2006; REQUIER-DEJARDINS, 2013).

As especificidades territoriais são expressas através dos produtos e saber fazer, das histórias e habilidades, das paisagens e do patrimônio (arquitetura, gastronomia, etc.). O interesse nas especificidades territoriais está ligado à preocupação sobre a diferenciação da oferta, o reconhecimento da diferenciação pelo consumidor e quais diferenciais são economicamente e mercadologicamente viáveis (MUCHNIK, 2006).

2.2.2 Território e SIAL

O conceito de território é diverso. O território não se constitui apenas do espaço geográfico, os elementos que o constituem são o espaço físico, o conjunto de sistemas naturais e coisas superpostas, o uso que se faz desse espaço, a identidade, a história, etc. O território tem uma relação profunda de construção recíproca com as nações que o constituem, pois os povos constituem os territórios e os territórios constituem os povos (SANTOS, 1999).

Apesar dessa noção de território, existe uma polissemia do conceito que se deve pelo fato da espacialidade humana ser tratada em diversas áreas do conhecimento, sua noção muda dependendo da perspectiva de estudo (HAESBAERT, 2007).

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveriam incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007 p. 37).

Haesbaert (2007) agrupa quatro principais concepções de território, buscando sintetizar as várias noções em diferentes áreas do conhecimento.

- Uma primeira concepção política ou jurídica-política, é a perspectiva mais difundida onde o território é concebido como um espaço claramente delimitado e controlado onde determinado poder é exercido, está ligado as relações espaço-poder institucionalizadas, na maioria das vezes relacionadas ao poder político do Estado;

- Uma concepção cultural ou simbólico-cultural, onde o território é concebido através da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

- Uma concepção econômica, que muitas vezes pode ser economicista, onde o território é concebido como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho. Essa perspectiva é menos difundida e está implicada na dimensão espacial das relações econômicas;

- Uma interpretação naturalista, mais antiga que as outras e menos utilizada nas ciências sociais, que concebe o território como a relação entre sociedade e natureza.

Apesar da importância de criar essas diferentes concepções, Haesbaert (2007) destaca a necessidade de adotar uma perspectiva integradora do território, ou seja, “um espaço capaz de integrar de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural” (HAESBAERT, 2007 p.75). Segundo o autor, o conceito que desempenhava o papel de integrar essas diversas dimensões na geografia era o de região. A ideia de fundo desse conceito era de uma síntese geográfica como um fundamento estruturador na organização do espaço regional. O conceito de região, por sua natureza, é considerado dentre os conceitos geográficos

o mais pretensioso. O que acontece hoje é que se reproduz nos debates sobre território uma leitura de região que elege como referência de fundamento estruturador, ou o poder político, ou símbolos da cultura ou a base técnica e econômica, dependendo do recorte disciplinar e das problemáticas que se abordem. Ou seja, mesmo a leitura de região varia conforme a perspectiva adotada para explicar os fundamentos da organização territorial da sociedade (HAESBAERT, 2007).

Nesse sentido, para Haesbaert (2007), sobram duas possibilidades: admitir a existência de vários territórios que coexistem em suas dinâmicas próprias (territórios políticos, econômicos e culturais) ou buscar uma forma de articular ou conectar as diferentes perspectivas de território, visto a necessidade “de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (HAESBAERT, 2007 p.76).

A perspectiva de território adotada no presente trabalho está ligada a um ponto de vista que, segundo Haesbaert (2007), partem de uma visão mais pragmática, emergente principalmente em virtude da implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial, em que são consideradas questões ligadas ao controle, ordenamento, questões ambientais e gestão do espaço. Nessa perspectiva é clara a necessidade de se considerar pelo menos duas características básicas do território: seu caráter de poder, incluindo os macro poderes (ligados ao caráter político e institucionalizado do território) e micro poderes (ligados ao cotidiano das populações e a elementos simbólicos) e; seu caráter integrador, onde o Estado, os indivíduos e grupos sociais em suas vivências concreta são “capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões”, ou seja, a integração parte da análise empírica (HAESBAERT, 2007 p.76).

No que se refere às relações de poder, adota-se duas categorias de território, que remetem simultaneamente a dois conceitos/ideias ligados ao próprio radical da palavra território: a palavra terra, que está ligada a dominação jurídica e política, e a palavra terror, que emite o significado de medo ou dominação. O poder ao qual se refere o radical de território é mais amplo do que o tradicional poder político, ele exprime tanto a concepção mais concreta, de dominação, quanto o simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2008).

A apropriação do território está ligada a possessão, pois segundo Haesbaert, (2008, p. 19) é “carregado das marcas do vivido, do valor de uso”, portanto

simbólico, já a dominação, que remete a propriedade, é mais concreta, funcional, vinculado ao valor de troca. A perspectiva da apropriação é múltipla, variável, está relacionada a vários ritmos, símbolos e práticas, o que se contrapõe a visão de dominação de território funcional, “um território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2008 p. 19). As duas formas de construção do território deveriam caminhar juntas, preferencialmente os processos de dominação formal deveriam se subordinar aos processos de apropriação simbólico cultural, mas por vezes essa forma de apropriação vai contra aos interesses da acumulação capitalista, que pauta o processo de dominação política e econômica do território (HAESBAERT, 2008).

O território visto a partir das categorias de apropriação ou dominação concebe os processos de territorialização como controles de acessos, seja para usufruir de seus recursos ou para controlar seus fluxos. Segundo Haesbaert (2007) essa é uma visão tradicional do território mais estável. Uma releitura dessa visão é a de território rede, focado na conexão e no movimento em diferentes escalas e de território híbrido em suas múltiplas esferas (econômica, política, cultural, etc.), e daí parte a noção de múltiplos territórios, territorialidades e multiterritorialidades.

A proposta de identificação de múltiplos territórios, para Haesbaert (2008), parte da premissa que os territórios são constituídos por redes e áreas. As áreas ou zonas estão mais voltadas à lógica estatal, onde o controle de fluxos se dá pelos controles de áreas contínuas, com fronteiras claramente delimitadas. Já as redes estão mais ligadas à lógica empresarial, onde os controles dos fluxos se dão pela sua canalização através de nós nas redes. Essas duas lógicas não são excludentes, visto que historicamente essas duas modalidades de construção de territórios funcionaram em conjunto. Arrighi¹³ (*apud* HAESBAERT, 2008) cita como exemplo histórico a cidade de Veneza como protótipo do Estado capitalista, que se estrutura sob essas duas bases (área e rede) onde é possível observar a constituição de “territórios rede”, onde o controle se dava pelo estabelecimento de cidade-estado e pelas poderosas oligarquias mercantis, que dominavam o comércio e até rotas marítimas.

A relação estabelecida entre esses dois elementos fundamentais constituintes do território geram, segundo Haesbaert (2008), uma enorme variedade de tipos de

¹³ ARRIGHUI, G. **O longo século XX**. São Paulo: ed Unesp, 1996.

níveis de controle territorial que dependem além dos sujeitos que o promovem (lógica estatal ou lógica empresarial), também do tipo de controle (mais funcional ou simbólico). A partir dessas variáveis é que o autor propõe identificar os múltiplos territórios que podem ser territorializações mais fechadas (onde o poder político corresponde à identidade cultural, como de grupos étnicos que almejam homogeneidade cultural), territorializações político-funcionais (como os estados-nação, que apesar de admitir pluralidade cultural, mas não admite pluralidade de poderes), territorializações flexíveis (que admitem sobreposições territoriais) e territorializações efetivamente múltiplas, ou seja, uma multiterritorialidade “construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (HAESBAERT, 2008 p. 25).

Saquet (2009) menciona que os territórios são formados por tempos históricos e ritmos diferentes e coexistentes, formados pelo movimento de sobreposição de diferentes redes e atores. As diferentes identidades e heterogeneidades dos grupos sociais que compõe o território são chamadas de territorialidades. As territorialidades podem ser entendidas também como a valorização dos recursos potenciais em processo de desenvolvimento, ou territorialidade ativa, capaz de ser concretizada através da organização política e participativa. Nessa abordagem existem alguns processos centrais como as relações de espaço e tempo, essa relação aparece, ora nas análises históricas, ora nas relações culturais, econômicas e políticas. Os processos de territorialidades (que incluem as territorializações e desterritorializações) podem ser apreendidos, segundo o autor, considerando-se:

- Os atores sociais, suas práticas efetivadas em diferentes escalas;
- As formas de apropriação do espaço (simbólicas e materiais) a partir das dimensões econômicas, culturais e políticas pelas mais diversas instituições públicas e privadas (associações, ONGs, famílias, sindicatos, etc.);
- As técnicas e tecnologias como mediação entre homem e espaço, na apropriação e produção territorial;
- As relações de poder e de trabalho;
- Os objetivos, metas e finalidade de cada atividade social, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, bem como sua mobilidade no espaço-tempo;
- As continuidades e discontinuidades territoriais condicionadas historicamente;

- As heterogeneidades e os traços comuns no que se refere as desigualdades e diferenças de identidade, ambas historicamente constituídas;

- “Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) concomitantes e complementares, isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais” (SAQUET, 2009 p. 89).

A definição de território de Pecqueur (2005), vinculada ao processo de desenvolvimento territorial, pressupõe dois tipos de território: o território dado e o território construído. O território dado está ligado aos elementos *a priori* à análise, não busca-se analisar sua dinâmica e sua gênese, como as fronteiras, as condições naturais, etc., é ele quem dá o suporte para o território construído. O território construído é concebido *a posteriori* à análise, é fruto da construção dos atores territoriais. Nesse sentido, o autor admite que pode haver lugares onde não exista territórios construídos, ou seja, territórios dominados por leis exógenas. Nesse mesmo sentido, Flores (2004) afirma que o território define um conjunto de elementos que permitam os agentes econômicos construir cadeias produtivas competitivas ou não.

Pecqueur (2005) define o conceito de desenvolvimento territorial relacionando o surgimento de uma entidade produtiva em um espaço geográfico ao processo de mobilização dos atores como uma estratégia reativa à globalização. Segundo o autor, três afirmações estão implícitas nessa perspectiva de desenvolvimento: a primeira é que o desenvolvimento territorial não pode ser imposto por decreto ou lei, ele é resultado de uma construção dos atores; a segunda é que ela implica em uma reorganização econômica local frente ao crescimento da concorrência em escala mundial e; a terceira é que esse processo tem como base a busca por recursos próprios do território ou a especificação dos ativos.

Na concorrência global, a competição entre os territórios se dá através de quais serviços ou vantagens cada um pode oferecer às empresas, para que sejam mais competitivas nesse mercado. Nesse sentido, cada território oferece os recursos que lhe são mais abundantes como, por exemplo, mão de obra barata, disponibilidade de recursos naturais, ou a sua própria localização como a proximidade com o oceano. Ainda há recursos que são dotados *a posteriori* do território, mas que são fruto de um longo tempo de construção ou então financiados pela coletividade, como por exemplo, um acúmulo de saber-fazer ou a oferta de uma

mão de obra qualificada e especializada. Para explicar o processo de especificação dos ativos, Pecqueur (2005, p.13) faz uma tipologia de recursos territoriais, classificados por um lado em “ativos e recursos” que podem ser “genéricos ou específicos”.

Os ativos são os fatores do território em uso, que já estão em atividade, enquanto os recursos são fatores do território ainda não explorados, organizados ou revelados, que caso haja as condições propícias podem se tornar ativos.

Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem (PECQUEUR,2005 p.13).

Os recursos e ativos genéricos não possuem qualquer tipo de diferenciação, sua existência independe da participação de produção do território, como recursos naturais, jazidas e mão de obra barata e pouco qualificada por exemplo. Seu valor é determinado pelo mercado por condições de oferta e procura e seu único valor é o de troca, portanto pode ser transferível.

Os recursos genéricos, ao se ativarem em ativos genéricos, adquirem um valor econômico, mas não mudam sua natureza, essa transformação não exige formas de articulação fora do mercado ou possuem limites geográficos, dependem apenas das condições financeiras e tecnológicas, estão acessíveis a qualquer um que pague pelo seu preço. O autor cita como exemplos de ativação de recursos genéricos o capital, a mão de obra, a matéria prima e a informação:

A mão de obra permanece sem qualificação, porém é empregada. O desempregado não qualificado representa um ativo e não apenas um recurso, pois, mesmo se seu trabalho não é realmente utilizado, é presente e influi sobre o mercado de trabalho e, portanto, eventualmente sobre as taxas de salário. O capital prestes a ser investido se revela e se torna poupança ativa. Essa poupança permanece muito líquida e, conseqüentemente, só pode ser destinada a investimentos de curto prazo. A matéria prima é explorada. A informação, na forma padronizada, é efetivamente utilizada antes de participar, eventualmente, como recurso, de um processo de construção de conhecimento. (PECQUEUR, 2005 p.14).

Já os recursos específicos existem somente em estado virtual, eles nascem de processos de interação entre os atores, quando são conjugados diferentes conhecimentos e competências para resolver um problema inédito geram novos conhecimentos e competências. Assim, a descoberta de recursos específicos

“provêm de uma dinâmica cognitiva sinônima de uma aprendizagem interativa” (PECQUEUR, 2005 p. 13). Esses recursos não são mensuráveis através de preço, são resultados de acúmulo de memórias, aprendizados e interações ao longo da história de um território. O componente fundamental na regulação dessas interações é a reciprocidade, que permite proximidades geográficas e institucionais. Apesar de não serem mensurados exclusivamente via preço, o mercado é um elemento complementar na ativação desses recursos.

Diferente dos recursos genéricos, os recursos específicos ao se ativarem mudam sua natureza e passam a ter um “custo de irreversibilidade”. Esses recursos são ativados através de um sistema de engajamento dos atores em um processo de normas horizontalmente estabelecidas.

[...]a matéria prima não pode ter caráter específico na medida em que seu valor de mercadoria não é ligado a seu uso futuro, nem ao contexto socioeconômico imediato. Ao contrário, a mão de obra tornar-se-á um ativo específico logo que estiver qualificada. Sua formação numa técnica constitui um custo assumido parcialmente fora da empresa. Um deslocamento teria, em parte, um custo de redirecionamento para a empresa que utilizasse essa mão de obra. Da mesma forma, o capital se torna ativo específico quando passa da forma de poupança líquida à forma de capital investido em equipamentos. Finalmente, a informação torna-se também um ativo específico quando é elaborada e organizada em vista a um uso particular. (PECQUEUR, 2005 p.14)

Para o autor, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, transformando esses recursos em ativos específicos ou especificando ativos, portanto, a inovação é inerente no processo. Aqui a noção de SIAL aparece como a aplicação dos princípios de desenvolvimento territorial apresentados por Pecqueur.

Para Flores (2004), o conceito de territorialidade é um mecanismo central nesse processo. Para o autor, a identidade territorial e os laços de proximidade (que podem expressar as territorialidades) podem não apenas fomentar mercados locais para sistemas produtivos locais rurais, mas também um “componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e serviços, visando outros mercados” (FLORES, 2004 p. 161). O autor cita como exemplo as experiências exitosas de denominação de origem controlada, que apesar da necessidade de adaptação aos diferentes contextos, se tornaram uma importante referência de estratégia de desenvolvimento local.

Para Muchnik (2006) as especificidades territoriais, a ativação dos recursos territoriais e a articulação do sistema são interesses centrais na abordagem do SIAL. As especificidades territoriais são expressas através dos produtos e o saber fazer, das histórias e habilidades, das paisagens e do patrimônio (arquitetura, gastronomia, etc.). O interesse nas especificidades territoriais está ligado à preocupação sobre a diferenciação da oferta, o reconhecimento da diferenciação pelo consumidor e quais diferenciais são economicamente e mercadologicamente viáveis. A ativação dos recursos, segundo o autor, implica em um processo de inovação dinâmica, onde os atores territoriais se envolvem em um projeto de resgate das tradições ou reinvenção apoiada nas tradições. A complexidade está no enfoque sistêmico da concentração de múltiplos atores territoriais em torno de um projeto planejado, executado e negociado em tempo real.

Nesse sentido, articulação dos elementos do sistema é importante porque todo sistema é instável. Para Muchnik (2006) o enfoque do SIAL pode se constituir uma ferramenta metodológica apropriada para reforçar as articulações de elementos e assim aumentara estabilidade e a eficiência do sistema. Essas articulações podem se manifestar objetivamente em relações entre produtores e consumidores (como feiras, festividades e outros eventos, venda direta, etc.), articulação entre atores e atividades produtivas diferentes (produção agroindustrial, turismo e serviços diversos) e as articulações entre os espaços urbanos e rurais.

Dessa forma, a análise de SIAL parte de uma postura interdisciplinar. Buscando estruturar as complementaridades entre as disciplinas e a interação entre os diversos objetivos de análise de um SIAL, Muchnik (2006) propõe um modelo qualitativo constituído de quatro categorias analíticas: a categoria histórica, uma categoria institucional, uma categoria técnica e uma categoria alimentícia. Esse modelo de análise surgiu, segundo o autor, do enfoque empírico aplicado a diversos aglomerados de agroindústrias da América Latina.

Para Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), esses eixos são a forma de aproximação da noção de SIAL do campo empírico, são eles que permitem a aproximação entre as noções mobilizadas pelo conceito de território (território dado e construído, dominação e apropriação do território e territorialidades) com o objeto de estudo. Entretanto, essa divisão de diferentes elementos pode ser arbitrária e os limites de cada eixo não são precisos nem estanques.

a) Categoria Histórica

A categoria histórica está diretamente relacionada com a noção de referências indentitárias que definem o sentimento de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade. Segundo Muchnik (2006), essas referências são simbolizadas através de diferentes níveis de relação, podem ser referências sociais (como idioma, lugar de origem, religião) e referências individuais (como o ofício, nome, apelido, lugar de origem dos atores etc.). Essas referências pouco têm a ver com a proximidade espacial, elas são formadas mais pelos fatos históricos e dão o fundamento afetivo para as ações dos atores territoriais. Apesar de essas referências produzirem com mais frequência conflitos do que cooperação é esse processo de construção histórico-cultural que cimenta as formas de coordenação territorial, facilitando a definição de regras para regular as ações coletivas (MUCHNIK, 2006; BOUCHER, 2006).

Historicamente não só as pessoas migraram, mas junto com elas espécies de animais e vegetais, conhecimentos, sistemas produtivos, etc., mesmo os produtos que parecem mais típicos foram localizados e deslocalizados, transformados e adaptados, gerando novos saberes e técnicas. Para o autor essa natureza “mutável” reflete-se até mesmo na terminologia usada para designar esses arranjos: utiliza-se a palavra “localizado” ao invés de “local”, isso indicaria que o sistema se localiza em um dado momento, nem sempre esteve presente e pode futuramente não existir, por isso também utiliza-se o termo “ancoragem territorial” (MUCHNIK, 2006).

Além da diversidade dinâmica do próprio arranjo, existe uma grande diversidade entre os diferentes arranjos. A abordagem do SIAL é utilizada desde produções mais antigas até sistemas mais novos, por isso Muchnik (2006) propõe alguns passos metodológicos para a análise histórica de SIAL: 1) Periodizar o processo histórico, definir as características desses períodos, as grandes transformações ocorridas e principais variáveis (técnicas, sociais, econômicas) que condicionam as trocas qualitativas; 2) caracterizar a situação atual, aprofundando a análise da diversidade dos sistemas que coexistem em um momento dado; 3) Precisar aqueles sistemas que podem hoje em dia, ser considerados como localizados, e decidir quais os vínculos ao território e as coordenações territoriais entre os atores são determinantes para o seu funcionamento e evolução.

b) Categoria Técnica

A categoria técnica faz referência aos “laços materiais”, no SIAL é através desta categoria que se analisa o saber fazer local, as inovações e a relação com o patrimônio natural. Para Muchnik (2006) as técnicas produtivas, em conjunto com os solos, o clima, as paisagens e as características dos produtos, fazem parte do que o autor chama de “laços materiais”, um dos principais elementos de ancoragem territorial. Os laços materiais dão a base para a constituição dos laços imateriais, que pode ser chamado também de “patrimônio intangível” como a imagem do território, sua cultura, saberes e tradições (dimensão histórica).

A análise da categoria técnica se torna complexa principalmente devido à variedade de sistemas e diversidade de atividades desenvolvidas. Existem estudos de sistemas de apenas um produto até aqueles com grande variedade de produtos agroindustriais e serviços. As mudanças na dinâmica social, econômica, política, ambiental, têm estimulado a pluriatividade e transformado os sistemas produtivos no meio rural. O turismo rural é um exemplo de atividade transformadora do sistema, a partir da restauração, de atividades gastronômicas, dentre outros, os produtores adquirem novas competências para adaptar-se a essa evolução, o que muda sua forma de interagir com seus meios de produção, com o patrimônio natural, etc. (MUCHNIK, 2006).

LINS (2006) por sua vez, define a inovação como elemento de destaque da problemática do SIAL, articulando conhecimentos locais e aprendizagem coletiva através da ação interinstitucional e estruturas de governança.

Pecqueur (2005 p. 19), por sua vez, também evidencia a relação direta entre SIAL e inovações no campo agroalimentar. Segundo o autor, esses arranjos permitem articular tradição e o “saber fazer” com a inovação de processos, entretanto, o autor ressalta como limite desses sistemas a “fraca capacidade de aprendizagem institucional” devido às fortes relações ligadas à tradição que os atores do SIAL estão inseridos.

Em relação ao patrimônio natural, Requier-Desjardins (2013) destaca que o SIAL contribui para a conservação da biodiversidade, à medida que esta faz parte dos ativos específicos do território, e em alguns casos, a qualificação do produto está diretamente relacionada a técnicas de baixo impacto socioambiental e práticas agrícolas mais sustentáveis.

c) Categoria Institucional

O enfoque SIAL utiliza a noção de cadeia agroalimentar, seu enfoque implica na análise tanto do fluxo de produtos e dos mercados consumidores, quanto ao fluxo de insumos e matéria prima. Segundo Ambrosine, Filippi e Miguel (2008) o que distingue essa análise em um SIAL da noção de *supplychain*¹⁴ é que as trocas são influenciadas por relações sociais, tanto a montante, onde os fluxos de matérias primas são determinados numa relação com o território e seus recursos naturais quanto à jusante, onde as trocas são determinadas pelas “representações dos recursos naturais, bem como os valores intangíveis percebidos pelo consumidor” (AMBROSINI, FILIPPI e MIGUEL, 2008 p.23). A operacionalização da análise da categoria institucional passa pela a análise dos diferentes vínculos entre os indivíduos, como se materializam e sua trajetória.

Para Muchnik (2006), o que constitui um SIAL é principalmente a forma de organização das atividades agroalimentares onde, diferente de uma cadeia comum, as dinâmicas territoriais determinam a coordenação entre os atores e o desenvolvimento das atividades produtivas.

Encontra-se na literatura sobre o tema duas referências sobre as relações entre os atores do SIAL, uma são as formas de proximidade e outra são os tipos de vínculos. Os processos de localização/deslocalização dependem em grande parte das relações entre os atores do território. Boucher (2006) classifica as relações dos atores territoriais em dois tipos de proximidade: proximidade geográfica e proximidade organizacional (QUADRO 4).

A proximidade geográfica faz referência às “externalidades passivas” como disponibilidade de mão de obra e as dinâmicas de inovação; esse tipo de proximidade possibilita tanto a cooperação quanto a competição baseada em inovação. Segundo Boucher (2006, p.9), essa proximidade está ligada a uma “identidade sociocultural que facilita uma vida ativa comum” e permite três enfoques sobre o território: um enfoque histórico, onde a proximidade é resultante da existência histórica do território; um enfoque funcionalista, onde o território é fruto das relações de proximidade que permitem estabelecer os seus limites; e por fim um enfoque institucional, no qual o território é o espaço onde se projetam ações de

¹⁴ Em tradução literal, *supplychain* significa “cadeia de suprimentos”, consiste em todo o processo logístico de determinado produto desde a matéria prima até a entrega ao consumidor final.

políticas públicas e o sentimento político, como os sentimentos de nacionalismo, patriotismo, regionalismo, etc..

Para Fournier e Muchnik (2012) a proximidade geográfica não é uma condição necessária para a constituição de um SIAL. Existem SIALs formados por espaços descontínuos, formando o que Muchnik (2006, p.14) chama de “territórios de SIAL”, a capacidade de articulação de atores espacialmente distantes nesses sistemas se deve à proximidade organizacional. Esse tipo de proximidade tem sido alvo de pesquisa principalmente de pesquisadores franceses¹⁵.

Boucher (2006) define a proximidade organizacional como a proximidade oriunda principalmente pelo comportamento dos agentes econômicos, suas regras de partilha e representações comuns.

Amaral Filho (2011, p.179) define a proximidade organizacional de forma mais ampla, para o autor essa proximidade “implica sair do plano individual da empresa e passar para o plano das organizações, por meio das quais os agentes passam a pertencer e a interagir”. A ideia é de relativizar a noção de que a proximidade física aproxima os atores, enquanto à distância os separa.

QUADRO 4 – FORMAS DE PROXIMIDADE

TIPOS DE PROXIMIDADE	
Proximidade Geográfica	Proximidade Organizacional
- Externalidades passivas - Identidades socioculturais que facilitam a vida em comum.	- Comportamento econômico dos atores; - Regras de partilha e representações comuns. - Formação de redes.

FONTE: BOUCHER (2006); ADAPTADO PELO AUTOR

Lins (2006, p.325) designa a expressão “redes sociais” para explicar os diversos “diálogos” que constituem as estruturas socio-produtivas no interior do sistema. O autor classifica em três diferentes tipos de vínculos: horizontais, verticais e multilaterais.

Os vínculos verticais são referentes às relações da cadeia de produção – comercialização – consumo, envolvem produtores, beneficiadores, fornecedores de insumos e equipamentos, comerciantes, distribuidores e consumidores (LINS, 2006). Nesse sentido, os SIAL podem ser diversos em suas formas de articulação, podem

¹⁵Muchnik (2006) cita os seguintes autores nesse sentido:

Rallet A. 2002, “L'économie de proximités, propos d'étape”, dans ‘Etude et Recherche sur les Systèmes agraires’, 33 : 11-25

Torre A., Filippi M., 2005, “Proximités et change ments socio-économiques dans les mondes ruraux”, Ed. INRA, Paris, 314 p.

ser sistemas que valorizam tanto os mercados locais quanto inseridos em circuitos internacionais. O tipo de mercado e suas exigências (certificações, qualidade exigida e regras comerciais) condicionam as formas de articulação dos produtores locais, suas estratégias individuais e coletivas (MUCHNIK, 2006).

Os vínculos horizontais abrangem os produtores e beneficiadores, se manifestam através de iniciativas de cooperativismo, associativismo, interações comunitárias, etc., relações que frequentemente não estão vinculadas estritamente a atividades econômicas (LINS, 2006).

Para Muchnik (2006) o enfoque do SIAL deve estudar os mecanismos de inclusão e exclusão dos produtos e produtores do sistema a partir de suas estratégias individuais e coletivas. Nesse sentido, Pecqueur (2005) destaca como limite dessa abordagem as barreiras de entrada do sistema, pois se o sistema pode ser facilmente “invadido” por agentes externos em busca de se beneficiar do seu sucesso, o efeito de discriminação diminui e a vantagem relativa desaparece. Requier-Desjardins (2013), com base na discriminação inerente ao sistema, chamado “efeito clube”, levanta questionamento sobre a efetividade do SIAL como ferramenta de luta contra a pobreza e a possibilidade desses arranjos aumentarem as disparidades já existentes entre os atores locais. Para se realizar essa análise, segundo Muchnik (2006), faz-se necessário observar não apenas as unidades que agem cooperativamente, mas também os produtores que agem individualmente para entender o funcionamento desse sistema de produção.

Os vínculos multilaterais ultrapassam a cadeia de produção e distribuição e abrangem as instituições de apoio ao sistema como institutos de pesquisa, instituições de ensino, serviços financeiros, etc. (LINS, 2006).

As relações e densidades de organizações é um elemento de análise presente em todas as formas de aglomerações produtivas. Na abordagem do SIAL essa análise é mais complexa, devido à baixa densidade de ocupação das zonas rurais, a abrangência não só de zonas rurais, mas também de zonas urbanas e a diversidade de unidades implicadas (produção, transformação e comercialização). Por fim, Poémon e Fraire (2011, p.19) mencionam que, para lidar com essa complexidade pode-se incluir ao enfoque do SIAL vários espaços “físicos e simbólicos”, expressos através das territorialidades. O conceito de territorialidade é que permite partir do ponto de vista do território, caracterizar as diversas relações entre produtos – atores – instituições em uma perspectiva temporal e espacial.

d) Categoria alimentícia

Para Muchnik (2006) o ato de comer põe em jogo variáveis de muitas ordens: a composição e as características dos alimentos, a saúde do consumidor, a sua identidade cultural, a dinâmica dos territórios, a evolução dos produtos e dos produtores agropecuários. Segundo o autor, os alimentos são o único bem de consumo que literalmente se incorporam ao consumidor.

A categoria alimentícia na análise de SIAL é particularmente importante, a principal característica desse sistema, que lhe diferencia um mero aglomerado produtivo rural. Segundo Requier-Desjardins (2013) em outras abordagens de SPL, o território exerce função apenas nos ativos estratégicos de interesse dos produtores, como liderança em custo, capacitação de mão de obra, etc. enquanto na abordagem do SIAL pressupõe-se a proximidade ou identificação dos produtos pelos consumidores via origem territorial.

A questão de qualificação via origem territorial é discutida há mais de uma década, segundo Requier-Desjardins (2013) o tema é abordado de maneira diferente na França e na América Latina. No caso francês a noção surgiu de aglomerados que se beneficiavam de alguma origem controlada ou indicação de origem protegida¹⁶, já na América Latina a maioria dos estudos que utilizaram a noção de SIAL se refere a produtos agroalimentares que apresentam uma forte tipicidade ou imagem de qualidade ligada a um território específico.

Os estudos de caso no sul do Brasil mostram que as aglomerações de indústrias rurais são formas produtivas historicamente constituídas, o que traz uma série de questões sobre as inovações e as permitem posicionar-se em um ambiente de rápidas mudanças do contexto econômico e social. Visto que essas agroindústrias têm em sua origem a finalidade de consumo doméstico (de uma família ou vizinhança) e posteriormente expandiram-se para os mercados (AMBROSINI, FILIPPI e MIGUEL, 2008), à medida que as produções locais são progressivamente destinadas ao consumo fora do território surge como problema à

¹⁶O primeiro país a implantar mecanismos de origem protegida foi a França, a ideia desse mecanismo inicia-se com a Lei sobre Fraudes e Falsificações em Matéria de Produtos ou de Serviços, de 1905, como resposta à crise do setor vinícola do país. Em 1935 foram criados o Instituto Nacional de Apelações de Origem (INAO) e o Comitê Nacional para Vinhos e Aguardentes, que instaurou e regulamentou a Apelação de Origem Controlada (AOC). Em 1990, a AOC foi ampliada para todos os produtos alimentares, o INAO criou comitês nacional para produtos lácteos e produtos agroalimentares. Atualmente, a França possui 470 Apelações de Origens Controladas de Vinhos, 45 de produtos lácteos e 23 AOCs de outros alimentos (KAKUTA *et al.*, 2006).

certificação de origem desses produtos, sendo que a certificação convencional desses produtos (IG¹⁷, orgânico, etc.) dificilmente é aplicada em diferentes contextos, principalmente em estados descentralizados onde cada região possui uma legislação específica (MUCHNIK, 2006; WILKINSON, 2003).

Para Fournier e Muchnik (2012), o enfoque do SIAL como ferramenta de intervenção para identificação e ativação dos recursos específicos de um território, implica na construção de instrumentos para diferenciar os produtos a partir de seu modo de produção, saber fazer local, etc., assim como o processo de IG o faria.

2.2.3 SIAL e ecodesenvolvimento: um diálogo possível?

Busca-se nessa seção apresentar uma síntese relacionando o conceito de ecodesenvolvimento com a noção de SIAL através das suas dimensões e categorias de análise. Vale lembrar que Sachs (1986) estabelece as cinco dimensões de sustentabilidade para que sejam consideradas nos esforços de planejamento do desenvolvimento, ou seja, possuem um caráter prescritivo para alcançar uma realidade ideal de desenvolvimento. Já as dimensões de SIAL foram, segundo Muchnik (2006), estruturadas a partir da análise de diversas experiências na América Latina, ou seja, de uma realidade empírica. Dessa forma pode-se estabelecer que, enquanto as dimensões do SIAL possuem um caráter analítico/descritivo, as dimensões de sustentabilidade possuem um caráter avaliativo/prescritivo. Acredita-se que, conjugando esses dois referenciais, pode-se realizar um estudo que aponte diretrizes de ações para o aperfeiçoamento das atividades produtivas e a promoção do ecodesenvolvimento.

Nesse trabalho, a sustentabilidade social é abordada transversalmente nas dimensões histórica, institucional e técnica. Hoje o meio rural no Brasil é marcado pelas disparidades socioeconômicas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2011), apesar do meio rural concentrar apenas

¹⁷Identificação Geográfica: No Brasil, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é quem estabelece as condições de registros das indicações geográficas. Para iniciar o processo de registro é necessário um grupo organizado de produtores, como uma associação, e buscar “elementos comprobatórios de que a região tem notoriedade para se tornar uma Indicação Geográfica”, como bibliografias, fotografias, reportagens, etc. e criar o Relatório Técnico de Produção, que é o sistema de garantia de qualidade do produto, que contém as etapas do processo, o que em tese garantiria a tipicidade do produto. Além disso, é necessário criar um conselho regulador da IG, definir a entidade que será a detentora da tutela da IG para então solicitar o reconhecimento do INPI (KAKUTA *et al.*, 2006 p. 30).

15% da população brasileira, quase metade da população rural encontra-se em situação de extrema pobreza (46,7%).

Esse quadro está ligado a uma crise da agricultura em pequena escala em nível nacional e mundial, nos últimos anos, se vê no Brasil, paralelamente a modernização do sistema agroalimentar, a criação de um arcabouço regulatório institucional a fim de aumentar o ambiente concorrencial, o que gerou a expulsão da agricultura familiar de várias cadeias de commodities onde ela mantinha uma forte participação, como por exemplo, o milho e a soja. Segundo Wilkinson (2003) o principal fator que gerou essa problemática foi o volume de produção, o que poderia ser contornado através de cooperativas de produtores, entretanto, cada vez mais o volume de produção e produtividade é definido em função da potencialização dos insumos e maquinários disponíveis. Dessa forma, a pequena produção se vê forçada a se ajustar à exigência da escala tensionada entre os altos custos de produção e oscilações de preço. Outro espaço que pode ser ocupado pela pequena agricultura é o mercado de frutas, legumes e verduras, pois o setor é caracterizado pelo uso intensivo de mão de obra, entretanto, essas cadeias têm sido comandadas por grandes redes de varejista que estão protagonizando as transformações e transnacionalização do varejo na forma de super e hipermercados (WILKINSON, 2003).

Dessa forma, pode-se considerar que os resultados desse conjunto de situações exposto por Wilkinson (2003) podem ser observados através das dimensões institucionais e técnica do SIAL. Na dimensão institucional observam-se os vínculos verticais, as relações de poder e pressão de compradores que controlam as cadeias varejistas, e na observação da categoria técnica, a partir dos fornecedores de insumos, que geram as desigualdades tecnológicas.

Além da dimensão institucional e técnica, relacionamos a dimensão social à categoria histórica de análise dos SIAL. Lundy *et al.* (2004) apresentam, dentre o conjunto de elementos que caracterizam a fragilidade da agricultura familiar, a tendência ao individualismo. Segundo os autores, devido a relações de pouca confiança entre os agricultores e uma capacidade limitada para assumir iniciativas estratégicas, os pequenos produtores não buscam a competitividade setorial. Esse fator é um comportamento inverso ao que acontece na produção de recursos específicos, fator chave na abordagem do SIAL. A construção territorial de recursos específicos passa por um longo processo de aprendizagem coletiva, que geram um

conjunto de valores e normas tácitas que orientam o comportamento dos atores territoriais oferecendo um espaço de “inteligibilidade e de ação” (Pecqueur, 2005 p.15). Essas normas são historicamente produzidas, e podem se refletir em relações de reciprocidade e/ou capacidade de cooperar, segundo Ambrosini, Filippi e Miguel (2008, p.76) “A confiança, a partir das abordagens localistas, surge do compartilhamento de valores e das relações sociais de longo prazo estabelecidas dentro da comunidade”. Dessa maneira, buscamos na história do território subsídios que ajudem e explicar as relações de cooperação ou não.

A sustentabilidade econômica é relacionada à dimensão institucional do SIAL, observando a alocação de recursos privados através dos vínculos verticais (relacionado ao poder de pressão de fornecedores e compradores) e a alocação de recursos públicos através dos vínculos multilaterais, que segundo Lins (2006), ultrapassam a cadeia de produção-comercialização-consumo e alcançam várias instituições. Dessa forma, pode-se verificar como as políticas públicas geram maior equidade na distribuição de recursos e diminuem as desigualdades. Nesse trabalho, destaca-se o papel dos programas de aquisição de alimentos e crédito para a agricultura familiar via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No que se referem à sustentabilidade ecológica, aspectos relacionados ao meio ambiente, em um primeiro momento está relacionada à análise à dimensão técnica do SIAL. As técnicas produtivas, em conjunto com as características dos produtos, os solos, o clima, as paisagens, são chamados por Muchnik (2006) como laços materiais. Aqui se entende a técnica como uma forma que o homem se relaciona com o meio ambiente.

A sustentabilidade ecológica também pode ser relacionada à dimensão institucional do SIAL. Lins (2006, p.327) observa na atividade de maricultura de Santa Catarina a “disseminação de atitudes de conservação do *capital natural*, substrato da qualidade territorial”. Essa conservação se relaciona com os vínculos horizontais (entre a própria comunidade, coibindo comportamentos danosos) e aos vínculos multilaterais (envolvendo instituições públicas, como órgãos ambientais, por exemplo).

A sustentabilidade espacial se relaciona com o caráter da concentração geográfica do SIAL. Apesar de a concentração espacial estar implícita na noção de SIAL, assim como em qualquer outra abordagem de aglomeração produtiva, para

Muchnik (2006), esse aspecto precisa ser relativizado, pois a densidade espacial desses sistemas na América Latina é muito variada. O autor cita como exemplo o queijo de Cajamarca, no Peru, onde a produção não se restringe ao meio rural, existem várias unidades de processamento também na zona urbana.

Considerando as prescrições de Sachs (1986), podemos relacionar a dimensão espacial da sustentabilidade à dimensão institucional de análise do SIAL, por um lado, observando-se como as políticas públicas e outras ações interinstitucionais podem promover a fixação das famílias no meio rural, e por outro como as relações entre os diferentes atores (verticais e horizontais) determinam a localização/deslocalização produtiva (proximidade geográfica e proximidade organizacional). Relacionamos também às dimensões histórica e alimentícia, uma vez que identidade patrimonial e valores locais subsidiam o entendimento das diferentes proximidades e da qualificação territorial. Esses dois fatores são particularmente importantes, pois são os responsáveis por explicar a relação dos consumidores (do meio urbano) com os produtores em um território específico (meio rural) e fomentar a resiliência do sistema produtivo como um todo. (REQUIER-DESJARDINS, 2013).

Para um consumidor que não desfruta de proximidade organizacional e geográfica, a ancoragem territorial do produto refere-se, de certa forma, ao reconhecimento da 'identidade do outro' no produto, uma condição que valoriza a natureza patrimonial da expressão desta identidade. Ora, a identidade patrimonial refere-se a um dado território, baseando-se na ligação material e simbólica entre uma população e um espaço, desde que o espaço disponha dessa qualificação identitária (já que o processo de produção do produto qualificado pela origem está ligado a um dado território). Dessa forma, a conservação do patrimônio, base da preservação da identidade territorial, fornece ao consumidor uma garantia de inalterabilidade do produto e de conformidade do processo produtivo com as exigências de um ecossistema cultivado (REQUIER-DESJARDINS, 2013 p.100)

Em relação à geração de empregos não agrícolas, o espaço rural não pode mais ser representado como sinônimo das atividades ali desempenhadas, pois nos últimos anos se reconhece que em algumas regiões a atividade produtiva agrícola vem perdendo importância na geração de renda. Essa situação é fruto de um processo estrutural de transformação da agricultura frente o capitalismo, entretanto, essa transformação não elimina a pequena propriedade que desenvolve "formas de trabalho acessório" (SCHNEIDER, 2003 p.105). Essas formas de trabalho acessório

podem se manifestar como uma das formas de qualificação via origem territorial, o turismo rural, que pode ser analisada tanto como uma forma de proximidade organizacional quanto de proximidade geográfica e podem dispensar outras formas de qualificação formal como mecanismos de rastreabilidade (REQUIER-DESJARDINS, 2013 p.100). Frequentemente, lugares que, mesmo considerados atrasados em relação aos “modelos de desenvolvimento tradicionais”, constroem territorialidades baseadas em uma identificação territorial, conseguem articular “novas modalidades de turismo que enfatizam a cultura e a natureza dos lugares visitados, o consumo de bens culturais diferenciados e de mercadorias com qualidade específica” (FROEHLICH, DULLIUS e VENDRUSCOLO, 2010 p.174). Esse último fator se relaciona com outra dimensão de sustentabilidade: a sustentabilidade cultural.

Nessa perspectiva Pecqueur (2005) destaca que uma das características centrais do SIAL é permitir a articulação de tradições e saber fazer antigos com a inovação em processo e a qualidade da produção, permitindo dessa forma a manutenção/preservação da cultura. Tendo isso em vista, relacionamos a sustentabilidade cultural com a categoria de análise técnica do SIAL.

Pode-se também relacionar a dimensão alimentícia, quando o patrimônio cultural é responsável pela ancoragem territorial.

O investimento representado pela introdução do conceito de patrimônio se faz não apenas através da consideração do patrimônio natural, mas igualmente pela referência à preservação da identidade cultural, logo, do patrimônio cultural, das populações em questão, frequentemente populações ‘indígenas’, portadoras de saberes específicos sobre os ecossistemas (REQUIER-DESJARDINS, 2013 p.101)

Vale ressaltar que, tanto as dimensões de sustentabilidade quanto as categorias de análise do SIAL não são estanques, seus elementos dialogam e por isso frequentemente essa categorização se torna complexa. O QUADRO 5 busca relacionar em quais categorias as dimensões de sustentabilidade podem ser observadas com mais evidência.

QUADRO 5 – RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DE SIAL

Dimensão de sustentabilidade no Ecodesenvolvimento	Categoria de análise SIAL
Sustentabilidade Social	Histórica; Tecnológica; Institucional
Sustentabilidade econômica	Institucional
Sustentabilidade ecológica	Técnica; Institucional
Sustentabilidade espacial	Histórica; Alimentícia
Sustentabilidade cultural	Histórica; Técnica; Alimentícia.

FONTE: SACHS (1986); MUCHNIK (2006); ORGANIZADO PELO AUTOR

CAPÍTULO 3 – A NOÇÃO DE SIAL COMO CHAVE DE LEITURA E APORTE METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: QUATRO CASOS DE TERRITÓRIOS NO SUL DO BRASIL

Neste capítulo, realiza-se uma revisão de quatro casos de territórios no sul do Brasil, três em que a noção de SIAL é utilizada como “chave de leitura” e um onde a noção é utilizada como ferramenta metodológica para um projeto de desenvolvimento territorial. Busca-se na revisão dos casos identificar as categorias de análise do SIAL, bem como aspectos que contribuam para apontar diretrizes de ação para a promoção do desenvolvimento territorial. Ao final do capítulo, há um quadro síntese (QUADRO 6) com o objetivo de apresentar os principais elementos de discussão de cada caso, relacionando com as categorias de análise do SIAL.

3.1 A EXPERIÊNCIA DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

O território da quarta colônia é o conjunto de nove municípios da região do centro do Rio Grande do Sul (Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Ivorá, Silveira Martins, Nova Palma, Agudo e Restinga Seca). Essa região passou a se referenciar como um território contínuo, que através de uma estratégia de articulação dos seus patrimônios, foi capaz de gerar uma identidade comum. Os pilares dessa estratégia foram: a valorização da gastronomia típica italiana da região, a tradição na produção artesanal de alimentos e bebidas e o turismo de apelo ecológico, religioso e cultural.

Um termo central na análise desse caso é o conceito de territorialidade. Segundo Silveira *et al.* (2011) houve um processo de constituição das identidades a partir das subjetividades individuais e coletivas, das especificidades históricas dos grupos e ao sentimento de pertencimento territorial que atuaram como fator de diferenciação nesse SIAL. Esse processo foi deliberado, essas identidades foram “mobilizadas em nome do desenvolvimento territorial” em um contexto sociocultural específico e institucionalizado pelos poderes públicos municipal, estadual e federal a partir da criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus) no ano de 1996 (Silveira *et al.*, 2011 p. 354).

O autor destaca que o processo de diferenciação desse SIAL envolveu “atores que não estavam inseridos no projeto de legalização das agroindústrias familiares, mas também dedicados à confecção de produtos típicos territoriais”, o que o tornou muito mais complexo e multidimensional (Silveira *et al.*, 2011 p. 354).

As ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS), executado pelo Condesus, foram no sentido de qualificar os produtores no que se refere à comercialização dos produtos de caráter artesanal, gestão das unidades produtivas e investimentos em aquisição de equipamentos e infraestrutura. Ao total participaram do programa 30 pequenas agroindústrias, mas as ações se desencadearam em múltiplas dimensões conforme a dinâmica de cada grupo social do território.

Os investimentos realizados nas agroindústrias atendidas geraram uma lógica diferente de comercialização da que havia até então. Para as agroindústrias que se legalizaram e investiram em capital físico, o mercado local e o atendimento aos turistas já não eram o suficiente para retornar os investimentos, o que levou a expansão para um mercado “extra local”, como a cidade de Santa Maria¹⁸.

Dessa forma os pesquisadores identificaram dois tipos distintos de produtores que se beneficiam de formas diferentes da imagem territorial: Um de produtores artesanais que se mantiveram distantes do processo de legalização e outro de agroindústrias que se formalizaram e cresceram. Os produtores que não se formalizaram focam-se em circuitos de comercialização locais, como feiras e estabelecimentos locais voltados ao atendimento de visitantes e de moradores da região. O outro grupo são os agricultores que se legalizaram e investiram em sua estrutura produtiva que estão inseridos em circuitos de comercialização formalizados e extra locais. Esse grupo não se constitui apenas de produtores que participaram do Prodesus, mas também de vários empreendedores desvinculados da atividade da agricultura familiar que, a partir da identificação do território com os produtos típicos da gastronomia italiana, se sentiram incentivados a investir em instalações de agroindústria, com os processamentos de matérias primas locais.

Buscando consolidar-se nos circuitos extra locais, um grupo de 16 produtores se organizou institucionalmente através de uma associação chamada Rede da

¹⁸ O município de Santa Maria fica há aproximadamente 40 km de distância dos municípios da quarta colônia, possui 276.108 habitantes, é a quinta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul (IBGE, 2015).

Casa, permitindo ocupar espaços em supermercados e aumentar a escala de produção. Segundo Silveira *et al.* (2011), a criação desse grupo converge para a articulação de formas de regulação e coordenação a partir de mecanismos de mercado e de reciprocidade: de um lado as exigências de preço, qualidade e o aval legal dos produtos frente aos órgãos de inspeção sanitária e de outro as características de um processo histórico-cultural de ocupação do território que combinou as características da cultura predominantemente italianas e mão de obra familiar, o que contribuiu para resguardar características como a ajuda mútua e as relações de confiança.

As exigências de mercado acima citadas demandam uma racionalidade pautada na lógica empresarial, arrolada na gestão financeira, na regularidade da demanda, na escala de produção e atendimento aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores e pelo mercado. Segundo os autores, esse processo levou a uma diferenciação social, pois esses elementos extrapolam a lógica que envolvia a produção em pequenas unidades de processamento artesanal. Assim, o grupo que se orientou ao mercado extra local acabou por estar cada vez mais inserido no círculo de produção em massa e cada vez mais afastados da produção típica e artesanal enquanto o outro grupo se mantém na informalidade, mas resguardando as práticas tradicionais de fabricação.

Essa situação pode demonstrar certa contradição na abordagem do SIAL ou nesse modelo de desenvolvimento territorial via mercado, uma vez que as racionalidades de mercado se contrapõem às lógicas locais.

Neste contexto, cabe a reflexão acerca dos caminhos a seguir, ou melhor, como o SIAL, concebido sob a lógica do fortalecimento e da formação de laços competitivos no mercado pode, de fato, contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar sem romper com sua racionalidade bastante influenciada pela lógica cívico-doméstica. Ou seria de se esperar que outros atores, comprometidos com uma lógica empresarial, substituam os processadores de pequena escala e afastem dos agricultores familiares da atividade de processamento? Faz-se necessário, realmente, buscar estes mercados que exigem a normatização dos produtos em substituição às relações de confiança entre produtor-consumidor? (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 364)

Para Silveira *et al.* (2011), a expansão no mercado tem reduzido a eficiência da marca “Quarta Colônia” como mecanismo de diferenciação dos produtos: “A marca representa hoje um espaço de produção e não as características ou especificidades intrínsecas de seus produtos”. O autor cita como exemplo o caso

das massas e vinhos, que tiveram sua origem nas mesas dos descendentes de italianos, mas hoje também são produzidas em empreendimentos com técnicas características de grandes indústrias. Nesse caso, seu diferencial não está em características intrínsecas ao produto ou a sua forma de fazer, mas uma “uma identidade sociocultural da *Quarta Colônia* reconhecida pelos consumidores dos mercados de proximidade”. Esses produtos fazem o apelo como “típico” ou “colonial”, porém, mantém apenas algumas características que lhe conferem o diferencial frente aos seus concorrentes como a aparência, formato, etc. (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 370).

Dessa questão, surge a importância de reconhecer o território em suas múltiplas territorialidades: a partir de um mesmo projeto de desenvolvimento territorial as diferentes identidades socioculturais constroem formas de participação distintas. Apesar de existir diferentes formas de apropriação da diferenciação espacial, elas são expressões de um mesmo processo de ativação dos recursos territoriais no qual se estruturou esses dois circuitos distintos de produção. Os elementos patrimoniais que foram mobilizados para essa ativação foram:

[...] a tradição gastronômica associada à produção artesanal de alimentos, a materialização da religiosidade em eventos e monumentos de evocação simbólica e as paisagens oriundas da transformação antrópica do meio geográfico (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 374).

A existência desses elementos separadamente não garante a sua ativação para a conformação de um SIAL, foi necessário um “discurso que os unificasse em uma perspectiva diferenciadora do território diante de seu exterior” (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 373). A noção de valorização da identidade sociocultural fez o papel de aglutinar as diferentes territorialidades, os recursos ligados ao saber fazer são ativados pelos atores através da produção e comercialização de produtos para o turismo. O vetor desse processo foi a institucionalização desse discurso através do Condesus e das ações do Prodesus, permitindo que diferentes produtores alcançassem mercados locais e extra locais, projetando a imagem do SIAL para fora.

Apesar da aparente contrariedade na forma em que os distintos grupos de produtores se apropriam dos recursos no que se refere à capacidade do patrimônio natural e cultural de gerar qualificação territorial, as distintas redes de

abastecimentos geradas por eles são complementares e importantes nesse sistema. A rede de abastecimento formada por empreendimentos formais e ligados ao mercado extra local é chamada pelo autor como “redes estratégicas de abastecimento” (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 376). Os empreendimentos que a constituem se localizam nos municípios de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, que estão geograficamente no centro da Quarta Colônia, região considerada rota turística “oficial”. Esses estabelecimentos, por se situarem em uma área mais privilegiada, têm mais acesso a uma série de serviços (redes urbanas como ruas e rodovias em bom estado, sinalização de seus estabelecimentos e atratividade com roteiros turísticos). Para o autor, essa rede é considerada estratégica porque são mais suscetíveis à fiscalização, permitem os serviços de turismo e seus investimentos em marketing são orientados ao mercado extra local, o que promove o território como um todo.

Já o que o autor chama de “rede informal de abastecimento” se constitui dos empreendimentos que, mesmo atuando na informalidade, mantiveram o fazer tradicional. Não existe uma aferição da quantidade exata de estabelecimentos, mas sabe-se que são muito mais numerosos que os empreendimentos formais. Esses estabelecimentos estão geograficamente dispersos, apesar de estar em áreas mais precárias no que se refere à urbanização, são os principais responsáveis pelo abastecimento de estabelecimentos voltados às atividades turísticas e por isso se beneficiam diretamente das ações de promoção de visibilidade do território. Além disso, esses produtores desenvolvem suas atividades há várias gerações e se tornaram uma espécie de “responsáveis” por preservar o estilo de vida que integra o patrimônio cultural da região.

Dessa forma, o autor destaca a importância de complexificar o olhar das políticas públicas para os distintos públicos. Quando o território é concebido de maneira reducionista, apenas como um espaço de governança uniforme e sem considerar as diferentes territorialidades, acaba por se tornar um espaço de dominação em vez de apropriação.

Assim, sob a guarida de um discurso identitário amplo, os atores territoriais vêm expressando diferentes racionalidades ante a valorização de suas identidades socioculturais, formando um cenário multifacetado, marcado pela diversidade socioprodutiva e pela desafiante “ambiguidade” entre reconstruir e/ou preservar seus saberes, importante dilema a ser

compreendido pelas políticas públicas e seus gestores. (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 377)

3.2 O SIAL DO QUEIJO SERRANO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA NO RIO GRANDE DO SUL

O estudo desenvolvido por Ambrosini (2007) busca delimitar o Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano na região dos Campos de Cima da Serra no Estado do Rio Grande do Sul. Esta região está localizada no extremo nordeste do estado, na divisa com Santa Catarina e é composta pelos municípios de Bom Jesus, Cambara do Sul, Esmeralda, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria.

Essa área é a mais alta do Rio grande do Sul e também a mais fria, nela se desenvolve o que pode ser chamado de “pecuária familiar”, atividade análoga à agricultura familiar no que se refere à racionalidade econômica e intenso uso de mão de obra familiar, mas com a criação de bovinos. A produção de queijo vem ganhando cada vez mais importância para essas famílias, pois como o objetivo dos produtores é vender as crias do gado, o queijo desempenha o papel de fonte de renda complementar nos períodos em que não há a venda de animais. Dessa forma, uma das especificidades desse sistema é a produção de queijo com o leite de um gado criado para o corte, ou seja, de raças especializadas na produção de carne e não de leite (AMBROSINI, 2007).

Com a queda nas receitas da venda de carne, a produção de leite tem permitido a esses pequenos produtores não só manterem-se em suas propriedades e na atividade produtiva, mas também a manutenção de seu modo de vida. A região se encontra em difícil acesso, o terreno é acidentado e não há uma infraestrutura pública adequada, o que permitiu, de certa forma, a manutenção de algumas características históricas que remontam ao período de ocupação desse território. Apesar de não existirem números exatos devido ao quadro de informalidade, estima-se que mais de mil famílias sobrevivam dessa atividade (AMBROSINI, 2007).

A autora discute a reputação do queijo serrano em sistemas de produção que diferem muito do tradicional em regiões que não estão geograficamente próximas dos Campos de Cima da Serra ou ligadas formalmente, mas que compartilham algum tipo de laço social estabelecido através do domínio do saber fazer. Essa abordagem só é possível pautada na concepção de território apropriado, fundado

em uma construção social sobre o patrimônio ambiental e cultural, chamado pela autora de “território do queijo serrano” (AMBROSINI, 2007 p. 44).

Um fenômeno interessante da região é que, à medida que o queijo se torna uma importante fonte de renda, alguns produtores abandonaram o sistema de corte e se dedicaram exclusivamente a bovinocultura leiteira. Ainda assim, os pecuaristas familiares são o grupo mais significativo em termos numéricos, históricos e culturais, pois, esse grupo herdou e preserva o “ofício de fazer” o queijo serrano (AMBROSINI, 2007 p.100). A subsistência dessas famílias depende da combinação de uma série de atividades, há além da produção de queijos, desdobramentos como a atividade turística, aproveitando-se também da infraestrutura das propriedades e das características climáticas da região, onde o frio é um atrativo.

Para elaboração desse estudo de caso a autora utiliza três dimensões de um SIAL que desempenharam o papel de categorias de análise: a dimensão histórica, a dimensão técnico-teórica e a dimensão institucional.

A atividade pecuária tem uma participação muito importante na formação histórica, econômica e cultural do Estado do Rio Grande do Sul. A atividade foi favorecida por condições naturais desse ecossistema, ela remete ainda ao período de concessão das sesmarias e ainda hoje está ligada às extensas propriedades patronais. No caso da pecuária familiar, a atividade obedece a uma baixa escala de produção e está ligada à reprodução material e social das famílias.

Na dimensão histórica a autora identificou que, mais do que uma atividade econômica, a lida com o gado e o trabalho no campo está ligado à identidade dessas pessoas, em seguida aparece na escala de importância o sustento da família e a segurança de poder continuar com seu estilo de vida.

A doma de cavalos, a habilidade em lançar animais em rodeios são práticas usuais entre um terço dos entrevistados. À exceção de um produtor, todos pretendem permanecer na pecuária e gostariam que os filhos também permanecessem. A maior parte dos produtores (10) acredita que sua atividade tem ligação com a cultural local e julga importante preservar a tradição da criação de gado e fabricação do queijo serrano e transmitir aos seus filhos.

Quando avaliamos as motivações ligadas à atividade de criação de bovinos, em um primeiro momento, ela nos parece, além de um meio de sustento, um modo de vida. A pecuária é motivada por satisfação pessoal, ou tradição familiar, segundo mais da metade da amostra. (AMBROSINI, 2007 p. 77)

A autora ressalta a presença muito forte de fatores naturais no discurso dos produtores no que se refere a “segurança”, como problemas de estiagem. A

justificativa da produção de queijo está ligada a adequação às características do meio natural.

Em relação à dimensão institucional, a autora identificou que não há formas de cooperação entre os produtores, e encontra parte da explicação na própria formação histórica da produção:

A forma como se encontra organizada a produção de QS permanece semelhante ao Sistema Agrário do Tropeirismo Regional (1860 – 1950). Ou seja, a produção é individual, feita apenas com o leite produzido na própria unidade. Apesar de existir uma Associação de Produtores de Leite e Derivados dos CCS, os produtores entrevistados ou não estavam associados a mesma, ou não sabem de sua existência (AMBROSINI, 2007 p.79).

A associação em questão foi criada em 2001 com o intuito de promover reuniões periódicas entre os produtores e discutir as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização do queijo serrano. A associação também tinha a finalidade, em parceria com a Emater/RS, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e as Inspetorias Veterinárias, de legalizar a produção, entretanto, a mesma encontra-se desativada. Segundo os próprios extensionistas da Emater, a associação perdeu força com o passar do tempo até a sua desativação (AMBROSINI, 2007).

Os produtores atribuem a falta de participação ao relevo e infraestrutura da região, que faz com que a região experimente de certo isolamento e obriga as propriedades a serem mais autosuficientes. Também não há perspectiva de influência de instituições de ensino, pesquisa, extensão ou qualquer forma de política pública no que se refere à produção de queijos.

A autora ressalva que, mesmo com esse quadro de não participação em grupos, não se pode concluir que não existem relações de confiança e cooperação na comunidade. Além dos fatores naturais, os entrevistados ressaltaram como vantagem da localização a “cultura do queijo serrano” e o contato com a comunidade. Esses contatos se traduzem no conhecimento de onde vender o queijo e na reputação dos vendedores. Os entrevistados consideraram que a existência de uma associação na região seria interessante para formalizar a produção, já que a clandestinidade da produção de queijo aparece como o terceiro problema mais citado pelos produtores, atrás do baixo preço pela venda do boi e restrições ambientais ligadas a queima de campo para fazer o manejo das pastagens ao fim do

inverno. O problema da informalidade da produção de queijo não está ligado a um entrave para a venda ou acesso a novos canais, mas pelo fato dos produtores se sentirem contraventores.

Um exemplo de relação de confiança estabelecida é quando acontece o reajuste dos preços, geralmente no período de inverno quando acontece a entressafra dos queijos e a diminuição da oferta desse produto. Os produtores procuram saber através de sua rede de contatos qual o preço praticado para que todos mantenham o mesmo valor.

Em relação aos vínculos verticais, os produtores concentram quase toda a cadeia produtiva, pois os insumos são os excedentes produzidos na propriedade. O acesso aos mercados varia conforme a localização geográfica da propriedade, condição de estradas e “segundo relações mantidas e constituídas ao longo do tempo com seu(s) comprador(es)” (AMBROSINI, 2007 p. 92).

As dinâmicas urbanas (tipo de colonização, infraestrutura de acesso, tamanho e acesso ao mercado consumidor) auxiliam a compreensão dos contornos do SIAL. Assim, as formas de inserção do QS no mercado variam e são fortemente vinculadas à localização das AIR, o que também tem relevância nos processos de manutenção ou transformação de determinadas práticas. Vemos que se a forma de comercialização varia nos três municípios pesquisados; a natureza das relações sociais estabelecidas em torno do queijo também sofre alteração. À medida que avançamos em direção a Caxias do Sul, os laços sociais ao longo da cadeia tendem a tornarem-se menos preponderantes. (AMBROSINI, 2007 p. 90)

Assim, quanto mais distante dos centros urbanos que são considerados relativamente importantes, mais importante é a figura do intermediário. Apesar de isso significar um valor menor pago ao produtor, não é considerado como um problema, pelo contrário, em muitos casos esse atravessador é o responsável pela maturação dos queijos e leva eventuais demandas dos clientes ao produtor (seja os comerciantes ou consumidores finais). Há um acordo tácito entre essas duas partes, o intermediário sempre compra o queijo pelo menos uma vez por semana, mesmo que para isso signifique ficar com a mercadoria estocada. O queijo é vendido sempre à vista e pago em dinheiro, além disso, o intermediário assume o risco do transporte do queijo, que implica a possibilidade de apreensão da mercadoria pelos órgãos de fiscalização sanitária e multas.

No que se refere à dimensão técnica, praticamente não houve mudanças na forma tradicional de produção do queijo. Há em áreas mais próximas aos centros urbanos considerados mais importantes uma maior fiscalização dos órgãos de

vigilância sanitária e um programa de incentivo a instalação de agroindústrias familiares, cujo produto recebe um selo do Serviço Municipal de Inspeção (S.I.M.). Nesses locais, apesar da forma de fabricar o queijo ser praticamente a mesma que nos campos de cima da serra, os animais não são criados da mesma maneira, são raças leiteiras altamente especializadas com uma dieta bem diferente. As diferenças técnicas geram, por consequência, produtos diferentes, entretanto esses produtores ainda consideram-no como “queijo serrano tradicional”, beneficiando-se assim da imagem ancorada territorialmente.

A autora conclui que essa aglomeração pode ser caracterizada como um SIAL ainda na forma passiva, pois a mobilização coletiva em torno da produção é muito frágil, apesar da sua importância socioeconômica. Até a década de 1950 o queijo não possuía uma grande importância relativa em comparação com outros excedentes das propriedades, como o pinhão e o couro, sendo um produto secundário. Com a diminuição das áreas das propriedades e a queda do preço da carne, o queijo serrano passa de um produto secundário, de autoconsumo, para uma importante fonte de renda, chegando a representar 60% da renda das propriedades. Um dos fatores que fez com que do queijo serrano tomasse tanta importância para essas famílias é o seu caráter menos sazonal. A receita da venda do queijo é destinada para as despesas diárias da casa, enquanto a venda de novilhos, que é mais sazonal, é utilizada para custear despesas da propriedade. Daí a importância em se pensar ações de desenvolvimento da atividade.

A ativação do SIAL QS em torno do processo de legalização da produção em suas bases artesanais poderia gerar resultados virtuosos, pois, *a priori*, possibilitaria a valorização do produto e a manutenção dos sistemas pecuários familiares. Tal processo poderia gerar externalidades positivas, na medida em que permitiria a preservação da cultura local, de um ecossistema e de um modo de vida singular, favorecendo outras atividades econômicas, tais como o turismo, para o qual importa os atrativos de beleza natural do meio físico, mas, também, o consumo de valores simbólicos do lugar. (AMBROSINI, 2007 p. 139)

3.3 O CULTIVO DE MOLUSCOS EM SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina possui destaque nacional na atividade de cultivo de ostras. Sua produção está espalhada por toda a costa norte do estado, entretanto, é na capital do estado que se localiza a maior parte da produção. Lins (2006) analisa a cadeia de produção e consumo, utilizando a abordagem do SIAL

como uma “chave de leitura” dessa realidade empírica. Destaca-se nesse estudo a importância da inter-relação entre os diferentes capitais (humano, social, natural e cultural) na ativação dos recursos específicos e relações entre os diferentes vínculos (horizontais, verticais e multilaterais).

A base desse sistema está fundamentada na conjugação do capital natural, social e humano, pois, a pesca artesanal é uma atividade histórica favorecida por condições ambientais do local e remete à herança da ocupação açoriana-madeirense do século XVIII. Dessa forma, existe uma longa familiaridade com atividades ligadas ao mar, que se desencadeiam em conhecimentos locais como o conhecimento das marés, habilidades com os equipamentos e outras atividades como a culinária. Além das condições propícias do meio ambiente e conhecimento histórico, a atividade está envolvida em um tecido institucional que favoreceu o desenvolvimento e a inovação da atividade. Há um envolvimento ativo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Universidade do Vale do Itajaí.

Outra característica marcante desse sistema foi o papel das instituições de pesquisa e extensão na disseminação da produção de ostras. O contato da UFSC aconteceu por volta de 1980 quando inicia-se as pesquisas para o cultivo de ostras nativas na região. Com os resultados negativos, as pesquisas voltaram-se para o estudo de viabilidade do cultivo de espécies exóticas. Observando o problema do declínio da pesca em comunidades costeiras, a EPAGRI viu nas pesquisas da UFSC uma oportunidade de reduzir o contingente de pessoas que simplesmente estavam abandonando a atividade pesqueira. Dessa forma, a EPAGRI atuou no sentido de disseminar as técnicas desenvolvidas pela universidade junto às comunidades pesqueiras, auxiliando na organização comunitária, articulação junto aos órgãos de fiscalização ambiental e assistência técnica vinculadas à instalação de unidades de beneficiamento de moluscos. Houve também a inserção dessas ações em programas de pesquisa e extensão envolvendo diversas universidades e fontes de financiamentos dentro e fora do Brasil.

Para o autor, apesar da atividade ter evoluído apoiada pelas diversas instituições, o papel das especificidades territoriais continua central na abordagem, pois a inovação e originalidade reside na maneira como os recursos são combinados.

É provável que outras áreas do Brasil também possuam recursos naturais favoráveis, estruturas socioculturais aptas a alicerçar o cultivo de espécies marinhas e instituições capazes de impulsionar avanços tecnológicos e a organização dos produtores. Em Santa Catarina, contudo, o sustentáculo foi principalmente a amplitude e a intensidade da articulação entre os vários recursos, interações (...) que podem ser vistas como um ativo específico do território para a maricultura, ou seja, um aspecto da territorialidade. O resultado dessa malha de encadeamentos é uma irrefutável inovação no litoral de Santa Catarina – pois um novo setor de atividades foi entronizado –, possibilitada, ou ao menos estribada e encorajada, por ligações interinstitucionais que se revelam, elas próprias, uma importante inovação. (LINS, 2006 p.322)

A relação entre extensionistas e comunidades não foi vertical, com pacotes tecnológicos prontos e imutáveis, segundo o autor, a herança pesqueira local foi um importante ativo específico do tipo cognitivo para a melhor adaptação da atividade ao local. O autor cita como exemplo a adaptação de materiais próprios e disponíveis na comunidade, como o uso de estacas de bambu no cultivo de mexilhões que, apesar de ter uma baixa durabilidade, permite a participação de famílias mais pobres em virtude do baixo custo.

Além da relação da atividade produtiva com as instituições de pesquisa e extensão, outros importantes vínculos multilaterais são as iniciativas relacionadas à Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (FENAOSTRA). Esse evento acontece desde 1999 em Florianópolis e se tornou um marco importante no calendário turístico, cultural e artístico do estado. É realizado conjuntamente pelas associações de maricultores da Ilha de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

A FENAOSTRA procura valorizar a herança sociocultural de base açoriana e associar a esta os produtos da maricultura. A estratégia visa aproveitar o ativo específico relacionado à imagem do território, o que transparece também no fato de as manifestações folclóricas e culturais locais geralmente se beneficiarem de destaque na programação. (LINS, 2006 p.326)

Sobre os vínculos verticais, observa-se a existência cada vez mais forte de atividade que se organizaram em torno da ostreicultura. Existem poucas empresas fornecedoras de insumos, nesse sentido, vários projetos de pesquisa são desenvolvidos buscando maior independência dos produtores, como por exemplo, o cultivo de ostra nativa. Há também ex-produtores que se dedicam a prestar serviços de reparação aos maricultores ou atuam como atravessadores entre os produtores e

os estabelecimentos que as vendem ao consumidor final, são chamados de “*motoboys das ostras*” (LINS, 2006 p.326).

A maior parte da produção é destinada aos estabelecimentos turísticos da própria cidade. O gargalo para muitos produtores está na carência de infraestrutura de beneficiamento e armazenagem. Tendo isso em vista, a EPAGRI promoveu unidades de beneficiamento das comunidades, buscando agregar valor à produção e as devidas certificações de qualidade, entretanto, o projeto não evoluiu pela baixa aderência dos produtores às cooperativas que iriam gerenciar as unidades de processamento. Dessa forma, existe uma implicação no fortalecimento dos vínculos horizontais (cooperativismo) para resolução de problemas ligados aos vínculos verticais (comercialização).

Outra implicação quanto às redes sociais é a relação com o patrimônio natural, com o aumento da relevância da atividade, surge a preocupação geral com a qualidade das águas, nesse sentido, houve iniciativas espontânea de monitoramento e controle de despejo de efluentes domésticos no mar.

Daí poder-se falar em disseminação de atitudes de conservação do capital natural, substrato da qualidade territorial, âmbito em que também se cruzam interações nos planos horizontal (acompanhamento no seio das comunidades, para cercear e coibir comportamentos deletérios) e multilateral (envolvendo instituições públicas estaduais e federais). (LINS, 2006 p.327)

Há também desdobramentos negativos em relação ao meio ambiente, o autor cita alguns problemas que são derivados da atividade, como por exemplo, a deposição das cascas dos moluscos na praia, a raspagem dos costões para extrair as sementes de mexilhões, até o quase esgotamento e a carga excessiva de cultivos em algumas áreas, exercendo pressão ao ecossistema.

3.4 AS FARINHEIRAS NO LITORAL DO PARANÁ

A produção de farinha é típica em quase todo o território brasileiro, no litoral do Paraná ela é marcada por uma série de problemáticas como a informalidade e o contexto dos conflitos gerados pelas unidades de conservação. Apesar da pressão exercida pelo mercado e pelos órgãos de fiscalização ambiental, a produção de mandiocaefarinha tem um papel fundamental para as famílias que vivem no meio

rural da região por se caracterizar como uma “atividade amortecedora”. Por um lado ela contribui para a segurança alimentar das famílias e por outro atua como fonte de renda complementar (DENARDIN *et al.*, 2011).

Denardin e Komarcheski (2015, p. 199) buscam, através da caracterização de um SIAL da produção de farinha de mandioca no Litoral do Paraná (SIAL Farinheiras), “evidenciar os recursos e ativos genéricos e específicos do território”. Para isso, os autores utilizam os eixos de análise utilizadas por Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) inspiradas por Muchnik (2006): histórica, técnico teórica e institucional.

Na categoria histórica ressalta-se o saber fazer e as relações sociais estabelecidas em torno da atividade. Os relatos de produção de farinha no Litoral do Paraná remontam ao século XVI. A partir da regulação sanitária a produção e venda de farinha no Litoral passa a ser inibida pelo poder público, o que impacta na capacidade de reprodução social dessas famílias.

Mais do que uma atividade produtiva, a produção de farinha é um espaço de sociabilidade de famílias e comunidade. Em algumas comunidades é comum no cultivo de mandioca a prática de “guajus”, expressão que designa a ajuda mútua entre as famílias de produtores que se reúnem em mutirões. A organização em torno das farinheiras permite aos produtores trocas de saberes como épocas de plantio, trocas de variedades de ramas, manejo do solo, técnicas de processamento da mandioca, etc. além de constituir um espaço para a manutenção de um conhecimento passado de geração em geração.

Ao mesmo tempo em que há, a partir desses espaços, o compartilhamento de valores identitários, há também uma variedade de práticas e conhecimentos distintos. Cada produtor mantém uma forma de fazer diferente, produzindo farinhas mais grossas, mais finas, mais ou menos torradas. Essa diversidade também se manifesta nos artefatos utilizados na produção, uma grande variedade de peças artesanais que constituem um rico patrimônio imaterial, cada artefato exige um conhecimento de como manuseá-lo em cada fase do processo produtivo da farinha ao mesmo tempo exige um saber fazer para a sua confecção, reforma ou conserto. Esse saber fazer, reformar ou consertar peças está presente entre os mais velhos, que detém um conhecimento oriundo de um passado onde a madeira era abundante e as restrições legais para sua extração menores (DENARDIN E KOMARCHESKI, 2015).

Na categoria técnica observam-se mudanças significativas no cultivo e no processamento. No cultivo as mudanças estão relacionadas principalmente na relação com os recursos naturais, pois os produtores foram obrigados a se adaptar às normas estabelecidas pela legislação ambiental. No processamento houve a mecanização de algumas etapas com o uso de motores elétricos ou da prensa hidráulica.

Sobre a relação com o patrimônio natural, é importante citar o destino dado ao resíduo com maior impacto negativo ao meio ambiente gerados no processo produtivo: a mandiquera. A mandiquera é um líquido ácido oriundo da prensagem da mandioca ralada e os produtores lhe atribuíram diversos usos em suas propriedades, como inseticida, herbicida ou ainda matéria prima para a produção de sabão.

Denardin e Komarcheski (2015) destacam na categoria institucional uma prática ligada às relações entre os vínculos horizontais dos agricultores, apesar de a maioria possuir e atuar em unidades produtivas individuais é comum a participação das famílias em “guajus” ou ajuda mútua no processamento. Há também o empréstimo ou aluguel da farinha para familiares e vizinhos, frequentemente o pagamento é realizado em produtos ou trocas de dias de trabalho.

Sobre os vínculos multilaterais, os autores mencionam o projeto Paraná Doze Meses¹⁹ que construiu oito farinhas comunitárias no Litoral que, até o ano de 2008 encontravam-se desativadas. A UFPR, através de seu Setor Litoral, desencadeou a partir de então um conjunto de projetos e programas que permitiu, dentre outras coisas, a reestruturação de três dessas farinhas nos municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba.

Além da UFPR, os autores citam Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), entretanto ressaltam que, em virtude da crise que afetam essas instituições, o apoio prestado às famílias é incipiente. As prefeituras através de suas secretarias de agricultura também são praticamente ausentes. O quadro institucional desfavorável, em conjunto com outros diversos fatores de ordem econômica e política traçam um

¹⁹Projeto executado em 2003 pelo governo do Estado do Paraná em parceria com o Banco mundial com o objetivo de reduzir a pobreza no meio rural. As ações incluíam melhorar as condições de habitação e saneamento, recuperar o solo agrícola preservar o meio ambiente e desenvolver ações que permitam a agregação de valor à produção. <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>

quadro desfavorável para essa atividade, os autores ressaltam, nesse sentido, a ausência de jovens e o abandono da atividade pelos agricultores.

Denardin e Komarcheski (2015) concluem que, a farinha de mandioca artesanal produzida no Litoral está condicionada ao saber fazer dos agricultores locais e, portanto, é um recurso específico do território, podendo futuramente constituir-se em um ativo. Apesar da produção de mandioca e de farinha fazer parte da cultura dos pequenos produtores familiares do Litoral e contribuir para a sua soberania alimentar, os problemas enfrentados na região ligados à fragilidade das organizações de apoio à atividade inviabiliza a possibilidade de uma “quase renda” atribuída ao território.

3.5 REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DA NOÇÃO DE SIAL A PARTIR DA REVISÃO DE QUATRO ESTUDOS DE CASOS DE TERRITÓRIOS DA REGIÃO SUL

A revisão de casos permitiu identificar algumas características nas abordagens que se utilizam da noção de SIAL como “chave de leitura” ou como aporte metodológico para estratégias de desenvolvimento territorial.

A primeira questão que pode ser observada é a pluralidade de situações que a noção de SIAL permite abordar. Os SIALs são diversos em suas extensões geográficas, nas variedades de produtos, nas formas de articulação territorial, nas trajetórias históricas e de desenvolvimento tecnológico. Essa diversidade de olhares pauta o enfoque da discussão que cada autor faz no seu estudo de caso.

Apesar de Froehlich, Dullius e Vendruscolo (2010), Silveira *et al.* (2011) e Lins (2006) não utilizarem as mesmas categorias de análise propostas por Muchnik (2006), nos casos da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul e da Maricultura de SC, pode-se perceber alguns elementos que podem ser relacionados com as categorias de análise histórica, técnica e institucional.

A abordagem da categoria técnica varia conforme a pluralidade de produtos do sistema. Enquanto os casos do SIALs Farinheira, Queijo Serrano e Maricultura, por exemplo, tratam de sistemas produtivos de um único produto (ou poucos produtos semelhantes tecnologicamente), o caso da experiência da Quarta Colônia de Imigração Italiana trata de um sistema de múltiplos produtos ligados entre si por uma identidade sociocultural comum, como a produção de massas e vinhos. A

variedade de produtos dificulta um estudo e/ou descrição detalhada das fases dos processos e gargalos produtivos, nesse sentido, o enfoque da análise da categoria técnica está nas implicações de mudanças tecnológicas que ocorrem em um conjunto de unidades produtivas de um território. Silveira *et al.*(2011) categoriza as agroindústrias considerando, dentre outros fatores, a adequação ou não de sua unidade produtiva às normas da ANVISA e as práticas de produção ligadas às distintas racionalidades, pautada na lógica empresarial que buscam determinados padrões de qualidade e escalas de produção ou, pautada na lógica doméstica que preserva o processamento artesanal e um saber fazer local.

A abordagem da categoria histórica varia conforme a forma de ancoragem territorial dos produtos e a perspectiva de território abordada. No caso do SIAL do Queijo Serrano, por exemplo, Ambrosini (2007), para caracterizar o “território do queijo serrano”, aborda as características físicas do território, a autora faz o resgate histórico através da evolução dos sistemas agrários do território, que são determinados pela interação que ocorrem em nível natural, como solo e clima (território dado) até níveis históricos e econômicos (território construído).

Para caracterizar cada sistema agrário, os seguintes componentes foram levados em consideração: (i) a caracterização do meio ambiente, (ii) o levantamento dos modos de exploração do meio, (iii) dos instrumentos de produção, (iv) da força de trabalho utilizada. (v) do modo de acesso ao fundiário, (vi) das principais categorias sociais (vii) dos produtos da exploração do meio, (viii) das relações de produção e troca e (ix) da utilização da paisagem (AMBROSINI, 2007 p.38).

Já no caso do SIAL farinheiras, Denardin e Komarcheski (2015) abordam a categoria histórica do SIAL considerando a produção de farinha como espaço de sociabilidade e identidade. Para isso, os atores utilizam-se da pesquisa-ação onde, através de um programa de extensão, puderam relacionar o saber fazer vinculado à produção da farinha com os relatos históricos da produção no litoral, que datam desde o início do século XVI.

Esses relatos se relacionam a história e a cultura deste território, que se construiu por meio da interação de seus atores. Território como o lócus de relações sociais inerentes ao conjunto de práticas e saberes relacionados à produção de mandioca, a construção das farinheiras e seus equipamentos e a produção da farinha. A atividade de produzir farinha está enraizada nas relações sociais, determinando e favorecendo as relações sociais (DENARDIN E KOMARCHESKI, 2015 p.209).

Dessa forma, a abordagem histórica no SIAL farinheiras foca-se nos valores e conhecimentos tradicionais ainda presentes na produção.

No caso da Quarta Colônia de Imigração Italiana “a delimitação institucional de um território baseado em critérios políticos-administrativos foi seguida de um processo de territorialização, em que ocorre a construção identitária desse território”, por isso, nesse estudo de caso, o autor destaca na trajetória de constituição do SIAL da quarta colônia a noção de território e identidade (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 378). Assim como no caso do SIAL Farinheiras, o autor atribui às relações sociais entre os atores às características de um processo histórico-cultural de ocupação desse território. Por se tratar de um caso em que a noção de SIAL atua como referencial metodológico para um projeto de desenvolvimento territorial, a sua trajetória de constituição é marcada por um processo deliberado de mobilização de identidades socioculturais historicamente constituídas através de programas de ações interinstitucionais. O enfoque dado a esse estudo de caso é como essa mobilização gerou diferentes territorialidades e racionalidades.

O mesmo ocorre na produção de moluscos em Santa Catarina descrita por Lins (2006), houve a mobilização de vários recursos para viabilizar a atividade a partir de uma estratégia de articulação de organizações do território. A singularidade desse sistema em relação a outros casos é que não havia produção de moluscos constituída historicamente. O arranjo produtivo desse produto surge a partir de iniciativas das organizações de extensão e apropriado pelas comunidades. A dimensão histórica desses produtos está presente nos recursos mobilizados para a implantação da nova atividade, no caso, a habilidade com a pesca artesanal historicamente constituída na região pelas condições ambientais e culturais.

Conforme Muchnik (2006) a articulação dos atores territoriais são um dos interesses centrais na abordagem do SIAL, isso pode ser constatado na categoria institucional, a partir da forma de relacionamento dos vínculos horizontais, verticais e multilaterais. Nos quatro casos os autores descrevem relações de cooperação ou reciprocidade entre os vínculos horizontais, se manifestando, ou não, na forma de organizações constituídas juridicamente, como associação ou cooperativa. Os guajús no SIAL Farinheira, os acordos tácitos no SIAL Queijo Serrano, a Rede Casa no caso da Quarta Colônia e as relações comunitárias e diversas associações e cooperativas no caso da Maricultura de Santa Catarina são exemplos de formas de

articulação territorial que se constituem horizontalmente e são recursos para ativação dos SIALs.

Além da forma de articulação dos vínculos horizontais, os tipos de relação dos vínculos multilaterais são determinantes no desempenho desses arranjos, e é nesse aspecto onde as diferenças dos estudos de caso são mais evidentes e contribuem para reflexão da noção de SIAL como aporte metodológico para projetos de desenvolvimento. Enquanto o SIAL Farinheiras e o SIAL Queijo Serrano são aglomerações em que os recursos específicos não foram ativados ou parcialmente ativados, os SIALs Quarta Colônia e Maricultura conseguiram ativar seus recursos e podem ser considerados mais “maduros”, onde as questões abordadas referem-se aos impactos da ativação desses recursos.

No caso do SIAL Farinheiras, segundo Denardin e Komarcheski (2015 p.215), existe uma “fragilidade das instituições de apoio à organização produtiva e ao planejamento de ações pró-desenvolvimento territorial a partir da valorização dos recursos existentes no território”, o que inviabiliza uma obtenção de uma quase-renda atribuída às especificidades do território. No caso do SIAL Queijo Serrano, segundo Ambrosini (2007 p. 139), há uma mobilização coletiva frágil nesse território, o que leva a autora a “definir o SIAL QS como um SIAL em sua forma passiva”.

Já no SIAL do território da Quarta Colônia, segundo Silveira *et al.*, (2011 p. 379) houve um processo de promoção de desenvolvimento territorial onde a “identidade sociocultural resgatada no processo de construção territorial pode oferecer um discurso integrador das multiterritorialidades”. No SIAL da produção de moluscos de Santa Catarina, segundo Lins (2006 p. 328), apesar de vários problemas ligados à dificuldade na comercialização, a “resistência dos produtores para a ação coletiva (cooperativismo)” e os impactos ambientais negativos oriundos da raspagem de mexilhões dos costões, houve uma inovação na maricultura que é compreendida sob o referencial de SIAL a partir, não só do conceito território e ativos específicos, mas também sob a conjugação dos capitais humano, social e natural. Segundo o autor, mesmo os diversos problemas “haverão de ser melhor enfrentados no marco das interações caras à abordagem de SIAL, em que se realça, a importância do interesse coletivo em torno de atividades tornadas quase ‘marcas registradas’ de certas áreas” (LINS, 2006 p. 328).

QUADRO 6 – ENFOQUE DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE E CASOS DE SIAL NO SUL DO BRASIL

	Categoria Histórica	Categoria Técnica	Categoria institucional
Quarta Colônia de Imigração Italiana (RS)	<ul style="list-style-type: none"> - Origem da ocupação do território; - Trajetória histórica da constituição de SIAL; - Território postulado através de critérios políticos administrativos; - Territorialização decorrente da mobilização de identidades socioculturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação às normas da ANVISA e adoção de práticas ligadas a larga escala ou não; - Forma de relação da produção com uma identidade sócio cultural do território (apenas embalagem ou processamento ligado a um saber fazer local) 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de identidades socioculturais; - Projetos de desenvolvimento interinstitucionais; - Rede casa; - Rede estratégica de abastecimento; - Prodesus;
Queijo Serrano (RS)	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização do “território do queijo serrano” (território construído); - Evolução dos sistemas agrários; - Caracterização do meio ambiente (território dado) 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com a base de recursos naturais; - Especificidades do processo produtivo que conferem diferenciação ao produto; - Saber fazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordos tácitos com atravessadores; - Reputação entre vizinhos; - Informalidade, relações com a fiscalização; - Mobilização coletiva frágil; - Importância crescente da produção de queijo e surgimento de novos círculos de produção e comercialização.
Cultivo de moluscos (SC)	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos mobilizados constituídos historicamente; - Habilidades vinculadas à atividade no mar, capital humano (território construído); - Patrimônio/condições ambientais, capital natural (território dado); 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos ligados ao saber fazer e inovação em produtos e processos; - Relação com a base de recursos naturais; - Pesquisa e desenvolvimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação de organizações de apoio (pesquisa e extensão); - Fraca capacidade de articulação para o cooperativismo. - “Marca registrada”, imagem do produto ancorada ao território
Produção de farinha (PR)	<ul style="list-style-type: none"> - Produção como espaço de sociabilidades e identidades historicamente constituídas; - Patrimônio material e imaterial envolvendo a produção da farinha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saber fazer tradicional; - Etapas do processo produtivo e aparatos envolvidos; - Inovações em processos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Guajus; - Fragilidade das instituições de apoio; - Pressão de órgãos ambientais e ANVISA.

FONTE: LINS (2006); AMBROSINI (2007); SILVEIRA *et al.*, (2011); DENARDIN e KOMARCHESKI (2015); ADAPTADO PELO AUTOR

CAPÍTULO 4 – PRODUÇÃO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS CATEGORIAS HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TÉCNICA DAS AGROINDÚSTRIAS DE PARANAGUÁ

O presente capítulo visa apresentar os principais resultados da pesquisa empírica, subdivididos conforme as categorias de análise histórica, institucional e técnica.

A categoria histórica visa identificar referências identitárias que possam fundamentar as relações dos atores territoriais como o sentimento de pertencimento, de confiança, relações de cooperação, conflitos e aprendizados. Para isso buscou-se identificar e periodizar as principais transformações históricas das colônias que evidenciem essas referências identitárias. Nessa categoria, além da descrição da ocupação da região e relato dos fatos mais importantes para os entrevistados, buscou-se também discutir alguns elementos dos processos de desterritorialização, reterritorialização e mutiterritorialização observados ao longo dos últimos 140 anos e sua relação com a capacidade de ancoragem territorial dos produtos.

A categoria institucional visa identificar as formas de organização das atividades produtivas e a coordenação dos atores territoriais. Para isso buscou-se identificar os atores envolvidos direta e indiretamente através dos vínculos verticais, horizontais e multilaterais às atividades, bem como suas formas de proximidade.

A categoria técnica tem como objetivo identificar os “laços materiais”, destacando-se o saber-fazer local, as inovações e a relação com o patrimônio natural. Para isso foram elencados os principais produtos produzidos e buscou-se estabelecer uma tipologia das estruturas produtivas, além de relacionar alguns impactos ambientais levantados pela produção acadêmica na região.

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PRODUTORES E DA PRODUÇÃO

Nesta seção, realiza-se uma introdução aos resultados obtidos, com a descrição do perfil da produção na região e dos produtores entrevistados.

Ao todo, foram identificadas 21 agroindústrias dos mais variados ramos de atividade, dessas, foram entrevistados produtores de 14 unidades distribuídas em 4 colônias: Colônia Maria Luiza (7 unidades), Colônia Quintilha (5 unidades), Colônia São Luiz (1 unidade) e Colônia Pereira (1 unidade).

Das 14 entrevistadas, metade não possui alvará municipal de funcionamento nem autorização da vigilância. Todas as unidades produtivas são de alvenaria, com exceção de uma em que o processamento dos produtos é feito de forma improvisada no quintal de casa. A maior parte são estruturas pequenas, de até 36m², a maior agroindústria possui uma área de aproximadamente cem metros quadrados, conforme TABELA 1.

TABELA 01 – METRAGEM APROXIMADA DAS AGROINDÚSTRIAS SEGUNDO PRODUTORES

Tamanho da área das agroindústrias	Quantidade de agroindústrias
Até 36 m ²	9
De 36 a 60 m ²	4
Mais de 60 m ²	1
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Existe uma grande variedade de produtos, destacando-se os bolos e pães, salgados fritos e assados, produtos de frutas como sucos, polpas de fruta congeladas, doces e produtos de aipim como aipim congelado, farinha, beiju, etc. A maior parte das agroindústrias (12) se dedica à produção de mais de um produto. Na busca pela diversificação da produção, os produtores alternam os produtos de suas agroindústrias conforme a sazonalidade da matéria prima, do consumo, oportunidades de mercado ou novas exigências dos canais de comercialização. Os produtos são comercializados principalmente em feiras e nos programas de compras governamentais, atualmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em relação à idade dos entrevistados, a metade está na terceira idade (7 entrevistados possuem mais de 60 anos), 6 entrevistados têm entre 31 e 59 anos e apenas um entrevistado tem menos de 29 anos, conforme aponta a TABELA 2.

TABELA 02 – IDADE DOS ENTREVISTADOS

Faixa etária	Quantidade de entrevistados
Até 30 anos de idade	1
Entre 31 e 59 anos de idade	6
Mais de 60 anos de idade	7
TOTAL	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Em virtude desse perfil, a fonte de renda mais citada, além da produção, é a aposentadoria. Metade das famílias pesquisadas vive apenas da produção rural (venda de produtos *in natura* e processados), os entrevistados não conseguem precisar a importância de cada fonte de renda na composição da renda familiar

(produtos da agroindústria e produtos *in natura*, por exemplo), pois a maioria não realiza qualquer registro de suas vendas, além disso, vários produtos possuem venda ou produção sazonal, variando as receitas em função da época do ano.

TABELA 03 - COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS

Tipo de composição da renda	Quantidade de famílias
Toda a renda é proveniente da propriedade	7
A renda de outras fontes possui a mesma importância da renda proveniente da propriedade	4
A renda da aposentadoria é mais importante que a renda da propriedade	1
Não há renda da propriedade no momento, depende exclusivamente da aposentadoria ²⁰	1
Propriedade exerce maior importância na composição da renda do que outras fontes	1
TOTAL	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Em relação ao perfil familiar (TABELA 4), em metade das propriedades visitadas as famílias são constituídas por até três pessoas: pai, mãe e um filho ou filha. As famílias com mais de quatro pessoas constituem-se dos companheiros e companheiras dos filhos e filhas que passam a morar na propriedade. Nas entrevistas, a justificativa das pessoas que passaram a trabalhar nas colônias depois de casados é no sentido de “ajudar” o casal já idoso na lida da propriedade.

TABELA 04 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS

Composição familiar	Quantidade de famílias
2 Pessoas (casal)	2
3 pessoas	7
4 pessoas	4
Mais de 4 pessoas	1 ²¹
TOTAL	14

FONTE: O AUTOR (2016)

A baixa quantidade de pessoas residentes nas propriedades impacta diretamente a produção no que se refere à mão de obra. Nas 14 propriedades

²⁰ O único entrevistado que depende apenas da aposentadoria teve sua agroindústria interditada pela vigilância sanitária, e está em fase de adequação. Houve também, no final do ano de 2015, o corte do transporte de produtos para as feiras, que era realizado pela prefeitura, inviabilizando o acesso ao mercado por parte dessa família. Não se realizou um levantamento da quantidade de agricultores que sofreram o impacto dessa medida, nas entrevistas apenas um produtor relatou esse fato, entretanto, estima-se que todas as famílias que não tenham veículo próprio na região foram afetadas

²¹ Nesta família existem 18 pessoas que residem na mesma casa, um casal com dois filhos, duas filhas, dois genros e cinco netos. Com exceção dos cinco netos, que são crianças, todos trabalham na propriedade.

estudadas, contabilizou-se 69 pessoas ocupadas. A maior parte das unidades produtivas ocupa menos de 7 pessoas, conforme TABELA 5.

TABELA05 – QUANTIDADE DE PESSOAS OCUPADAS NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS

Composição da mão de obra	Quantidade de propriedades
Empregam até 2 pessoas	2
Empregam de 3 a 4 pessoas	6
Empregam de 5 a 7 pessoas	4
Empregam mais de 7 pessoas	2
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Não há vínculos de trabalho formal nas propriedades entrevistadas. Quase 70% das pessoas ocupadas são familiares, há a contratação apenas de diaristas que, para evitar o vínculo trabalhista, trabalham nas propriedades apenas duas vezes por semana ou então, por empreitada (por roçada de lotes, ou no processamento de determinada quantidade de produtos, etc.).

Observa-se na TABELA 06 que o processamento da produção concentra a maior ocupação de diaristas. Isso se dá pelo fato de que as atividades de várias agroindústrias são descontínuas e as atividades de processamento da produção estão concentradas em poucos dias da semana, o que exige um aporte de mão de obra mais pontual. A comercialização é a área que menos concentra diaristas, apenas duas propriedades o fazem, pois vendem produtos de consumo alimentar imediato na feira, necessitando de mais mão-de-obra para o atendimento de vários clientes ao mesmo tempo. Todos os familiares dos entrevistados atuam em todas as fases do processo produtivo das agroindústrias.

TABELA 06 – DISTRIBUIÇÃO DA MÃO DE OBRA EM CADA FASE DA PRODUÇÃO DAS PROPRIEDADES ENTREVISTADAS

	Roça	Processamento	Comercialização	Total
Total de pessoas	55	58	52	69
Total de familiares	47	47	47	47
Total de diaristas	8	11	5	22

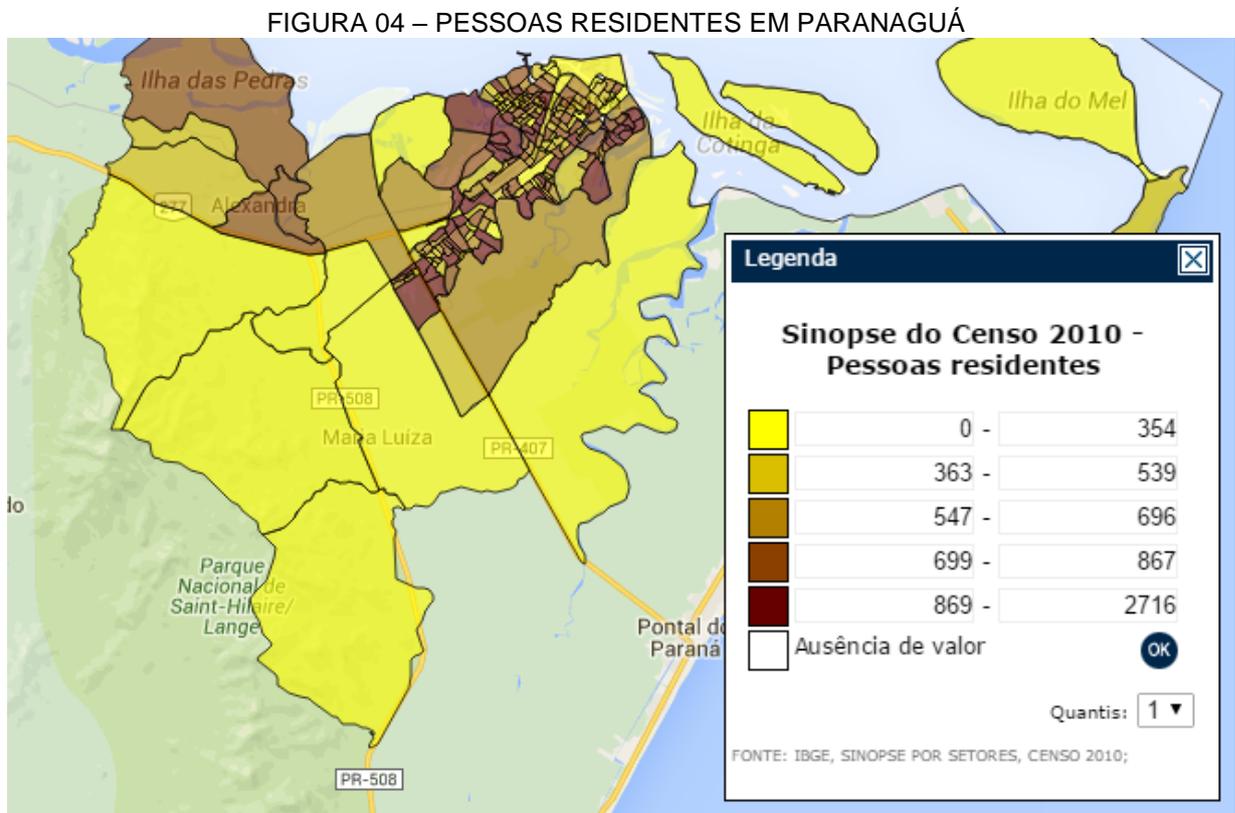
FONTE: O AUTOR (2016)

Um discurso recorrente é o esvaziamento da região, os jovens migram aos centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho gerando uma escassez de mão de obra; a dificuldade em contratar pessoas aparece nas entrevistas e nas reuniões como um dos principais gargalos da produção local. Esse discurso dos entrevistados coincide com a percepção de Buzzato (2009, p.44) sobre as

comunidades da porção oriental do PNSHL: “Uma característica que não aparece nos dados gerais do censo, mas que pode ser observada, é o êxodo dos jovens e a permanência de idosos em propriedades agrícolas, que assim, passam a ser subutilizadas”.

Constatou-se que a emigração é uma realidade nas famílias entrevistadas, dos catorze entrevistados, nove relataram que algum membro da família migrou ou para o centro de Paranaguá ou outros centros urbanos. Destaca-se que, os cinco entrevistados que não relataram emigração de membros da família moram há relativamente pouco tempo na região, no máximo 12 anos. Os principais motivos citados para a emigração de pessoas da região é a busca por educação e uma insatisfação com o trabalho do campo, vários entrevistados relataram que a carga de trabalho chega a mais de 12 horas por dia e compreendem que seus familiares optem por condições trabalho menos desgastantes no meio urbano.

Conforme a FIGURA 04 percebe-se que os cinco setores censitários onde estão localizadas as colônias pesquisadas são menos populosos que outras regiões do Município de Paranaguá.



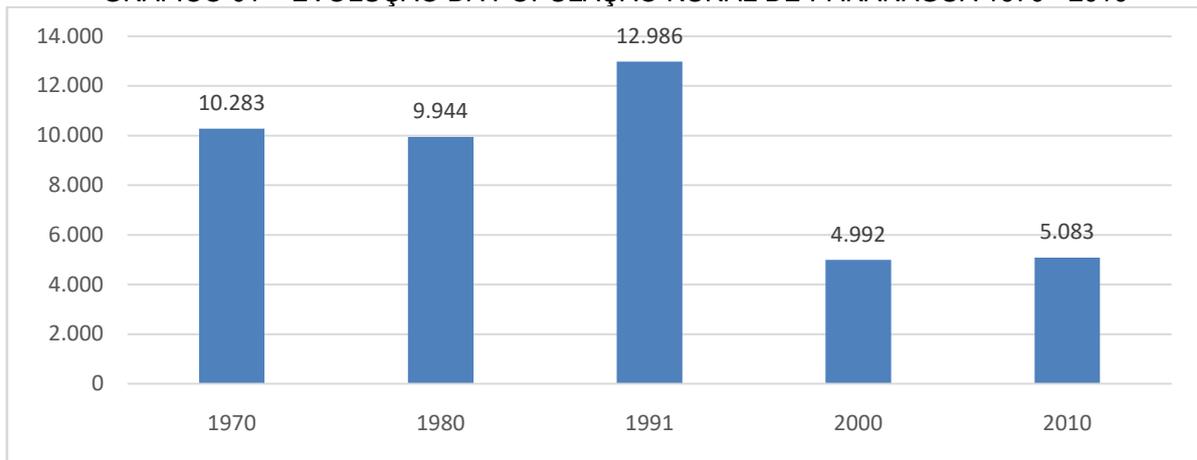
Nesse sentido, Dechamps e Kleinke (2000, p.52) indicam um padrão de deslocamento de pessoas dentro desse município:

Em volume, é menos expressiva a presença de imigrantes em Pontal do Paraná, município ainda em expansão no que se refere à sazonalidade da ocupação como balneário, e em Paranaguá, fato talvez justificado pela sua característica funcional distinta dos demais municípios da aglomeração. Neste município, a presença de áreas com densa ocupação de baixa renda nas periferias da cidade é indicativo de um quadro de migração intra-urbana.

Dechamps e Kleinke (2000), ao cruzarem a taxa de crescimento, número de imigrantes e nível de instrução dos chefes dos domicílios, identificaram na área urbana de Paranaguá a existência de possíveis bolsões de baixa renda, densas áreas de ocupações recentes nas margens da rodovia PR-407 com elevado crescimento populacional, baixo volume de imigrantes e elevada proporção de chefes de domicílio com baixa escolaridade. Segundo as autoras, esse crescimento da população deve estar associado a deslocamentos intra-urbanos, os quais não foram captados na Contagem de 1996.

Apesar da migração de pessoas dentro do município se deslocando da área rural para a área urbana ser uma realidade, contata-se a partir das entrevistas que cada ator interpreta essa questão o território de maneira distinta. Na questão populacional, por exemplo, enquanto 6 entrevistados apontaram como principais transformações do território a queda da quantidade de moradores em virtude da emigração de pessoas, dois entrevistados apontaram o oposto, o crescimento da quantidade de moradores em virtude de imigração. Isso pode ser explicado através do histórico de crescimento da população rural no município, conforme GRÁFICO 01 percebe-se que, entre o ano 2000 e 2010 a população rural se manteve estável (crescimento de 2%), entretanto, do período de 1991 a 2000 houve uma queda de 62% da população nessa região. Dessa maneira, as diferenças entre as percepções sobre a emigração de pessoas da região podem ser explicadas pela diferença do tempo de residência do entrevistado nas colônias.

GRAFICO 01 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE PARANAGUÁ 1970 - 2010



FONTE: SIDRA/IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO²²
ELABORAÇÃO: O AUTOR (2016)

Sobre a percepção dos entrevistados em relação ao esvaziamento de jovens na região, quando se observa a composição da população por faixa etária nesses cinco setores censitários (Censo de 2010), verifica-se que a proporção de pessoas de até 20 anos é de 34% da população, enquanto no município de Paranaguá é de 44%. Em relação aos idosos, a proporção de pessoas com mais de 60 anos é de 14% nessas colônias, enquanto a de Paranaguá é de 9%. Portanto, proporcionalmente existem mais idosos e menos jovens na região do que no município de Paranaguá, entretanto, somente o perfil demográfico não é suficiente para explicar o problema da mão de obra na região, pois quase metade dos residentes tem até 29 anos (48%) e 57% dos moradores estão em idade produtiva, entre 15 e 59 anos (TABELA07).

²²Para os anos de 1970 e 1980: Dados da Amostra

TABELA 07– COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NOS SETORES CENSITÁRIOS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.²³

Setores censitários	Área 1		Área 2		Área 3		Área 4		Área 5		Total das áreas		Paranaguá	
Pessoas menores de 20 anos	124	35%	25	30%	86	31%	135	40%	77	30%	447	34%	62.082	44%
Pessoas entre 20 e 29 anos	46	13%	18	22%	42	15%	37	11%	34	13%	177	14%	23.687	17%
Pessoas entre 30 e 59 anos	127	36%	30	36%	112	40%	130	39%	93	37%	492	38%	53.903	38%
Pessoas com mais de 60 anos	53	15%	10	12%	38	14%	34	10%	50	20%	185	14%	12.545	9%
Total de pessoas	350	100%	83	100%	278	100%	336	100%	254	100%	1.305	100%	140.469	100%

FONTE: IBGE, 2010.

ELABORAÇÃO: O AUTOR (2016)

²³Área 1 e 2, compreendem a colônia Morro Inglês e parte da Santa Cruz, a área 3 e 4 compreendem uma parte da colônia Santa Cruz, a Quintilha, a Maria Luiza e parte da colônia Pereira e a área cinco abrange um pedaço da colônia Pereira e da colônia Cambará.

Como nessa região moram relativamente poucas pessoas (menos de 1% da população de Paranaguá) as pirâmides etárias dos setores são muito irregulares, dessa maneira, podemos conjecturar que os entrevistados tomam como referência a proximidade em que residem e projetam essa realidade para toda a região das colônias. O setor censitário na TABELA 07 denominado área 4, por exemplo, é o mais populoso dos cinco setores observados e apenas 10% dos seus moradores possuem mais de 60 anos contra 40% de moradores com menos de 20 anos (quase se igualando as proporções do município de Paranaguá, com 9% de idosos e 44% de jovens).

Outra possibilidade é que, os jovens e jovens adultos (até 29 anos de idade) que ali moram, interagem pouco com os adultos e idosos da região, que foi o perfil mais entrevistado nessa pesquisa (conforme TABELA 02).

O que se pode considerar é que, por um lado há a imigração de jovens da região e de outro, a emigração de famílias de outras cidades e estados. Conforme TABELA08, 10 entrevistados são oriundos de outras localidades.

TABELA 08 – LOCAL DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS

Local de Origem	Quantidade de entrevistados
Nasceu na região	4
Outras cidades do Paraná	5
Outros estados da união	5
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Ressalta-se que todos os dez entrevistados vieram do oeste e norte do Paraná. Até mesmo os entrevistados que nasceram em outros estados da união, antes de migrar para Paranaguá, residiram nas cidades do norte e oeste do Paraná. Os entrevistados relataram que, em suas cidades de origem estavam pressionados pelo mercado, com seus produtos cada vez mais desvalorizados e insumos cada vez mais caros. A posse de terra é um fator que também influenciou na motivação à migração para Paranaguá, vários produtores trabalhavam como “meieiros”, ou seja, trabalhando na terra de outra pessoa em troca de um percentual da produção. Os relatos são de que a região de Paranaguá oferece condições adequadas de acesso aos meios de produção e mercados, o que gera um sentimento de vida e trabalho dignos: “Lá, onde a gente morava, a gente se batia muito e não conseguia nada, aqui não, aqui tem estrutura pra trabalhar” (Produtor 14); ou “Aqui eu tenho condição de trabalho, criei três filhos, construí casa e comprei carro, tudo eu tirei daqui”

(Produtora 11). Os seis relatos dessa natureza foram classificados como “condições de produção” na TABELA 9.

TABELA 9 – MOTIVOS QUE LEVARAM A MIGRAÇÃO À PARANAGUA

Motivação da migração	Quantidade de entrevistados
Condições de produção	6
Família	3
Estudos	1
Nasceu na região	4
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Esse sentimento ficou evidente também quando os produtores foram perguntados se gostam de morar na região, 10 responderam que sim, 2 não e 2 ficaram indecisos ao informar. Os principais motivos de gostar de morar na região, citados pelos produtores foram: sossego, tranquilidade e contato com a natureza (7 respostas) e condições de produção e acesso a mercado (7 respostas). Percebe-se uma relação direta entre as respostas e o tempo de residência na região dos entrevistados. Dos produtores que citaram sossego e tranquilidade, 5 moram no local há menos de 12 anos (2, 4, 7 e 12 anos), enquanto dos que citaram as condições de trabalho, 5 moram na região há mais de 20 anos (23, 24, 25 e 34 anos).

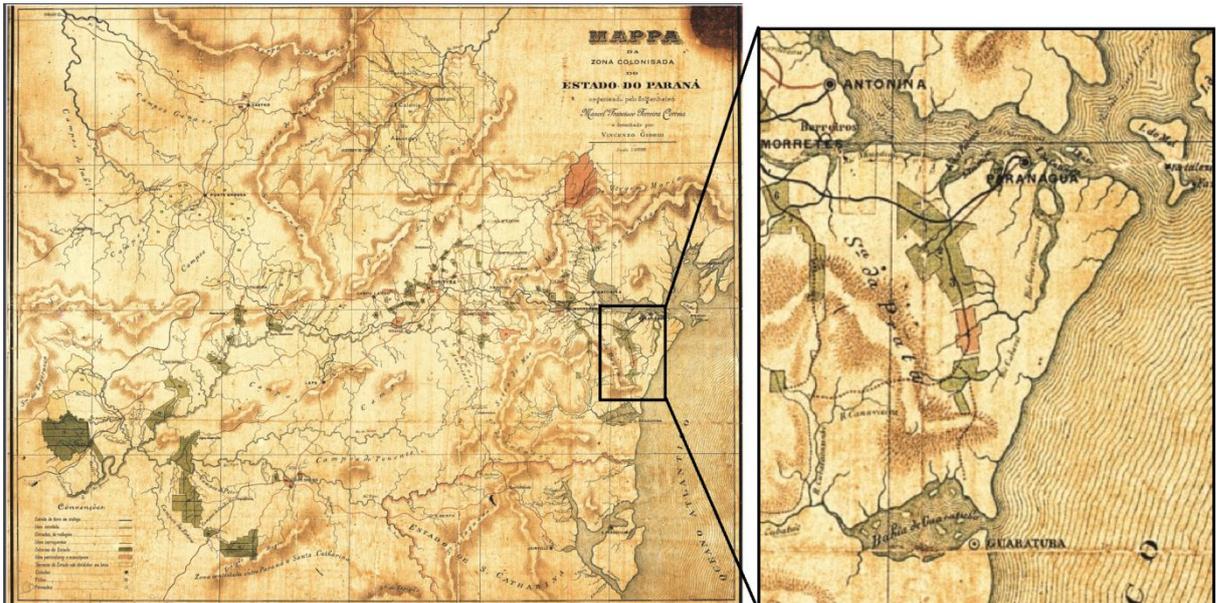
4.2 CATEGORIA HISTÓRICA

A análise da categoria histórica está diretamente ligada às referências identitárias e o sentimento de pertencimento. Segundo Muchnik (2006), essas referências são simbolizadas através de diferentes níveis de relação, podem ser referências sociais (como idioma, lugar de origem, religião) e referências individuais (como o ofício, nome, apelido, lugar de origem dos atores etc.). Essas referências pouco têm a ver com a proximidade espacial, elas são formadas mais pelos fatos históricos e dão o fundamento afetivo para as ações dos atores territoriais. Nesse sentido, a pesquisa buscou, seguindo alguns dos passos metodológicos apresentados por Muchnik (2006), identificar e periodizar alguns processos históricos na região, verificar a existência de referências identitárias em relação ao lugar de origem, fatos históricos comuns e as identidades culturais como, por exemplo, a manutenção de práticas e produtos considerados típicos.

Para relatar processos históricos, buscou-se identificar algumas das principais transformações na região através de pesquisa bibliográfica, entrevistas e observação. Dessa forma, consideraram-se como os principais eventos para discutir a dimensão histórica através da pesquisa bibliográfica: a fundação e encerramento das primeiras colônias, a construção da estrada de ferro, a construção da estrada das colônias e a implantação do Parque Nacional Sain-Hilare Langue. Já nas entrevistas e na observação, foi possível identificar acontecimentos de maior importância como a construção e asfaltamento da PR – 508, a chegada da rede elétrica, a implementação da feirinha da matriz em Paranaguá e, mais recentemente, a implementação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município.

A estrada que deu origem ao que é hoje a PR –508 é a ligação terrestre mais antiga entre Paranaguá e Guaratuba. Desde o século XVIII Guaratuba já era considerada vila, e por isso desempenhava atividade portuária de cabotagem, comunicando-se com Paranaguá, Rio de Janeiro e Santos por via marítima. Quando essa atividade perdeu expressão, no início do século XIX, o único caminho até o Litoral Sul era atravessando o canal da galheta de canoa até Pontal e ir de carroção pela praia até o rio de matinho, onde novamente se trafegava de canoa até Guaratuba. Essa viagem durava até dois dias. Só a partir do final da década de 1880 é que foi construída a estrada de ligação entre Paranaguá e Matinhos, para promover o acesso às novas colônias da região como fruto de uma política reformulada de implantação de colônias agrícolas, conhecida na época como estrada do Alboit (DER, 2015).

FIGURA 05 – MAPA DA ZONA COLONIZADA DO ESTADO DO PARANÁ EM 1892. DESTAQUE PARA AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DE PARANAGUÁ E A ESTRADA DAS COLÔNIAS.



FONTE: Adaptado de ITCG²⁴

As primeiras colônias de Paranaguá foram fundadas em 1875, com as colônias Alexandra e Pereira, em seguida, em 1879, foi fundada a colônia Maria Luiza e em 1888 as colônias Santa Cruz, Santa Rita e Visconde de Nacar. A instalação dessas colônias foi resultado de um programa nacional que objetivava principalmente prover mão de obra às grandes lavouras do país que precisavam se adaptar à nova realidade abolicionista. No Paraná não havia essa necessidade, mas o programa foi dinamizado durante a década de 1870 para que atendesse a necessidade de abastecimento dos centros urbanos. O resultado positivo da instalação de colônias no entorno de Curitiba incentivou a vinda de mais imigrantes ao Estado do Paraná, buscando as colônias já consolidadas ou novas, foi nesse contexto que esse projeto se estendeu ao Litoral do Paraná (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

As colônias instaladas em Paranaguá foram problemáticas, para entender melhor o conflito em seu entorno faz-se necessário abordar brevemente o contexto da imigração no Brasil Império. A política imigratória no país começa a ganhar contornos ainda no início do século XIX, em 1808, através de um decreto que tornava a propriedade da terra aos estrangeiros possível, assinado pelo então

²⁴Mapa organizado pelo engenheiro Manoel Francisco Ferreira Correia, mas não contém data. Considerando a malha ferroviária, aceita-se a data de 1892, pois o ramal da Lapa foi inaugurado em 1891, e o de Palmeira, indicado pelo mapa como ainda em estudo, foi aberto em 1893.

Príncipe Regente Dom João. Essa era uma ação geral em todos os governos da América Latina, preocupada com os vazios demográficos, as jovens e recém independentes nações precisavam ocupar seus territórios de forma a garantir a soberania nacional (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Até a década de 1850 houve várias iniciativas de colonização de territórios desocupados por parte do governo, nessa época vale destacar a colonização por suíços e alemães em Guaraqueçaba e Superagui, no Litoral do Paraná em 1852. Esses dois núcleos, assim como vários no Brasil, não tiveram condições de prosperidade e quase nem mesmo de sobrevivência, o que gerou vários movimentos de remigração para localidades onde os imigrantes encontrassem melhores condições. No caso dos alemães no Litoral do Paraná, vários migraram para Santa Catarina e ao norte da cidade de Curitiba. A entrada indiscriminada de imigrantes no país e os sucessivos fracassos de vários empreendimentos levaram o governo a proibir, em 1830, qualquer despesa pública com o estabelecimento de núcleos coloniais (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

O programa de colonização para ocupação dos vazios demográficos é retomado em 1834, quando parte da responsabilidade para a implantação de estabelecimentos coloniais passa a ser dos governos provinciais, mas, a grande transformação ocorre mesmo em 1840, quando seu foco passa a ser o provimento de mão de obra para a agricultura, principalmente nas lavouras de café, que estavam em grande expansão em São Paulo. Nesse sentido, formaram-se duas correntes em disputa na política de imigração, a primeira que defendia núcleos coloniais independentes para preenchimento de vazios demográficos, com colonos se tornando pequenos proprietários de terras doadas ou vendidas e a outra que se interessava em promover apenas a entrada de mão de obra agrícola assalariada para as grandes propriedades. A disputa entre esses dois grupos não era apenas em torno dos recursos, como as concessões de facilidades para novos núcleos coloniais e financiamentos governamentais para a compra de passagens, compra e medição de terras, campanhas publicitárias, etc., a disputa era também uma questão de domínio político e econômico dos latifundiários do café que viam nos pequenos proprietários uma ameaça aos seus interesses de expansão da área de cultivo e até mesmo uma implicação de mudança na ordem social, com a inserção de uma nova classe de proprietários de terras (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

A pressão do setor cafeeiro sobre o parlamento do império fez com que a lei de terras em 1850 criasse dispositivos que dificultaram aos imigrantes recém chegados a propriedade de terras, fixando o seu acesso unicamente por compra, o que os obrigou à prática de aluguel de seu trabalho. No mesmo ano, porém, em virtude do agravamento das condições de abastecimento e ao alto preço dos alimentos, principalmente na província de São Paulo, levou o decreto que regulamentava a lei de terras a prever uma série de estímulos para fomentar à posse de terra por pequenos produtores colonos (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Existiu, a partir daí, duas modalidades de núcleos coloniais, uma organizada pelo Estado e outra organizada por iniciativas particulares subsidiadas pelo Estado. No caso das experiências de Paranaguá, foram implantadas colônias de italianos através de empreendimento particular estabelecido por Sabino Tripotti (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969; CAVANHA, 2012).

Em 1871, Sabino Tripotti, assim como diversos empresários da época, assinou contrato com o presidente da província para a implantação de colônias agrícolas particulares no Paraná e no mesmo ano adquiriu as terras com recursos próprios nas proximidades de Paranaguá. O empresário teria uma subvenção do Estado *per capita*, ou seja, recebia recursos para despesas com passagem, transporte, estadia, etc. por imigrante que trazia. Havia na época uma preocupação muito grande por parte do Estado de não marginalizar os imigrantes, garantindo-lhes estadia e trabalho (CAVANHA, 2012).

Apesar da proximidade com o centro de Paranaguá e das terras escolhidas terem sido apontadas como férteis e adequada à implantação de colônias agrícolas²⁵, não houve progresso desse núcleo em virtude principalmente das condições de salubridade e infraestrutura. Os novos habitantes não se adaptaram ao clima tropical, foram acometidos por uma série pragas e doenças tropicais, bichos de pé, formigas, mosquitos, etc. Além disso, os terrenos da região eram “encharcados” (até hoje, nas visitas às propriedades, verificou-se que os produtores precisam fazer valas periodicamente para tornar a terra “enxuta”, apta para o cultivo). O fato era que os imigrantes italianos não tinham o menor conhecimento sobre o ambiente local, a região de origem dessas famílias era localizada ao norte

²⁵Documento encaminhado ao presidente da província pela Câmara de Paranaguá no ano de 1871, preservado no Arquivo Público do Paraná e transcrito no livro Colônia Alessandra

da Itália, quase no que hoje é a região de fronteira com a Suíça e a Áustria, de clima seco e frio, bem diferente do Litoral do Paraná que é quente e úmido (CAVANHA, 2012).

Os colonos não receberam qualquer tipo de instrução ou assistência técnica, pelo contrário, para, atrair pessoas dispostas a deixar a Itália para viver no Brasil, foi impresso a carta ao 'amigo colono' datada de julho de 1873 e lançada aos milhares na Itália. Nessa carta, descrevia-se uma série de vantagens de viver em colônias agrícolas no Brasil, em especial na de Sabino Tripotti. Os imigrantes, ao se deparar com realidade diferente, evadiram em massa dessas colônias, fixando-se nos arredores de Paranaguá, Morretes e posteriormente o planalto de Curitiba (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Estima-se também que o desentendimento dos imigrantes no Litoral do Paraná tenha origem em informações obtidas durante a viagem para o Brasil. Em 1877 aportou no Rio de Janeiro o vapor Isabella, trazendo 362 imigrantes com destino às colônias do Estado no Rio de Janeiro e 212 para a colônia particular em Paranaguá. Segundo Tripotti²⁶ os imigrantes com destino a Paranaguá receberam os mesmos panfletos explicativos destinados aos imigrantes das colônias do governo. Quando chegaram ao seu destino, os colonos passaram a reivindicar as mesmas condições que existiam em colônias do governo, com a doação das terras e utensílios. Por outro lado, supõe-se que a escolha da região de Paranaguá para a instalação da colônia nada tenha haver com condições agrícolas, mas simplesmente por uma questão logística, já que o subsídio pago pelo governo por imigrante deveria ser destinado também às despesas com transporte, alimentação e estadia, uma colônia próxima do porto teria condições de alocar os imigrantes assim que chegassem, evitando uma série de despesas e aumentando o lucro do empresário. Além disso, ainda houve casos de fraudes de documentação e expatriação²⁷ ainda na Itália para permitir imigrações indevidas para a colônia de Tripotti (CAVANHA, 2012).

²⁶ Segundo o memorial enviado por Sabino Tripotti em 1877 ao ministério da agricultura, preservado no arquivo público do Paraná e reproduzido no livro colônia Alessandra.

²⁷ O acordo firmado entre Brasil e Itália para exportação de mão de obra através da migração previa que apenas a partir de um ano os imigrantes poderiam ser repatriados como brasileiros, para garantir que houvesse um período de adaptação e de possibilidade de desistência. Era exigido também que o emigrante tivesse certa quantia em dinheiro para que fosse garantido seu retorno à Itália no caso de desistência. Segundo arquivos pesquisados por Cavanha (2012), houve denúncias de falsificação de documentos por parte do agente de imigração para acelerar o processo.

O final da década de 1870 é marcado pela revolta dos colonos da região, Tripotti chegou a enviar vários telegramas ao então presidente da Província do Paraná, Lamanha Lins, pedindo o envio da força pública para conter a rebelião²⁸, relatando que a sua integridade física e de seus funcionários estava em risco. O apoio não veio. Em 1877, depois de Lamenha Lins visitar as colônias, rescindiu o contrato com Tripotti e criou a colônia Nova Itália em Morretes, para abrigar os colonos que desejavam partir de Alexandra e receber novos imigrantes que vinham da Itália (CAVANHA, 2012). Mesmo esse núcleo não prosperou por distintas razões, uma delas foi a repercussão negativa que a experiência das colônias de Tripotti gerou tanto no Brasil, quanto na Itália (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Com a finalidade de onerar menos os cofres públicos, o programa de imigração foi encerrado durante a década de 1880, dessa forma, dos cerca de 2500 imigrantes que chegaram ao litoral, permaneceram poucas dezenas, que se dedicaram às plantações de cana para o fabrico de açúcar e aguardente e, em menor escala, ao cultivo do milho, feijão e café (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969). As condições de acesso continuavam precárias, em 1879 é encaminhada uma carta ao presidente da província, solicitando uma estrada que ligasse as colônias até Paranaguá para a venda da produção e acesso às escolas. Esse período, de falta de acesso e deterioração da estrutura construída por Tripotti foi conhecido na região como “Purgatório”, já que houve o corte de abastecimento de suprimentos básicos e de manutenção da estrutura devido ao encerramento do programa de imigração (CAVANHA, 2012).

Observa-se na FIGURA 06 que, a quantidade de pessoas remanescentes (no mapa chamado de “almas”) depois do fim do programa de imigração em 1881 na Colônia Alessandra era de 320, na Maria Luiza era de 194 e na Colônia Pereira de 45.

²⁸Telegramas preservados no acervo público do Paraná e transcrito no livro colônia Alessandra

FIGURA 05 – MAPA TOPOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ EM 1881



NOVA ITALIA		COLONIA PROVINCIAL	
	ALMAS		ALMAS
1	Maria Luiza 154	1	S. Venancio Total 435
2	Rio de S. Paulo 241	COLONIAS MUNICIPAES	
3	Ytata 223	1	Albraunches 273
4	America 303	2	Pilarzinho
5	Marques 229	3	Dantas 166
6	Entre Rios e Prainhas 188	Total 435	
7	Cabrestante	COLONIAS PARTICULARES	
8	Rio Sagrado 175	1	Pereira 45
9	Spiranga 120	2	Euphrasina 61
10	Traciassa 29	3	Superagny 600
11	Fulmira 76	4	Alessandra 220
12	Turvo 51	Total 1,026	
Total 2,500			

FONTE: ADAPTADO DE ITCG

A partir de 1880 abre-se um novo ciclo de introdução de imigrantes em atividades produtivas no Brasil e no Paraná, em especial devido à realização de grandes obras públicas, como a construção da estrada de ferro e das linhas telegráficas. Essa nova política imigratória no Brasil teve origem em críticas e propostas feitas pelo então presidente da província do Paraná e enviada ao governo imperial em 1876. Dentro as recomendações feitas por Lamenha Lins destacam-se: falar a verdade para os imigrantes, condições de transporte adequadas, distribuição de bons lotes e comunicação com os centros urbanos através de estradas em boas condições. Essas medidas foram tomadas e novos núcleos coloniais foram formados, entretanto, diferente da primeira fase de colonização, os novos núcleos coloniais foram instalados em lugares já em desenvolvimento, com uma boa estrutura de acesso ou em regiões onde era necessária sua mão de obra para a construção e grandes obras. No caso do Litoral do Paraná, os imigrantes se inseriram na construção da ferrovia que liga Curitiba até a cidade de Paranaguá entre os anos de 1880 a 1884 (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969; KROETZ, 1985).

Dentre os fatores que motivaram essas construções está a dinamização da economia Paranaense, até meados da década de 1880 a exploração de madeira para a exportação acontecia apenas no Litoral do Paraná e em pequena escala. A construção da estrada de ferro não só viabilizou essa atividade econômica, como outras, destacando-se a erva mate, que chegou a ter participação de 2% do total das exportações brasileiras no final do século XIX (KROETZ, 1985). Apesar dos vultosos investimentos em transporte de mercadorias que permitiram o aumento da escala de produção, as grandes obras ainda não se refletiam em melhorias efetivas de infraestrutura para as populações da região. O trabalho na construção da rodovia era extremamente insalubre e desgastante, os administradores das obras já arregimentavam os trabalhadores considerando que pelo menos dois terços permaneceriam doentes ou acidentados (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

Apenas em 1888, depois da fundação das colônias São Luiz, Santa Cruz, Quintilha e Maria Luiza, é que se construiu a estrada que ligava Paranaguá à baía de Guaratuba, passando pelo pé da serra e cortando as colônias, permitindo o acesso a esses dois centros urbanos. A viagem durava aproximadamente 10 horas

até o porto de Parati, havia uma parada para o almoço na colônia Maria Luiza (DER, 2015).

Durante muito tempo essa foi a única e precária ligação entre o litoral norte e sul do Estado do Paraná. Em 1916 e 1917, buscando tornar mais eficiente e rápida a ligação entre Paranaguá e Guaratuba, o governo estadual realizou melhorias e prolongamentos da estrada. Mesmo assim, a estrada ainda se fazia um grande inconveniente para as “diligências” tracionadas por quatro cavalos. Em virtude dos riscos aos quais os viajantes eram expostos no caminho, o trecho da serra ficou conhecido como “Morro do Ai-Jesus” (BIGARELLA, 2009)

Em virtude das precárias condições da estrada do Alboit, na década de 1920, se abriu a chamada estrada do mar, atual PR 407, que ligava Paranaguá à Praia de Leste, pavimentada com berbigão extraído dos sambaquis da região. Com essa nova rota de acesso e o início de atividades balneárias de segundas residências em Pontal do Paraná, a estrada das colônias foi gradativamente sendo desativada. Durante esse período quase não houve investimentos nos municípios balneários ou em suas vias de acesso, pela perda de relevância. Nessa época o município de Guaratuba foi extinto e passa a ser um distrito de Paranaguá (DER, 2015).

Já em 1930 é concluído o estudo de viabilidade e iniciado o desmatamento para o novo desenho da Rodovia Alexandra-Matinhos, mas apenas no final da década de 1940 os municípios balneários voltam a receber investimentos do poder público, em 1947 Guaratuba passa a ter acesso via estradas de Santa Catarina, volta a ser restaurado como município e em 1960 é inaugurado o serviço de *ferry boat*. Com a restauração desse núcleo no litoral sul do Paraná e a inauguração em 1967 da BR 277, tinha-se o estímulo necessário para a construção da atual PR-508, sua conclusão aconteceu no ano de 1987 (DER, 2015).

A construção e pavimentação da PR – 508 têm um duplo imperativo para os produtores da região, pois por um lado, atendeu a uma reivindicação de quase cem anos, melhorando as condições o acesso a dois centros urbanos e permitindo o escoamento da produção e acesso a outros serviços, mas por outro lado a falta de estrutura gerou um problema grave de acidentes de trânsito e atropelamentos²⁹. De

²⁹ No ano de 2012, a APRUMPAR, juntamente com a Motirõ Sociedade Cooperativa e UFPR, organizou o movimento Rodoviva, coletando mais de mil assinaturas em um abaixo assinado solicitando melhorias de condições da rodovia, como acostamento, redutores de velocidade, sinalização indicando presença de pedestres, ciclistas e animais, etc. Segundo o levantamento dos

fato, quando observa-se o trajeto da antiga estrada das colônias e da atual PR – 508, percebe-se que a rodovia simplesmente cortou as colônias ao meio, segundo relato dos próprios moradores, ignorando a presença das pessoas que ali moram, "ninguém pensou na colônia quando fizeram o asfalto, fizeram como se não morasse ninguém aqui, não tem nem acostamento!" (Entrevistado nº 8).

Conforme TABELA 10, a construção e pavimentação da PR – 508 foi apontada por 7 entrevistados como uma transformação importante para esse território. Os demais entrevistados que não a apontaram essa transformação residem na região há menos tempo, no máximo 12 anos, e não chegaram a observar os impactos da construção da rodovia.

TABELA 10–PRINCIPAIS MUDANÇAS NA REGIÃO APONTADA PELOS ENTREVISTADOS.

Mudanças apontadas no território	Quantidade de entrevistados
Construção e asfaltamento da PR – 508	7
Diminuição da quantidade de moradores (principalmente jovens) em virtude da emigração	6
Melhorias na infraestrutura urbana	4
Crescimento da pressão por parte da legislação e órgãos de fiscalização ambiental	4
Melhoria nas condições de comercialização e crescimento da renda	3
Crescimento da quantidade de moradores em virtude de imigração	2
Maior disponibilidade de serviços de apoio à produção	2
Aperfeiçoamento em técnicas de cultivo apreendidas ou desenvolvidas pela comunidade	2

FONTE: O AUTOR (2016)

Obviamente, os 4 produtores que nasceram na região foram os que mais apontaram transformações no território. Segundo os produtores, a construção da estrada está diretamente ligada à melhoria nas condições de comercialização e crescimento da renda: “Meu pai saía com a carroça daqui a uma hora da manhã, a gente ia pela estradinha pra levar os produtos até a cidade e voltava exausto” (Produtor 2). A isso se soma também outro importante fato histórico para os produtores que foi a instalação da feira da igreja matriz em Paranaguá, que acontece todos os sábados há 24 anos. Segundo os produtores, a feira foi uma iniciativa do então padre da cidade, e ao longo dos anos teve momentos de maior ou menor apoio do poder público municipal conforme alternância de poder, entretanto, a

organizadores, entre o ano de 2009 a 2012, aconteceram mais de 200 acidentes de trânsito na região.

feira sempre existiu: “a feira foi que segurou os produtores na região, se tem gente aqui ainda é por causa da feira” (Produtor 1).

A melhoria de infraestrutura citada pelos entrevistados não se refere a apenas à estrada, mas também o acesso à energia elétrica, água encanada e serviços públicos como posto de saúde, transporte escolar, etc. (TABELA 11). Apesar de ter havido uma melhoria geral na infraestrutura da região, ela continua sendo encarada como o principal problema. A conservação das estradas que dão acesso às comunidades e propriedades é uma queixa constante, apareceu não só nas entrevistas, mas também em todas as reuniões observadas.

TABELA 11 – PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO SEGUNDO ENTREVISTADOS

Problema	Quantidade de entrevistados
Pouca conservação das estradas vicinais	6
Transporte público	4
Condições climáticas e ambientais	3
Falta de acostamento na PR – 508	3
Restrições ambientais	3
“Isolamento”	2

FONTE: O AUTOR (2016)

Além desses, os problemas levantados durante uma das reuniões observadas foram: abordagem ríspida por órgãos fiscalizadores, falta de espaço para reunir os jovens (espaços culturais), a falta de mão de obra, ausência de locais para lazer na região, falta de espaço com atividades voltadas para mulher nas colônias, falta de divulgação da região e a falta de um roteiro turístico local.

A falta de transporte coletivo foi citada por quatro entrevistados, mas poderia ser classificada junto com “isolamento”, dois entrevistados fizeram essa referência às dificuldades de acesso a serviços públicos e ao centro de Paranaguá.

Em condições climáticas e ambientais estão às respostas que fazem referência aos problemas já relatados na história da colonização da região como alagamento, formigas, pragas com as quais os produtores não sabem como lidar, etc. Esse problema também se liga às reclamações de restrições ambientais, já que os produtores não podem mais plantar em encostas de morro ou desmatar áreas mais férteis. Esses dois problemas explicam o abandono de várias atividades citadas pelos entrevistados, conforme QUADRO 07.

QUADRO 07 – PRINCIPAIS ATIVIDADES ABANDONADAS PELOS PRODUTORES.

Atividade abandonada pelos produtores	Quantidade de produtores	Motivo pelo abandono
Produção animal	4	Alto custo com ração e veterinário, ausência de abatedouro na região, dificuldade com escoamento, excesso de tempo dispêndio no trato com os animais.
Arroz	3	Preço baixo, Falta de maquinários, necessidade de insumos químicos, restrições ambientais.
Hortaliças e verduras	3	Excesso de chuva, maior atenção (ciclo curto), dificuldade para escoar, muitas perdas.
Feijão, milho, soja e café	2	Necessidade de insumos químicos e dificuldade de proteger a plantação de pragas, necessidade de maquinários e restrições para desmate. Condições climáticas.
Gengibre	2	Gengibre para exportação, falta de pagamentos

FONTE: O AUTOR

Outro fator histórico importante da região é a criação do PNSHL, uma das principais transformações do território apontada nas entrevistas e observações nas reuniões. Segundo os entrevistados, a criação do Parque está diretamente ligada ao crescimento da pressão por parte da fiscalização ambiental, a diminuição das áreas de produção o que contribui com o êxodo na região, principalmente de jovens.

4.2.1 História, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura familiar em Paranaguá

Para Balhana, Machado e Westphalen (1969), as migrações humanas são um fenômeno permanente e universal e existem regiões que se caracterizam pela convergência de migrações humanas. Podemos dizer que a região das colônias do entorno da PR – 508 em Paranaguá é uma região caracterizada pela imigração, não somente durante os projetos de implantação de colônias agrícolas, mas também atraiu pessoas durante a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura no final do século XIX (estrada de ferro) e, no caso dos entrevistados dessa pesquisa, pessoas buscando novas formas de inserção produtiva na agricultura familiar.

Os entrevistados oriundos das cidades do norte e oeste do Estado migraram ao litoral buscando melhores condições em relação à situação em que se encontravam como meeiros, pressionados pelo poder de barganha de compradores e fornecedores e dependentes tecnologicamente. Podemos entender essas pressões a partir da tendência a um processo gradual de subordinação da agricultura à indústria. Para Schneider (2003), essa tendência é comandada pelo

progresso tecnológico, que acaba por transformar a produção rural em apenas mais um ramo da indústria. No Brasil, esse processo foi desencadeado, também, por uma série de políticas públicas que visavam transformar o meio rural e modernizar a agricultura. Essas políticas estão ligadas a um modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado baseado na industrialização e substituição das importações, intensificado nas décadas de 1960 e 1970, com condições de acesso que beneficiavam a categoria do grande agronegócio (GRISA, 2012).

Apesar dessa discussão já existir em países desenvolvidos, o termo agricultura familiar no Brasil teve sua emergência por volta de 1990 e foi fundamental para pensar em um novo paradigma de política pública para a agricultura. O reconhecimento dessa categoria foi o resultado de um esforço de pesquisa acadêmico e intensos movimentos sociais no meio rural como resposta a um modelo de desenvolvimento que gerou impactos negativos à pequena agricultura com a abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação. Para Schneider (2003), o marco da legitimação da agricultura familiar no Brasil acontece em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que gerou a sua afirmação no plano político e institucional.

Na mesma esteira de políticas direcionadas a categoria da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgem em 2003, como uma política pública integrada ao extinto Programa Fome Zero, ligado ao então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e combate à Fome (MESA). A proposta dos programas é atuar como uma política de fomento a agricultura familiar e também de segurança alimentar e nutricional (MÜLLER, SILVA e SCHNEIDER, 2012). O programa consiste na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação e destinado à rede de atendimento socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição como escolas, presídios, etc. (BRASIL, 2012). Hoje o PNAE é um dos principais meios de comercialização de pequenos produtores em Paranaguá, entre os 14 entrevistados 06 participam do PNAE com a venda de produtos processados.

Ao elaborar linhas de crédito específicas para agricultura familiar e comprar produtos sem a necessidade de licitação, entendemos que o Estado busca a redução das desigualdades regionais e sociais, conforme o artigo 170 da

constituição Brasileira, quando diz “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social” (BRASIL, 1988). Pode-se, dessa forma, ligar esses programas à dimensão de sustentabilidade econômica do ecodesenvolvimento, pois promovem maior equidade na alocação de recursos financeiros.

Além das políticas públicas, outro importante fator que promove maior sustentabilidade econômica são as condições de inserção desses pequenos agricultores no mercado, algo que pode ser observado no município de Paranaguá através das já citadas feiras. Para Wilkinson (2003), a mesma “pequenez” vista como uma desvantagem estratégica para pequenos produtores, quando não conseguem se manter competitivos frente às transformações das grandes cadeias, pode ser uma força quando consegue se aproveitar dos limites de capilaridade da distribuição das grandes empresas da indústria alimentar. Segundo o autor, esse potencial pode ser aproveitado, mesmo em condições de mercado informal, e frequentemente é alvo de políticas públicas locais que buscam organizar a demanda em circuitos curtos como feiras e outros espaços de comercialização, como beiras de rodovias. Nesse sentido, destaca-se novamente a importância da feira como acontecimento histórico na região, das 14 famílias entrevistadas 11 estão inseridas na feira da igreja Matriz em Paranaguá, em outras feiras no município de Paranaguá municípios vizinhos (indo vender seus próprios produtos ou pedindo para vizinhos vender seus produtos).

Observou-se que os produtores entrevistados possuem a liberdade de escolher o que irão produzir ou não. O acesso direto aos compradores/consumidores, sem a necessidade de atravessadores libera os produtores da necessidade de grande escala, além disso, a variedade de canais de comercialização permite espaços de comercialização para diferentes unidades produtivas, desde as mais precárias, sem nem mesmo alvará de funcionamento, até unidades mais estruturadas, como será discutido na dimensão institucional.

Algo que está presente na fala dos produtores é a relação de liberdades instrumentais com as liberdades substantivas que motivaram as suas migrações ao local e motivam sua permanência na região. Sobre esse tema Sen (2000) menciona que a utilidade da riqueza está nas coisas que os recursos financeiros permitem o sujeito fazer, as condições e qualidade de vida, ou seja, o alcance das liberdades

substantivas. A liberdade de entrar no mercado é por si só uma importante contribuição ao desenvolvimento, independente da sua capacidade de promover ou não o crescimento econômico: “A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social” (SEN, 2000 p. 9). O autor critica as perspectivas que negligenciam o mercado como mecanismo de geração de equidade econômica. Esse negligenciamento é gerado pela realidade contemporânea de desregulamentação e orientação de políticas e gestão pautada exclusivamente no crescimento econômico, o que gera a privação ao mercado por várias pessoas e o seu consequente empobrecimento. Portanto, não se podem analisar os circuitos de comercialização formados em Paranaguá apenas em termos econômicos, mas a partir do seu potencial de geração de equidade econômica, o que é reconhecido pelos produtores.

Wilkinson (2003) descreve, além da existência de mercados locais informais, a reputação através da identificação dos produtos associada à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local. Esses fatores são abordados dentro do enfoque do SIAL como a qualificação via origem territorial. Os laços históricos são fundamentais para entender a ancoragem territorial das atividades produtivas, e se expressam através da identificação de um saber fazer antigo, práticas, costumes, etc. (LINS, 2006; MUCHNIK, 2006; REQUIER-DESJARDINS, 2013).

4.2.2 Produção no território e produção do território

Em relação a presença de laços materiais ou referências identitárias ligadas à trajetória histórica da região na produção destaca-se principalmente os derivados do aipim, não só a farinha e beiju, mas também a coxinha de aipim, pães e bolos, vendidos principalmente nas feiras. A mandioca também é a principal cultura local utilizada no processamento da produção. Nesse sentido, Leandro (2007) realiza uma análise do conjunto de inventários na região abrangida pela comarca de Paranaguá do período de 1849 a 1887 (ou seja, abrangendo períodos anteriores à constituição das colônias), e mostra que o processamento de mandioca era a principal atividade produtiva e fonte de alimentação dos trabalhadores rurais da região. Segundo o autor, a presença de utensílios como a roda, a prensa, o forno e o tacho dentro das unidades agrícolas “indicam um modo de vida rural na comarca pautada pela quase onipresença da cultura material da farinha de mandioca” (LEANDRO, 2007 p.263).

Não só a farinha de mandioca, mas o pão e outras massas de mandioca também possuem procedentes históricos. Barickman³⁰ *apud.* Leandro (2007) aponta que antes do século XIX o costume de fazer pão utilizando farinha de mandioca era mais disseminado do que fazer pão com farinha de trigo. Relatos ainda de 1872 (PLATZMANN³¹ *apud.* LEANDRO, 2007) apontam que o beiju e os bolos assados de mandioca eram comuns no cotidiano das famílias da comarca de Paranaguá.

Além dos produtos derivados da mandioca, os produtos feitos de banana foram citados em várias entrevistas e apareceram na observação como produtos processados em várias propriedades, mas destinados apenas ao autoconsumo (doces, cucas, etc.), e não como produto comercializado. Os produtos feitos de banana foram citados tanto como típicos quanto como produto abandonado em virtude do tempo gasto para sua produção e o baixo valor de venda. Em função disso, os produtores decidem dedicar seu tempo às outras atividades que julgam mais rentáveis.

Foi possível constatar no discurso da maior parte dos produtores uma relação direta da qualidade do produto com o território. Quando perguntados se conheciam algum produto típico da região, apenas um não soube elencar (TABELA 12).

TABELA 12 – PRODUTOS ELENCADOS COMO TÍPICOS PELOS ENTREVISTADOS

Produtos considerados típicos	Quantidade de entrevistados
Derivados de Aipim	9
Banana e derivados	3
Derivados de palmito	2
Produtos com milho	2
Nenhum	1
Outros	3

FONTE: O AUTOR (2016)

Perguntou-se também se há algum tipo de diferencial dos produtos produzidos (TABELA 13). Apenas quatro entrevistados não conseguiram apontar diferenciais em seus produtos. Cinco produtores citaram como principal diferencial o fato do seu produto não possuir aditivos químicos ou conservantes e cinco consideram que os consumidores valorizam mais produtos locais, fabricados quase artesanalmente e terem uma relação de compra antiga com os produtores, estabelecidas nas feiras. Esses resultados nos permitem concluir que, para os

³⁰BARICKMAN, B. J. **A Bahian couterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780 – 1860.** Stanford: Stanford University Press, 1998 p. 167.

³¹ PLATZMANN, Julius. *Aus der bai von Paranaguá.* Leipzig: Druck and Verlag Von B. G. Teubner, 1872. P. 166

produtores, há uma relação estabelecida dos produtos com os consumidores a partir da imagem associada à pequena produção local.

TABELA 13 – DIFERENCIAL DOS PRODUTOS SEGUNDO ENTREVISTADOS

Diferencial citado pelos produtores	Quantidade de produtores
Não	4
Produtos sem conservantes ou aditivos químicos	5
Produto artesanal/local	5
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Quando perguntados onde aprenderam a fabricar os produtos que produzem atualmente, a maior parte (seis entrevistados) foi em cursos e capacitações, quatro afirmam ser uma produção que já vem da família, praticada por pais e avós e repassada aos filhos e quatro aprenderam através de vizinhos e amigos (TABELA 14). Além do conhecimento propagado pelos vínculos horizontais, esses últimos também recorreram à internet, visitas a agroindústrias de outras regiões, dentre outros. Assim, observou-se em apenas quatro entrevistados uma relação entre a produção local com um saber fazer passado de geração em geração.

TABELA 14 – COMO OS ENTREVISTADOS APRENDERAM A PROCESSAR SEUS PRODUTOS

Como aprendeu a processar os produtos	Quantidade de produtores
Cursos e outras capacitações	6
Família, produção feita por pais e avós	4
Conversas com vizinhos, tentativa e erro	4
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Vale destacar que foram elencados apenas os produtos que os produtores consideram relevantes em termos monetários. Em várias oportunidades, durante o registro fotográfico das agroindústrias ou em conversas informais, identificou-se produtos não citados durante as entrevistas, que são destinados apenas ao consumo da família ou comercializados em baixa quantidade, que poderiam se constituir de recursos escondidos (PECQUEUR, 2005), como por exemplo, o nhoque de mandioca, cucas de banana, os palitos de mandioca e diversos doces e compotas de frutas.

Nenhum entrevistado fez referência à história da ocupação italiana da região como fator determinante na produção. Os produtos típicos citados estão ligados ao que Muchnik (2006) chama de “laços materiais”, no caso os produtos de aipim,

banana e palmito são pautados pelas condições naturais da região e os registros de sua produção antecedem a imigração italiana. Dessa forma, surge a questão do porquê não houve nessa região a manutenção de práticas na produção que remetem ao local de origem dos colonos, como observou-se em casos relatados dos SIAL quarta colônia e queijo serrano (SILVEIRA *et al.*, 2011; AMBROSINI, 2007). Respostas a esses fatos podem ser buscadas em dois aspectos:

O primeiro fator refere-se à diferença das condições ambientais do Litoral do Paraná e do local de origem dos primeiros imigrantes, o que impediu de manter várias práticas de produção que eram desenvolvidas em seus países de origem. O Estado preocupou-se em não marginalizar os imigrantes garantindo-lhes transporte, estadia e terras, mas não houve um acompanhamento para garantir a adaptação das pessoas à região como orientações sobre a produção ou assistência técnica. A impossibilidade de manter as mesmas práticas do seu local de origem e a falta de técnicas para adaptar suas práticas antigas ao novo contexto foi um dos elementos que gerou o fracasso das primeiras colônias. No caso do território da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, por exemplo, a região onde houve a ocupação possui clima e geografia semelhante aos territórios de origem dos italianos permitindo a manutenção das mesmas técnicas tradicionais. Nesse sentido, Froehlich, Dullius e Vendruscolo (2010) relatam experiências de turismo de experiência, onde pessoas que residem na Itália veem ao Brasil e visitam as casas e propriedades de produtores artesanais do território da Quarta Colônia atraídas pela possibilidade de visitar um local que remeta ao seu passado, ou seja, que preserve as características de uma Itália de cem anos atrás, semelhante ao tempo de seus avôs.

A busca pela explicação da ausência de evidências que indiquem algum tipo de preservação de traços da cultura Italiana no histórico de ocupação da região parte de uma perspectiva de território simbólico-cultural. Nessa perspectiva, o território é tratado como um espaço de referência de construção de identidade e a desterritorialização é tratada como uma “hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas” (HAESBAERT, 2007, p.35).

O segundo fator se refere ao que podemos chamar de “rupturas” que ocorreram na ocupação da região. Dentre os primeiros imigrantes que se estabeleceram para constituir uma colônia agrícola, poucos permaneceram na região depois do fracasso do empreendimento, os quais passaram pelo período de miséria conhecido como “Purgatório”. Outras levas de imigrantes que chegaram não

buscaram a região visando a produção agrícola, mas sim o trabalho na construção da ferrovia, que também não oferecia condições dignas de trabalho:

Na construção da ferrovia que liga Paranaguá a Curitiba, iniciada em junho de 1880 e concluída em dezembro de 1884, conta o barão de Capanema que o Dr Teixeira Soares, para manter em serviços 3000 operários arregimentados 9000 dos quais para mais de 5000 permaneciam doentes (BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN, 1969 p.182).

Segundo Balhana, Machado e Westphalen, (1969) após a abertura da estrada do mar (atual PR – 407), a região das colônias de Paranaguá sofreu um relativo abandono da atenção do poder público, até a construção da PR – 508. Apesar desse relativo abandono, em entrevistas com moradores que nasceram na região, ou seja, que chegaram a vivenciar esse período, houve relatos descrevendo um forte dinamismo ou o que pode ser chamado de vida própria entre as comunidades. Segundo os entrevistados, a maior parte das comunidades tinha a sua própria festa da igreja, onde os moradores das comunidades do entorno participavam, e não apenas a que acontece hoje na Colônia Maria Luiza. Havia também muitos engenhos de cachaça e farinheiras. Uma entrevistada relacionou o declínio dessas atividades nas colônias à construção da rodovia Alexandra-Matinhos, segundo ela, atualmente as pessoas se deslocam muito mais para o centro de Paranaguá do que na própria região para realizar compras por exemplo. Pode-se concluir, portanto, que durante o período de uso da estrada do Albôit, havia uma dinâmica de relação entre as comunidades que foram rompidas com a construção da PR – 508. O QUADRO 8 apresenta os principais fatos históricos da região.

QUADRO 08: PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS DA REGIÃO

Periodização	Ano	Acontecimento
Contexto da política de imigração nacional	1808	- Início da política migratória no Brasil para diminuir os vazios demográficos
	1830	- Encerramento do programa de imigração pelo Império frente ao fracasso de vários núcleos coloniais
	1834	- Novo programa de imigração e responsabilização das províncias pelos estabelecimentos coloniais
	1840	- Mudança no foco do programa para prover mão de obra aos grandes monocultores. - Disputa entre duas frentes que defendiam diferentes modelos de imigração
	1850	- Lei de terras; - Criação de duas modalidades de colônias agrícolas: públicas e privadas.
Início da política de imigração paranaense	1852	- Colônia de suíços e alemães em Superagui e Guaraqueçaba
	1870	- Dinamização do programa de colonização na província do Paraná
Fundação e encerramento das colônias agrícolas em Paranaguá	1871	- Assinatura do contrato entre Sabino Tripotti e o presidente da província do Paraná.
	1873	- Carta ao amigo colono é distribuída na Itália
	1875	- Fundação da Colônia Alexandra - Fundação da Colônia Pereira
	1876	- Lamenha Lins, presidente da província, envia carta criticando o programa de colonização ao governo imperial.
	1877	- Revolta dos colonos - Visita do presidente da província Lamenha Lins às colônias - Rescisão do contrato com Sabino Tripotti - Fundação de outras colônias da "Nova Itália" - Início do período de "purgatório" nas colônias Alexandra e Pereira.
	1879	- Fundação da Colônia Maria Luiza - Colonos encaminham carta ao presidente da província pedindo a construção da estrada e melhorias da infraestrutura.
Imigração e construção da estrada de ferro	1880	- Encerramento do programa colonial Paranaense - Início do novo programa colonial para trazer mão de obra aos grandes empreendimentos de infraestrutura - Início da construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.
	1884	- Término da construção da estrada de ferro
Construção das Estradas	1888	- Fundação da Colônia Santa Cruz - Fundação da Colônia Santa Rita - Fundação da Colônia Visconde de Nacar - Abertura da Estrada do Alboit, ou Estrada das colônias.
	1916	- Melhoramentos na estrada do Alboit.
	1920	- Abertura da Estrada do Mar, atual PR -407
	1930	- Desmatamento do traçado e projeto para a construção da nova estrada das colônias, atual PR 508
	1967	- Término da Construção da BR-277
	1987	- Construção da PR - 508 (Alexandra Matinhos)
Transformações recentes que impactam na produção	1992	- Criação da feirinha da matriz em Paranaguá
	2001	- Criação do PNSHL
	2005	- Inserção dos produtores nos programas de compras governamentais

FONTE: BUZZATO, 2009; DENES, 2006; BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN, 1969; KROETZ, 1985; CAVANHA, 2012.

ORGANIZADO PELO AUTOR.

Para entender essa mudança pode-se recorrer à noção de escala, apresentada por Castro (1995). A escala, mais do que uma noção da cartografia para representações gráficas, é um conceito que se refere ao esforço epistemológico na geografia na formulação de problemas e aproximação do real. A escala é que exprime a intenção deliberada do sujeito de observar um objeto, ela concebe e define a realidade percebida, como um ponto de vista que atribui um sentido particular ao espaço a ser estudado através de diferentes recortes. Esses recortes são baseados em fenômenos que são privilegiados na análise, ou seja, é a escala que confere visibilidade ao fenômeno, como por exemplo, o que acontece em uma rua, um bairro, uma cidade, etc. Nesse sentido, quando falamos da ação do Estado sobre um território, a escala de planejamento exprime um componente de poder na tomada de decisão.

A construção das estradas de acesso no Litoral (não somente da Alexandra-Matinhos, mas também a estrada do Albôit e a estrada de ferro) é pensada em escala estadual, buscando dinamizar a economia do Estado e dos municípios do Litoral e, nessa escala, as populações que residem nas colônias representam menos de 1% da população do município de Paranaguá, o que significa menos poder a ser considerado na tomada de decisão. As complexidades geradas pela tensão de diferentes escalas de território são chamadas por Castro (1995) de verticalidades, ou seja, os vetores de influência externa ao território, e horizontalidades, os vetores de influência internos ao território.

Considera-se assim que essas “rupturas” fazem parte de um processo contínuo de desterritorialização ligado à crescente fragilidade do território imerso em fluxos globalizantes (HAESBAERT, 2007). Essa perspectiva encara o território como um espaço de exercício de poder ou então a uma noção de território funcional que se sobrepõe a um território simbólico (HAESBAERT, 2008).

Outra transformação observada que expressa a submissão do território simbólico ao território funcional é a implantação do PNSHL. Os agricultores se queixam porque a região é conhecida como Serra da Prata, nome que remete ainda ao século XVI e não entendem a origem nem visualizam significado no nome Saint-Hilaire Lange. Esse conflito é citado também por Denes (2006, p.62):

“O Parque Saint-Hilaire/Lange estabelece uma relação não muito positiva com as populações do entorno. Um dos aspectos apontados demonstra que

a nomenclatura do parque é comprovadamente de difícil assimilação por parte da população”.

Considera-se que essa é uma referência identitária importante na região, pois é a forma como os produtores locais decidiram identificar seu território para as pessoas visitantes durante a Caminhada da Natureza, que foi batizada de Circuito Serra da Prata.

Ao buscar explicações sobre a ausência da conservação de traços da cultura Italiana na região, conclui-se que houve dois principais processos de desterritorialização. O primeiro processo de desterritorialização parte de uma abordagem focada na dimensão simbólico-cultural do território ao se referir às diferenças ambientais do Litoral do Paraná e norte da Itália, considerando que os vínculos imateriais são estabelecidos através dos vínculos materiais. O segundo é um processo de desterritorialização a partir da perspectiva econômica e jurídico-política do território, compreende os estrangulamentos impostos pelas verticalidades (verifica-se desde o início da política de imigração do século XIX até as transformações mais recentes, apontadas pelas entrevistas e pela observação) que geram uma sobreposição do território funcional ao território simbólico (a função da PR – 508 é mais importante que a mobilidade das comunidades que ali residem, por exemplo).

Por outro lado, Haesbaert (2007) critica a ideia de desterritorialização, para o autor, apesar da importância da distinção das dimensões do território (dimensão simbólico-cultural, econômica e jurídico-política), é importante que “organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem” (HAESBAERT, 2007 p. 41). Nesse sentido, em resposta a perda ou o desaparecimento de territórios, como implica a ideia de desterritorialização, o autor propõe “discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização”, pois, paralelo ao mito da desterritorialização, existe um processo muito mais complexo e descontínuo de reterritorialização dos indivíduos e construção de multiterritorialidades. As implicações dessa discussão é o reconhecimento do sentido multi-escalar e multi-dimensional do território, onde os atores estão inseridos em diferentes fluxos ao mesmo tempo e a construção de suas referências são constantemente influenciadas por inúmeros outros espaços e escalas. Observa-se esse fenômeno de várias formas, como a adaptação de culturas locais pelos imigrantes como a banana e a

mandioca,(tanto os italianos do século XIX quanto os produtores que migraram recentemente), o início das produções mais tecnificadas como o gengibre (voltada ao mercado externo) e o arroz, a adaptação produtiva à nova legislação ambiental e a busca por alternativas como a agroindustrialização da produção,as diferentes territorialidades oriundas da construção da PR – 508, como os empreendimentos orientados à atividade turística (restaurantes, pesque-pagues, propriedades abertas à visitação de rios e cachoeiras) e atendimento aos transeuntes (como os restaurantes e vendas de beira de estrada) e as diferentes formas de produção e inserção dos empreendimentos, detalhadas mais adiante nas categorias técnica e institucional.

É nessa perspectiva que Muchnik (2006) propõe na categoria histórica analisar as identidades em movimento, a sua construção e desconstrução através do contato e trocas com diferentes culturas. Na tensão/conflito gerado nessa abordagem são ativadas territorialidades na medida em que representam uma ancoragem da imagem de qualidade do produto pelo território para os consumidores. Ou seja, existe uma relação entre dois lados envolvidos na ativação de recursos na abordagem do SIAL: em um há uma identidade patrimonial que se baseia na ligação material e simbólica entre uma população e determinado espaço e de outro há o reconhecimento da identidade do outro por parte do consumidor (REQUIER-DESJARDINS, 2013).

Durante as observações das reuniões foi possível observar uma tensão entre esses dois lados. Durante a discussão do trajeto da caminhada da natureza e do local onde seria a partida, café da manhã, chegada e almoço, gerou-se dois núcleos que defendiam propostas distintas para a caminhada:

- O primeiro defendia que o nome da caminhada deveria fazer referência à Colônia Quintilha, que o almoço deveria ser feito em um restaurante da região e a caminhada e sua divulgação deveria priorizar pontos já conhecidos pelos visitantes, como a cachoeira da Quintilha. Defendia-se que o trajeto fosse mais restrito à Colônia Quintilha que já atua como uma “vitrine” da região, nessa perspectiva, os demais produtores não incluídos no trajeto participariam com os produtos em uma pequena feira montada no estacionamento do restaurante.

- O segundo mencionava que o ponto de partida e chegada da caminhada deveria ser realizado no barracão da igreja e que o almoço fosse organizado pelas pessoas da comunidade. Esse grupo criticava a primeira proposta argumentando

que a finalidade da caminhada é de gerar oportunidades para todos os participantes e dar visibilidade à região como um todo, portanto o nome deveria remeter à região como um todo e passar pela maior quantidade de propriedades possível no trajeto.

Durante a reunião, vários atores, inclusive instituições parceiras, apoiavam a primeira proposta sob justificativas ligadas a uma racionalidade comercial, os principais argumentos que apoiavam essa perspectiva foram: maior possibilidade de atrair pessoas; redução de riscos com problemas operacionais (“terceirização” do almoço para um restaurante) e; oferecer um produto mais atrativo aos visitantes, pois teoricamente a estrutura do restaurante seria mais adequada à finalidade do que o barracão da igreja.

O debate em torno desses pontos leva uma série de questões ligadas às contradições do processo de qualificação territorial nas abordagens centradas na noção de SIAL, algumas delas discutidas por Requier-Desjardins (2013). A primeira refere-se ao reconhecimento de elementos objetivados que pressupõe a qualificação territorial. Parte dos produtores defendia que um dos objetivos da caminhada deveria ser a descentralização da imagem das colônias apenas aos atrativos da Quintilha “as colônias são muito mais que só a cachoeira e o restaurante da quintilha” (fala de uma participante da reunião), em contraposição ao grupo que defendiam que o sucesso da caminhada dependia da exploração da imagem que os visitantes já tinham *a priori* da região, “a gente tem que mostrar o que tem de bom, o que tem de bonito, e o que as pessoas conhecem, e o que a gente tem é a Quintilha” (fala de outra participante da reunião). Isso leva a reflexão sobre como o processo de reconhecimento da identidade do outro, implícito na ativação de recursos territoriais (PECQUEUR, 2012) por meio da qualificação pela demanda, pode gerar ou reforçar certos processos ou territorialidades em detrimento de outras. Essa questão é mais evidente na atividade turística, quando se discute a relação entre visitantes e visitados, mas pode ser vista também na produção de produtos agroindustrializados. Como exemplos pode-se citar os casos da produção de queijo serrano (AMBROSINI, 2007), onde mesmo os produtores que desenvolveram técnicas diferentes de produção das tradicionais (mais sofisticadas e adequadas à legislação) se beneficiam da imagem ancorada territorialmente; tem-se também o caso do território da Quarta Colônia Italiana (SILVEIRA *et al.*, 2011), onde o processo de ativação de recursos territoriais atraiu empreendedores que inicialmente não estavam vinculados à aquela produção agroindustrial ou a identidade sociocultural

ativada como recurso. Isso nos leva a questionar: qual o impacto da qualificação pelo território na auto-imagem do território?

Outra questão é como essa estratégia de desenvolvimento territorial pode reproduzir, em menor escala, algumas das críticas às características inerentes ao desenvolvimento baseado no crescimento econômico como o desenvolvimento desigual e combinado. A proposta de focar a caminhada na região da Colônia Quintilha pressupõe que os agricultores se beneficiariam de forma diferente do evento, alguns diretamente, com a visitação em suas propriedades e empreendimentos, e outros “indiretamente”, através da venda de produtos ao término no evento potencializando, por exemplo, visitas futuras dos participantes da caminhada.

Dentro da lógica de que a cachoeira da Quintilha é o recurso territorial a ser ativado pelo turismo (ou o vetor de turismo na região, por ser mais conhecida do público geral), e esse turismo é o meio de qualificação dos produtos agroindustriais, a coordenação das atividades de um eventual sistema produtivo seria determinada pela forma que as atividades agroindustriais se articulam ou não com a atividade turística na Quintilha, gerando diferentes formas de inclusão e exclusão desses produtores do sistema. Esse possível desdobramento é uma questão central para projetos de desenvolvimento na região que se utilizam da abordagem do SIAL, compreendido por Requier-Desjardins (2013) como “efeito clube”.

Ao final, o grupo decidiu pela segunda proposta, de realizar o ponto de partida e chegada, café da manhã e almoço no barracão da igreja e executado pela associação.

4.4 CATEGORIA INSTITUCIONAL

Os processos de localização/deslocalização dependem em grande parte das relações entre os atores do território, a qual a dimensão institucional faz referência. A análise da categoria histórica pode subsidiar a interpretação da análise institucional através da identificação de alguns elementos que possam fundamentar o que Boucher (2006) chama de proximidade geográfica, em que a proximidade dos atores no território é vista sob um enfoque histórico (as relações sociais ligadas às identidades socioculturais), um enfoque funcionalista (as relações estão ligadas aos

limites do território) e um enfoque institucional (ligados as políticas públicas e sentimentos políticos).

Outro elemento da proximidade geográfica são as externalidades passivas. Para analisá-las buscou-se verificar junto aos produtores a facilidade de acesso ao crédito, extensão rural e oferta de mão de obra na região.

O êxodo rural foi um dos principais problemas apontados pelos produtores na região, e isso impacta diretamente na disponibilidade de mão de obra (TABELA 15). Apenas dois produtores afirmaram não encontrar dificuldades na contratação de pessoas para trabalhar na agroindústria, pois contratam as mesmas pessoas há anos. Outros seis produtores contam apenas com a mão de obra familiar, seja porque não possuem recursos para contratação de pessoas ou porque já desistiram de buscar novas pessoas para trabalhar em seu empreendimento.

TABELA 15 – DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA NA REGIÃO

Disponibilidade de mão de obra na região e dificuldade em contratar pessoas	Quantidade de produtores.
Encontra dificuldade	6
Apenas mão de obra familiar	6
Não encontra dificuldades	2
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

A assistência técnica foi considerada como insuficiente por seis entrevistados (TABELA 16), entretanto, há uma compreensão em relação à precarização do serviço em âmbito nacional e municipal: “A Emater³² não é ruim, o problema que eles não têm gente nem estrutura” (Produtor 3) ou “A Emater faz o que pode, mas eles não dão conta” (Produtor 6).

TABELA 16 - DISPONIBILIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA REGIÃO

Avaliação da assistência técnica da região	Quantidade de entrevistados
Insuficiente	6
Razoável	3
Satisfatória	3
Não utilizam	2
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

³² Empresa de assistência técnica e extensão rural

Dos catorze entrevistados, onze já adquiriram crédito bancário via PRONAF. O destino desse recurso é principalmente para a construção ou reforma das unidades produtivas e aquisição de veículos (TABELA 17).

TABELA 17 – USO DO CRÉDITO PELOS PRODUTORES

Uso do crédito	Quantidade de produtores
Aquisição de veículo	4
Construção/reforma da agroindústria	4
Máquinas e implementos para a roça	4

FONTE: O AUTOR (2016)

Entre os que não utilizaram crédito bancário, dois já fizeram tentativas, e um pretende adquirir para construção de sua agroindústria. Os motivos citados para não conseguir crédito foram falta de avalistas e outras condições de garantias, documentação da propriedade (documentos do terreno) e dificuldades em montar o processo com todos os documentos solicitados.

Dessa forma, dentre as potencialidades locais averiguadas como possíveis externalidades passivas na região poderíamos citar a possibilidade de acesso ao crédito, entretanto, a fonte de crédito citada pelos produtores é o PRONAF, programa promovido pelo governo federal e, portanto, não pode ser relacionado como uma especificidade local.

O relato dos produtores não confirma a existência de externalidades passivas e não se observou na categoria histórica referências identitárias comuns que subsidiem ações coletivas no que se refere à produção e comercialização. Por outro lado, através da análise da categoria institucional, observa-se a existência de proximidade organizacional conforme descrita por Boucher (2006). Conclui-se, a partir das entrevistas, que a produção da região é, em sua maior parte, pautada pelos vínculos verticais, principalmente quando se analisa as decisões dos produtores de como alocar seus recursos (espaços para plantio, investimento nas agroindústrias, tempo de trabalho). Como exemplo tem-se o macarrão, que para ser comercializado nos programas governamentais os produtores que fabricavam esse produto tiveram que, a partir de 2013, se readequar às novas normas, o que exigiu investimentos em equipamentos e mudanças no processo produtivo e consequentemente abandono dessa produção por parte de alguns produtores.

Dentre os vínculos verticais destaca-se as feiras, citada por onze produtores, desses, sete afirmam que a feira é o principal canal de comercialização. Além da

feira de igreja matriz em Paranaguá, já citada como importante fato histórico, surgiram a partir de 2011, várias outras feiras como a feira no aero parque, a feira da lua na praça dos leões, e feiras em municípios vizinhos como Matinhos e Pontal do Paraná.

O PNAE também tem uma importância significativa na região. A TABELA 18 apresenta dados referentes aos entrevistados que participam do programa com o fornecimento de produtos processados, no entanto, vários produtores se inserem no programa com a venda de produtos *in natura*.

TABELA 18 – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO USADOS PELOS ENTREVISTADOS

Principais canais de comercialização	Quantidade de produtores
Feiras em Matinhos e Paranaguá.	11
PNAE	6
Mercados em Paranaguá e Matinhos	3
Vizinhos	3

FONTE: O AUTOR (2016)

O PNAE e a feira aparecem como complementares na composição da renda dos produtores. Dos seis entrevistados que vendem produtos processados ao PNAE, cinco também estão nas feiras. A principal vantagem do PNAE citada pelos entrevistados é a fonte de renda garantida, o que permite aos produtores assumirem compromissos como crédito bancário e outros tipos de financiamento, diferente da feira, que está sujeita a variação das vendas por diversos fatores, como por exemplo, a queda no movimento no final de 2015 em virtude do surto de dengue no município.

As principais vantagens das feiras (QUADRO 9), apontadas pelos agricultores, são o contato direto com os consumidores e o pagamento no ato da compra. Já no PNAE, as principais desvantagens estão ligadas aos atrasos de pagamento e atrasos na liberação das cotas do ano; segundo relatos dos produtores, o pagamento pelas entregas chegou a atrasar até oito meses. Até o final do mês de fevereiro de 2016, por exemplo, a associação de produtores que intermedia a inserção dos agricultores no programa ainda não havia recebido o planejamento de compras das prefeituras com as quantidades a serem entregue aos colégios (com menos de um mês para o início das aulas), o que atrapalha o planejamento da produção e obriga alguns produtores a fazer estoques.

QUADRO 09 – PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FEIRA E DO PNAE

Feira	PNAE
Vantagens: - Pagamento a vista em dinheiro; - Contato direto com o consumidor;	Desvantagens: - Atrasos no pagamento; - Atrasos no planejamento;
Desvantagens: - Instabilidade das vendas; - Vendas realizadas em pequenas quantidades;	Vantagens: - Garantia de vendas; - Cotas pré-determinadas com base na capacidade produtiva do agricultor.

FONTE: O AUTOR (2016)

Percebeu-se que o PNAE age como um vetor de formalização das agroindústrias e de difusão tecnológica. Dos catorze entrevistados, apenas sete que fornecem produtos ao programa (ou já forneceram) possuem alvará de funcionamento. Há o relato também de produtores que desejam se formalizar para ingressar no programa ou que já estão inseridos no programa com a venda de alimentos *in natura* e desejam investir em unidades de processamento em suas propriedades para agregar valor à produção. Outro indicador da ação do programa como vetor de formalização é que a maior parte das agroindústrias foi construída há pouco tempo, menos de três anos, impulsionadas pelo aumento de exigências sanitárias feitas como requisito para acesso ao programa (TABELA 19).

TABELA 19 – TEMPO DE EXISTÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS

Tempo de existência das agroindústrias	Quantidade de produtores.
Até 3 anos	7
De 3 a 10 anos	2
Mais de 10 anos	5
TOTAL	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Além disso, a garantia de venda permite aos produtores acessar crédito para a construção e reforma de suas unidades produtivas. Observou-se em um grupo mais restrito de produtores, constituído de três famílias, que vendem aos mercados de Paranaguá e Matinhos, algumas características comuns. Desses, todos têm alvará de funcionamento e suas agroindústrias existem há mais tempo, pelo menos 15 anos. Os grandes supermercados que compram desses produtores fazem mais exigências que outros canais, além das exigências sanitárias e legais (alvará de funcionamento, emissão de nota fiscal, etc.), ainda exigem maior escala de produção, continuidade de fornecimento, códigos de barras e cadastro do produto em seus sistemas (no caso de grandes redes isso pode levar algumas semanas). Dois desses produtores dedicam-se quase que exclusivamente ao processamento

de mandioca congelada e alcançam uma escala bem maior do que outras unidades produtivas da região, em média 1.400 kg e 2.000kg por semana (a produção de outros produtores que vendem mandioca congelada varia de 200kg a 350kg por semana). Essas famílias já forneceram produtos ao PNAE, mas preferiram mudar de canal em virtude do preço praticado dentro do programa. Um dos entrevistados mencionou a importância que o programa teve em sua unidade produtiva, pois a venda garantida permitiu sua estruturação. Apenas um produtor explora pequenos e médios estabelecimentos em Pontal do Paraná, Matinhos e Paranaguá (pequenos mercados, peixarias, quitandas e lojas de produtos naturais).

Apesar de apenas três produtores citarem a venda aos vizinhos, durante as visitas às propriedades observou-se que esse tipo de comercialização é bem comum. Diversas vezes as entrevistas eram interrompidas por pessoas residentes do entorno que procuravam os entrevistados para buscar produtos, realizar pagamentos ou fazer encomendas. Talvez as vendas aos vizinhos não tenham sido consideradas pelos produtores na hora das entrevistas devido ao baixo volume desse tipo de comercialização ou por não despender de muito esforço. Essas compras entre vizinhos destinam-se apenas ao consumo doméstico.

Referente à origem das matérias primas de fornecedores da região, apenas dois entrevistados responderam que possuem fornecedores na comunidade, pois a maioria dos agricultores produz toda a matéria prima necessária ou então, na sua falta, recorrem aos fornecedores em outros municípios.

Há um grupo de seis produtores que vendem os produtos processados em feiras e para vizinhos, mas não acessam o PNAE e nem super mercados dos municípios vizinhos. Estes produtores não possuem alvará de funcionamento e apenas um está de acordo com as regras da ANVISA: mas por questões fundiárias e de legislação ambiental não possui alvará de funcionamento.

Podemos, dessa forma, estabelecer três grupos distintos de agroindústrias com base em suas características e na sua relação com os canais de distribuição:

- Um grupo de agroindústrias informais que busca produzir uma variedade grande de produtos, vende para vizinhos da região e estão começando a se inserir nas feiras;

- Um grupo de agroindústrias que se inserem nas feiras e no PNAE e estão mais adequados às normas da ANVISA; também primam pela diversificação de produtos, entretanto, já direcionam os esforços aos padrões de eficiência e escala

que possam atender à cota de produção do PNAE; possuem condições de pagar os gastos com os diaristas e eventuais empréstimos realizados;

- Um terceiro grupo de agroindústrias totalmente orientadas à lógica de mercado: participaram das feiras e dos programas de compras governamentais, entretanto, visualizam a comercialização com estabelecimentos comerciais de Matinhos e Paranaguá uma oportunidade de aumentar suas margens. A variedade de produção desse terceiro grupo é bem mais restrita para alcançar uma maior escala de produção.

Outro aspecto importante das proximidades organizacionais, que favorecem a formação de concentrações produtivas são os vínculos horizontais. O conceito chave para entender como o fortalecimento dos vínculos horizontais podem se constituir em coordenação entre os atores é o de capital social. Para Putnam (2000, p. 177) o capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”. Segundo o autor, o capital social facilita a cooperação espontânea e emana de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica.

Os sistemas de participação cívica são espaços de participação que representam uma intensa interação horizontal, são exemplos desse sistema os partidos políticos, associações e cooperativas, clubes desportivos, etc. Já as regras de reciprocidade são regras “incutidas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização (como por exemplo, educação cívica), tanto por meio de sanções” (PUTNAM, 2000, p.181).

Para verificar a existência de sistemas de participação cívica buscou-se identificar espaços formais de participação em organizações ligados a produção (TABELA 20) ou representatividade política. Metade dos entrevistados, quando perguntados se participam de algum grupo ou coletivo, citou a associação de produtores da região, mas apenas 3 entrevistados participam mais ativamente, frequentando as reuniões ou participando, em algum momento da direção. Cinco produtores citaram a associação apenas como ponte para acesso aos programas de compras governamentais ou compras de insumos para a produção, ou seja, apenas como uma organização de apoio, como um vínculo multilateral e não horizontal.

TABELA 20 – ORGANIZAÇÃO DAS QUAIS OS PRODUTORES PARTICIPAM

Organização da qual participa	Quantidade de produtores
Associações da região	7
Igrejas	3
Conselho gestor do PNSHL	2
Centro de Tradições Gaúchas (CTG)	2
Não participa de nenhum grupo	4

FONTE: O AUTOR (2016)

Dois produtores citaram o conselho do Parque, entretanto não o consideram efetivo, a principal queixa é a indisponibilidade de participar das reuniões que acontecem em dia de semana durante a tarde no município de Matinhos - PR. Há também o sentimento de baixa efetividade política na participação no conselho do parque: “As reuniões do parque não levam a nada, era pra ser uma boa ferramenta, mas não leva nada a lugar nenhum, só ficam conversando” (Produtor 4); e na associação: “lá (na associação) não se decide nada, a gente sempre tá discutindo as mesmas coisas” (produtor 11) e, “já falaram em fazer uma cooperativa, mas não sai do papel, lá eles brigam muito e fazem pouco” (produtor 14).

A participação nesses espaços formais está ligada diretamente ao desempenho institucional do local, para Putnam (2000), esse conceito baseia-se em um modelo de governança desencadeado pelas demandas sociais, que geram um processo de interação política, interação com o governo, seguido de uma opção política de implementação, ou não, de ações para suprir essa demanda.

A dificuldade para a participação social é uma questão comum ao meio rural brasileiro. Para Abromovay (2000), as forças organizadas da grande maioria dos municípios brasileiros não conseguem construir processos de coordenação, pois, a sociedade brasileira como um todo, não têm dado a devida atenção para como o processo de organização pode mudar a relação no meio rural:

A proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a montagem de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos Fundos Constitucionais e sobre a própria política agrícola, a experiência de construção dos assentamentos e um esforço inédito de formação dos agricultores para o exercício da cidadania por parte das próprias organizações que os representam fazem parte de um movimento que o país mal conhece e, conseqüentemente, não valoriza. (ABROMOVAY, 2000. p. 2)

Para Pateman (1995), a capacidade da participação social está diretamente ligada ao que se conhece como o sentido de eficácia política ou sentido de competência política, ou seja, o quanto a ação do indivíduo tem de impacto sobre o

processo político, algo que não ocorre com os entrevistados, como se observa nas falas. Segundo a autora, os fatores que influenciam na competência política para a participação e na sensação de eficiência política são³³:

- Status socioeconômico: pessoas com baixo status socioeconômico tendem a ter uma sensação e eficiência política baixa;

- Oportunidades de participação política apresentadas durante a vida do indivíduo: crianças com maiores chances de frequentar o ensino superior têm maior contato com estruturas de participação política;

- Atividade profissional dos pais: a posição e autonomia na estrutura organizacional do espaço de trabalho dos pais influenciam nas competências políticas dos filhos;

- Ambiente organizacional no trabalho: existe um impacto da estrutura organizacional no local de trabalho sobre a personalidade e características psicológicas das pessoas que podem influenciá-las para a participação política. Para a autora a habilidade de participação é maior para alguém que possa se “autogovernar” no trabalho, isso estimula a autoconfiança na capacidade de participar, controlar a própria vida e o ambiente. Essas características são diferentes das associadas a “servilidade” ou “passividade”, incentivada em vários ambientes de trabalho. A variável ligada ao ambiente organizacional que impacta no que poderia ser chamado de “caráter democrático” é a natureza do trabalho, como o nível de especialização, liberdade de tomar decisões, de resolver problemas, dentre outros.

Por se tratar de pequenos empreendimentos familiares, acredita-se que o contexto interorganizacional de trabalho dos produtores geraria um maior senso de eficiência política por proporcionar condições de “autogovernar” seu trabalho, entretanto, os estudos organizacionais desenvolvidos pela Motirõ para elaboração dos planos de negócio apontam ameaças a alguns empreendimentos ligadas a sobreposição das legislações (divergências entre prescrições da vigilância sanitária e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), por exemplo, o que dificulta a obtenção do alvará de funcionamento), conflitos fundiários, concorrência com grandes redes de distribuição, etc. o que leva muitos produtores a adotar uma postura responsiva ao ambiente, e não proativa. Isso se reflete na falta de inovação, como será visto na categoria técnica.

³³ Estudo realizado nos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México com trabalhadores do setor têxtil, automobilístico, indústria gráfica e química.

Dentre os quatorze entrevistados, seis confirmaram certa dificuldade na obtenção das licenças para operar as agroindústrias, dois produtores construíram suas unidades em outras propriedades em virtude de restrições dos órgãos ambientais, outros três mudaram-se para poder construir suas agroindústrias próximos a sua residência e um não conseguiu obter o alvará, mesmo depois de ter realizado a obra dentro das normas da vigilância sanitária, porque construiu em uma área embargada.

Os conflitos envolvendo populações locais e as unidades de conservação no litoral do Paraná também podem explicar a características de baixo caráter democrático do ambiente de trabalho dos agricultores. Quando questionados se o Parque exerce algum tipo de influência sobre sua atividade (TABELA 21), seis entrevistados responderam influência negativa (como as restrições para abertura de novas áreas de plantio, restrições para a extração de madeira, palmito e uso de queimadas para preparo do solo) e seis como não exerce influência. Acredita-se que, parte dos entrevistados não sente influência porque não estão inseridos dentro do parque ou já desenvolveram estratégias para contornar as dificuldades impostas, a própria agroindustrialização da produção é uma forma de agregar valor ao produto e dessa forma exercer menos pressão sobre o uso do solo.

TABELA 21 – PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE O TIPO DE INFLUENCIA QUE O PNSHL EXERCE SOBRE A PRODUÇÃO

Influencia que o PNSHL exerce	Quantidade de produtores
Não exerce influência alguma	6
Influência negativa	6
Influencia positivamente	2
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Destaca-se que dois entrevistados disseram que o parque exerce uma influência positiva sobre a sua atividade, esses entrevistados relacionaram a presença do parque à possibilidade de novos eventos como a caminhada da natureza e ao turismo na região. Os oito entrevistados que não consideram que o parque exerce influência negativa à sua atividade o visualizam como um potencial de desencadeamento de ações de educação ambiental³⁴.

³⁴Segundo Quadros *et al.* (2015) apesar de um decréscimo na participação de conselheiros ocupantes de cadeiras nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Gestor do PNSHL entre 2008 e 2015, o conselho Consultivo do PNSHL “é um exemplo de participação social, com mais potencialidades que fragilidades, mas que não está isento de dificuldades e deve manter-se em

Durante as reuniões observou-se também uma relação direta entre a participação e as condições socioeconômicas, os produtores com perfil mais participativos na reunião possuem as estruturas produtivas mais adequadas, melhores condições de transporte, poder de investimento, etc.

Outra possível explicação para o comportamento pouco participativo são as experiências pregressas dos entrevistados. Vários produtores já haviam participado da diretoria da associação de produtores do local e outras organizações do gênero e manifestaram várias frustrações ou até mesmo experiências de conflito.

Apesar da baixa aderência em organizações de representação política, identificaram-se como potencial sistema de participação cívica os espaços informais de interação. Oito produtores responderam que participam de algum evento ou festividade da região de forma engajada na organização do evento, auxiliando no seu planejamento e execução (TABELA 22). Os motivos citados para a participação foi a possibilidade de socialização com outras pessoas da comunidade.

Os dois entrevistados que não participam devido ao consumo de álcool apontaram razões religiosas.

TABELA 22 – EVENTOS OU FESTIVIDADES QUE OS PRODUTORES PARTICIPAM

Eventos ou festividades apontadas pelos entrevistados	Quantidade de produtores
Não conhece nenhum evento	4
Conhece mas não participa por ser contra o consumo de álcool	2
Jantar dançante da igreja	6
Caminhada da natureza	3
CTG	3

FONTE: O AUTOR (2016)

Importante destacar a festa realizada pela igreja na colônia Maria Luiza. Ela não só foi citada por vários entrevistados, como também apareceu nas reuniões observadas como um potencial da comunidade. Quando houve o questionamento sobre a capacidade da comunidade de organizar e executar o almoço para a caminhada da natureza, um dos argumentos para reforçar a competência e

continua construção” (QUADROS et al, 2015 p. 16). Segundo os autores, as estratégias adotadas pela gestão do Parque incluem diversos instrumentos de participação como cursos de capacitação, oficinas, expedições a campo e reuniões de câmaras temáticas. Campos (2015) menciona que, tanto gestores tanto residentes possuem interesse em obter e fornecer esclarecimentos sobre essa unidade de conservação.

experiência do grupo foi a organização do jantar na igreja, que chega a receber mais de duas mil pessoas.

A Caminhada da Natureza apareceu nos discursos como um potencial a ser desenvolvido, os resultados da primeira caminhada superaram a expectativa dos produtores no que se refere a visitação, entretanto, ainda há receio da continuidade do projeto: “ainda está muito no início, vamos ver se vai dar certo, se der certo vai ser bom” (produtor 4). Esse resultado mostra esse evento como potencial espaço de aprendizagem e cooperação entre os produtores.

Para verificar a existência de vínculos de reciprocidade, perguntou-se se havia algum tipo de troca ou parceria com outros produtores na região (TABELA 23). Oito produtores mantêm algum tipo de parceria ou troca com outros produtores, desses, três o realizam apenas com familiares (irmãos, tios, sobrinhos, etc.)

TABELA 23 – TIPOS DE PARCERIAS ESTABELECIDAS COM PRODUTORES DA REGIÃO

Tipo de parcerias realizadas com outros produtores da região	Quantidade de entrevistados
Não realiza nenhuma parceria	6
Não realiza parcerias com outros produtores, apenas com familiares que moram na região	3
Participa de reuniões e iniciativas promovidas pela Motirô	1
Realiza parcerias com vizinhos	4
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

As parcerias citadas com outros produtores da região ou com familiares citadas foram a troca de insumos, produção conjunta de produtos para atingir determinada cota dentro do PNAE, auxílio no transporte, aluguel ou mesmo cessão da estrutura da agroindústria para produção de lotes de produtos ou uso de algum equipamento específico.

4.3 CATEGORIATÉCNICA

A categoria técnica faz referência ao que Muchnik (2006) chama de “vínculos materiais”. É a partir dela que verificamos os processos produtivos e a relação com o meio ambiente enquanto patrimônio. Ambrosini, Filippi e Miguel (2008, p.8) a chamam de dimensão técnico-teórica, centra-se nas técnicas utilizadas e no “saber-fazer compartilhado como um ativo da comunidade”

A maior parte dos produtores se dedica a vários produtos, alternando-os conforme a sazonalidade da produção, das vendas, vantagens e desvantagens dos diferentes canais de comercialização. Metade das agroindústrias pesquisadas dedica-se à fabricação de panificados em geral, pães e bolos que são destinados principalmente na venda em feiras e ao programa de aquisição de alimentos (TABELA 24).

TABELA24 – PRODUTOS DAS AGROINDÚSTRIAS DO ENTORNO DA PR –508

Produtos	Quantidade de agroindústrias identificadas
Panificados (pães, bolos e empadão)	7
Bolachas	5
Farinha de Mandioca e beiju	3
Conservas (maxixe, pupunha, etc)	3
Derivados de leite (queijo, iogurte, sorvetes)	3
Mandioca congelada	2
Banana passa	2
Pimenta em conserva	2
Doces e compotas de frutas	2
Nhoque de Mandioca	1
Abobora Congelada	1
Poupa de maracujá	1
Derivados da cana (açúcar, rapadura e melado)	1

FONTE: O AUTOR (2016);

Em relação à estrutura física das unidades produtivas, buscou-se através da entrevista e da observação nas propriedades verificar se a agroindústria fica anexa a casa, ou seja, dentro da própria cozinha do agricultor, na sua varanda ou então se foi construída em um espaço próprio especificamente para a finalidade, totalmente independente da casa. Perguntou-se também se utiliza a agroindústria para atividades domésticas ou exclusivamente para produção para a comercialização (TABELA 24).

TABELA 24 – TIPO DE ESTRUTURA DAS AGROINDÚSTRIAS ENTREVISTADAS

Tipo de estrutura	Quantidade de produtores
Estrutura separada da casa, construída especificamente para a comercialização	8
Anexa a casa, mas construída ou reformada especificamente para a comercialização	2
Fica dentro da casa ou em um anexo, dividindo o espaço com as funções domésticas	3
Separada da casa, mas com estrutura precária	1
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Constatou-se que o tipo de estrutura está ligado às condições socioeconômicas dos produtores, à composição familiar, à importância da produção agroindustrial na composição da sua renda e à forma que se inserem no mercado. Considerando a estrutura física das unidades produtivas, pode-se dividir as famílias em dois grupos:

O primeiro grupo é formado por produtores que possuem suas unidades produtivas anexas à casa ou até mesmo usam a estrutura de sua cozinha doméstica como agroindústria. Alguns não possuem alvará de funcionamento por não atender às normas da vigilância sanitária e por isso comercializam seu produto apenas para vizinhos e nas feiras. São no geral famílias pequenas, o casal de idosos e o filho/filha/neto/neta, por isso a produção agrícola exerce função complementar na composição de sua renda (FIGURA07 e FIGURA08).

O segundo grupo é constituído por agroindústrias mais estruturadas, construída ou adaptada para especificamente para a atividade comercial. Já se inserem a partir de canais com mais exigências como o PNAE e estabelecimentos comerciais, além das diversas feiras (FIGURA 09 e FIGURA 10).

FIGURA 07 – AGROINDUTRIA DE
COMPOTAS



FONTE: O AUTOR (2016)

FIGURA 08 – AGROINDÚSTRIA DE
DERIVADOS DE CANA DE AÇUCAR



FONTE: O AUTOR (2016)

FIGURA 09 – AGROINDÚSTRIA DE PÃES E BOLOS



FONTE: O AUTOR (2016)

FIGURA 10 – AGROINDÚSTRIA DE PÃES E BOLOS



FONTE: O AUTOR (2016)

Quando questionados se desejam realizar modificações em suas unidades produtivas, metade deseja realizar modificações, para aumentar sua produtividade (novos equipamentos que demandam menos tempo), novos produtos (fornos específicos ou divisão de áreas produtivas para produtos distintos) ou para aumentar a capacidade de produção (TABELA 26).

TABELA 26 – MODIFICAÇÕES DESEJADAS PELOS PRODUTORES EM SUAS AGROINDÚSTRIAS

Modificação que deseja realizar	Quantidade de produtores
Não deseja realizar modificações	6
Construção/reforma para se adequar as normas da ANVISA	2
Construção, aquisição de equipamentos para produção de novos produtos ou verticalização da produção	3
Construção/ aquisição de equipamentos para ampliar a produção ou melhorar a produtividade	2
Não soube responder	1
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Em relação à inovação (TABELA 27), a maior parte dos entrevistados não considera ter inovado em algum produto ou ter realizado modificações na forma de produzir. Houve também iniciativa de lançar novos produtos que não foram continuados em virtude da baixa aceitação do mercado.

TABELA 27 – INOVAÇÕES ELENCADAS PELOS PRODUTORES

Mudanças implementadas	Quantidade de produtores
Não implementou nenhuma mudança	11
Fez novos produtos, mas não deu continuidade	2
Adquiriu novos equipamentos	1
Total	14

FONTE: O AUTOR (2016)

Segundo Pecqueur (2005, p.13), a criação de tecnologias é caracterizada por um processo mobilizador de recursos específicos que “provém de uma dinâmica cognitiva sinônima de uma aprendizagem interativa”. Dessa forma, pode-se atribuir a ausência de inovação à forma de interação dos produtores e ao contexto institucional incipiente para organizar recursos e promover aprendizagem. Nos vínculos multilaterais, a orientação das organizações de apoio é no sentido de garantir mercados consumidores e formalizar os empreendimentos. Já nos vínculos horizontais, tanto ligados a espaços de participação quanto a parcerias entre produtores, podemos atribuir a pouca inovação também à incipiente interação produtiva dentro das comunidades e à presença de laços fortes. Conforme apontado na TABELA 23, dos quatorze entrevistados, apenas quatro realizam algum tipo de parceria com vizinhos e 3 apenas com familiares. Os relatos dos produtores apontam que essa interação acontece com os mesmos parceiros, pessoas com quem mantêm vínculo há anos, até mesmo na contratação de mão-de-obra, os produtores afirmaram trabalhar sempre com as mesmas pessoas. Os laços fortes prejudicam a disseminação do conhecimento e, portanto processos de inovação, como aponta Granovetter (1973):

Debemos pensar que, ya hay resistencia mayor a una actividad arriesgada o desviante que a una normal y segura, um mayor número de personas tendrá que exponerse a ella y adoptar la em los primeros pasos antes de que se extienda en una reacción em cadena. Los individuos com muchos vínculos débiles, según mis argumentos, están mejor situados para difundir una innovación tan difícil, ya que algunos de estos vínculos son puentes locales (GRANOVETTER, 1973 p.8).

Dessa forma, segundo o autor, é fundamental a presença de sujeitos que desempenhem a função de “link”, ou seja, sujeitos com laços fracos, mas numerosos, para a difusão tecnologias novas e mais arriscadas.

Para verificar a relação da produção com a base de recursos naturais, patrimônio natural, buscou-se averiguar quais produtos são derivados de culturas locais (TABELA28).

TABELA 28 – CULTURAS LOCAIS NA PRODUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS

Matéria prima local dos produtos das agroindústrias	Quantidade de produtores
Mandioca	7
Milho	3
Palmito	2
Banana	1
Cana de açúcar	1
Outros	3

FONTE: O AUTOR (2016)

A matéria prima mais utilizada é a mandioca que, segundo Leandro (2007 p.264), é produzida historicamente no litoral (e no território brasileiro) devido à facilidade de cultivo, que não exige tanto dispêndio de trabalho ou insumos e apresenta alta produtividade no uso do solo: “Além de assentadas em terreno propício, a cultura de mandioca não demandava grandes cuidados, era de fácil trato a todo e qualquer lavrador que encontrasse um quinhão de terra para com ela trabalhar”.

Por outro lado, Buzatto (2009) considera que as populações da face leste do PNSHL oferecem mais pressão sobre os recursos abióticos, como o solo e água. O autor considera como maior ameaça de riscos ao meio ambiente os cultivos no sopé da serra, como banana e mandioca, visto que essas culturas ou práticas de cultivo podem ser degradantes ao solo e água.

Denes (2006) destaca que as atividades que mais exercem pressão sobre o parque, nessa região, são o plantio de arroz, devido a construção de valas de drenagem, utilização de agrotóxicos no cultivo da banana e em virtude de desmatamentos. A única agroindústria que a autora constatou na região, e que causou impactos significativos ao meio ambiente local, foi um abatedouro no Morro Inglês:

“Em uma das saídas de campo foi verificado, próximo ao Morro Inglês, a existência de um abatedouro o qual dispensava grande quantidade de carcaças dos bubalinos e bovinos nas margens do rio que fica ao lado do estabelecimento. O rio poluído é afluente do rio Guaraguaçu, o qual é utilizado pela Sanepar para o abastecimento de Pontal do Paraná. A denúncia desse fato foi direcionada para o IAP e a Polícia Florestal que multaram o dono do abatedouro e o ordenaram a realizar a retirada das carcaças. (DENES, 2006 p.63)

Buscando identificar algumas transformações produtivas, perguntou-se quais produtos processados nas agroindústrias tiveram sua produção abandonada. Através dessa questão, foi possível identificar alguns elementos que frustram o

desenvolvimento da agroindústria local. Os produtos processados que foram citados como principais produtos que os produtores deixaram de fabricar foram os derivados de banana, carnes, embutidos e derivados de leite (TABELA 29).

TABELA 29 – PRODUTOS PROCESSADOS ABANDONADOS PELOS PRODUTORES

Produtos que deixaram de ser fabricados pelos produtores	Quantidade de produtores
Carnes, embutidos e derivados de leite	4
Processamento de banana	4
Macarrão e bolachas	2
Beiju	1
Cachaça	1
Café	1

FONTE: O AUTOR (2016)

Um aspecto interessante é que todos os entrevistados já se envolveram com a produção animal, ou possuem animais, mesmo que para o auto consumo, o que pode constituir-se como um recurso escondido. Conforme o QUADRO 7 e TABELA 29, a produção animal e os produtos processados de origem animal são as respostas mais citadas pelos entrevistados quando questionados quais atividades já foram desenvolvidas e abandonadas. Os principais motivos foram o alto custo com ração e veterinário, ausência de abatedouro na região, dificuldade com escoamento e excesso de tempo dispendido no trato com os animais. O abatedouro citado por Denes (2006) foi relatado também pelos produtores da região. A construção de um abatedouro na região, segundo relatos, estaria ligada a uma cooperativa, entretanto, a falta de apoio técnico e de articulação do grupo frustrou o empreendimento. Podemos inserir nesse rol de dificuldades a falta de uma gestão adequada dos resíduos, o que gerou problemas ambientais, conforme o relato de Denes (2006)

Houve relatos de dois produtores que buscaram a certificação como produtos orgânicos e não a obtiveram devido aos vizinhos que fazem uso de insumos químicos. Dois outros produtores disseram usar esse tipo de produto para aumentar sua produtividade, compensando a dificuldade de mão de obra e restrições de desmatamento.

4.4 DIMENSÕES HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TÉCNICA: SÍNTESE CONCLUSIVA

A produção agroindustrial nas colônias rurais de Paranaguá é caracterizada principalmente como uma atividade complementar na renda das famílias e uma alternativa para agregação de valor da produção, como resposta às restrições ambientais (necessidade de aumentar a produtividade dos recursos naturais) e esvaziamento da mão de obra da região (necessidade de aumentar a produtividade do trabalho). As unidades produtivas são marcadas pela informalidade na gestão e baixa escala de produção, por isso não podem ser consideradas em termos de importância financeira ou volume de produção, mas sim em critérios sociais e ambientais, como preconiza a justificativa do enfoque de SIAL (MUCHNIK, 2006).

A região é marcada pelas contrariedades em que está inserida a cidade de Paranaguá, como salientado por Adrignetto e Marchioro (2002). Este município, ao mesmo tempo em que possui uma vocação natural à preservação do meio ambiente devido à sua baixa aptidão agrícola e característica dos ecossistemas, por outro lado, devido a sua trajetória histórica e atividade portuária desempenha o papel de polo regional, com alta taxa de crescimento demográfico. Essa contradição é sentida pelos moradores e é evidente em suas falas (tanto nas entrevistas quanto nas reuniões). Nos relatos, são feitas críticas a ausência de um planejamento de desenvolvimento rural em Paranaguá que integre as diversas instituições (vigilância sanitária, SEMAPA, ICMBIO). Para os entrevistados, a incoerência do Estado é evidente quando, por um lado, há o incentivo à produção através de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de outro há pressão exercida pelas restrições ambientais, precariedade da estrutura pública e até mesmo problemas ligados a regularização fundiária.

Verificou-se na categoria histórica a formação desse território e seus processos territoriais que podem ser analisados sob diversas óticas: na perspectiva de território simbólico-cultural; na perspectiva jurídico-política e; na perspectiva de territórios múltiplos (HAESBAERT, 2008).

Em relação à identificação dos atores envolvidos direta e indiretamente com as atividades produtivas através dos vínculos verticais, horizontais e multilaterais dos empreendimentos, constatou-se que os atores mais expressivos nos vínculos verticais são o poder público, através do PNAE, e os clientes das feiras. Os atores menos expressivos foram os super mercados da região e os moradores das colônias que compram produtos de vizinhos. Nos vínculos multilaterais identificou-se como principais atores a EMATER, o Banco do Brasil, a Aprumpar, a Secretaria Municipal

de Abastecimento, Pesca e Agricultura da prefeitura de Paranaguá (SEMAPA), o PNSHL e a Motirõ Sociedade Cooperativa. Nos vínculos horizontais identificou-se algumas iniciativas para problemas históricos, como o Movimento Rodoviva, e a articulação em espaços formais e informais, como as ações ligadas à associação (reuniões e a caminhada da natureza) e a festa da Colônia Maria Luiza

No que se refere às formas de proximidade (BOUCHER, 2006), a proximidade organizacional mostrou-se mais evidente na articulação dos atores do que a geográfica. O comportamento dos atores é pautado principalmente pela relação com os vínculos verticais, principais responsáveis por garantir a permanência dos produtores na região, destacando-se aqui as feiras e o PNAE.

Os aspectos ligados a dimensão tecnológica são muito influenciados por esse tipo de proximidade, os vínculos verticais se demonstraram como vetores de formalização e pautam as atividades produtivas. Observou-se que, quanto mais organizado o canal de comercialização acessado pelo produtor, menor sua variedade de produtos e menor a chance dele inovar. Verificou-se quase uma escala evolutiva nesse aspecto, que começa com a venda para vizinhos até chegar aos super mercados da região. Obviamente a trajetória de cada agroindústria não passa necessariamente por essa escala, não é uma evolução linear, mas foi estabelecida com base nas observações e relatos dos produtores, essa categorização é importante para propor estratégias ou políticas distintas:

- i) Agroindústrias informais, sem alvará de funcionamento, não adequada às normas da ANVISA, geralmente a estrutura construída anexa à casa quando não na própria cozinha dos produtores. Iniciam suas atividades em um mercado doméstico, para os vizinhos ou para o autoconsumo, há uma inserção na feira, mas que ainda não desempenha um papel importante no escoamento da produção. Os quatro produtores entrevistados que podem ser classificados nesse grupo têm como principal preocupação, ou construir uma nova estrutura, ou adequar a estrutura já existente para se inserir nas feiras e/ou PNAE. A produção é caracterizada pela descontinuidade, pela variedade de produtos e pela experimentação de novos produtos e técnicas produtivas, as formas de aprendizado desses produtores foram as mais diversas (vídeos na internet, visitas às outras unidades produtivas, conversas, etc.);

- ii) As agroindústrias formais, inseridas tanto nas feiras quanto no PNAE. A maioria possui alvará de funcionamento, com estrutura construída ou reformada especificamente para a atividade. Utilizam mais mão de obra, apesar de manter alguma variedade na produção, já relatam o abandono de alguns produtos visando aumentar a produtividade da sua unidade produtiva. Dos sete produtores entrevistados nesse grupo, apenas um deseja realizar modificações em sua unidade produtiva;
- iii) Agroindústrias formais, com escala de produção maior que as demais e com uma variedade de produtos bem restrita, no máximo três. Das três unidades produtivas desse grupo, duas não se inserem mais em feiras e no PNAE, apenas em supermercados. Nessas agroindústrias, acredita-se que o excesso de canais de distribuição as levou a dispendar mais tempo na comercialização e passaram a focar em um ou poucos produtos.

A existência de formas de proximidade geográfica sob o enfoque histórico do território (BOUCHER, 2006), foram analisadas ao relacionar-se a categoria histórica (MUCHNIK, 2012) à perspectiva simbólico-cultural do território ou território apropriado (HAESBAERT, 2007). Buscou-se relacionar a ausência de laços fundados na trajetória histórica da região (como manutenção de produtos típicos ou práticas vinculadas à cultura italiana), às diferenças ambientais entre a região de origem das primeiras remessas de imigrantes italianos (regiões de clima frio e seco) e do Litoral do Paraná (de clima quente e úmido). Isso gerou o abandono da maior parte dos primeiros colonos da região. Acredita-se que esse fator, somando a uma política migratória problemática (evidenciada na carta enviada de Lamenha Lins ao governo imperial em 1876) e o período de condições precárias de trabalho e subsistência (período de “purgatório” e as condições de trabalho na construção da estrada de ferro) não geraram condições propícias para a manutenção/preservação de práticas, costumes, etc.

Apesar de essa contextualização ser importante, não se pode tomar como pressuposto a ideia de um sujeito passivo e desterritorializado (HAESBAERT, 2008), apesar das limitações metodológicas da pesquisa, as observações e entrevistas apontam que houve o diálogo dos habitantes com as culturas locais já existentes repassadas pelos índios, como a farinha e pães de mandioca (LEANDRO, 2007) ou referências indenitárias importantes para os produtores locais, como o conflito

envolvendo o nome Serra da Prata. Faz-se necessário ainda verificar a existência de mais referências e produtos através de outros métodos, em espaços não formais de produção.

A existência de proximidade geográfica ligada ao enfoque funcionalista do território (BOUCHER 2006) também foi verificada através da análise da categoria histórica do SIAL, mas dessa vez relacionando à uma perspectiva política-jurídica do território (HAESBAERT, 2008) e de território dominado (HAESBAERT, 2007). Essa proximidade se manifesta principalmente a partir das verticalidades e horizontalidades (CASTRO, 1995), discutida através das mudanças causadas pela construção da PR – 508 e da criação do PNSHL, que geraram territorialidades ligadas a diferentes fluxos na região, confirmando a afirmação de Boucher (2006) que esse tipo de proximidade, frequentemente, gera mais conflitos do que cooperação.

Essas questões remetem à perspectiva de territórios múltiplos, indicando um processo de reterritorialização flexível. Observa-se isso, além das já citadas horizontalidades (que nascem em resposta às verticalidades, com o movimento Rodoviva e a atividade turística na região) na adaptação às culturas locais como a mandioca, a banana, a produção de coxinha de mandioca e pão de mandioca, além de iniciativas locais como a Caminhada da Natureza (HAESBAERT, 2008; CASTRO, 2009).

Relacionamos o enfoque institucional do território principalmente à identificação de externalidades passivas (BOUCHER, 2006), ao verificar quais políticas públicas os produtores têm acesso: assistência técnica, o PNAE e crédito. Desses, destaca-se o PNAE e o uso de crédito, mas por estarem ligados às políticas públicas federais não podem ser consideradas como externalidades da região. Esse fator está diretamente ligado aos vínculos multilaterais (LINS, 2006), dos quais identificou-se como mais importantes o Banco do Brasil, que atua como agente de crédito via PRONAF, a EMATER, que apesar da precária estrutura de atendimento apontada pelos entrevistados auxilia no acesso dos produtores ao PRONAF, o ICMBIO através do PNSHL, a SEMAPA, que coordena o PNAE e a APRUMPAR, que atua como ponte de acesso dos produtores ao PNAE e venda de insumos mais baratos para a produção.

Outro fator ligado a externalidades passivas é a disponibilidade de mão de obra, nesse sentido verificou-se através das entrevistas e de dados secundários a

necessidade de pesquisas específicas sobre a permanência do jovem ou não na região e os fatores ligados a oferta e procura de mão de obra.

Para entender os vínculos horizontais e como a essa relação pode gerar um processo de mobilização dos atores territoriais, buscou-se identificar o capital social através de ações que apontem para a existência ou não de regras de reciprocidade ou sistemas de participação cívica (PUTNAM, 2000). Não houve evidências que apontassem para regras de reciprocidade, as relações horizontais são limitadas, restritas a parcerias entre laços fortes, o que é prejudicial para a formação de redes de cooperação, informações e difusão de tecnologias, como apontado por Granovetter (1973).

Os sistemas de participação cívica se mostraram mais potenciais para a geração de capital social em ambientes não formais de participação, como a festa da Colônia Maria Luiza. Já os ambientes formais de participação, geralmente ligados a produção ou a participação política como a associação e o conselho do PNSHL se mostram mais frágeis em virtude do sentimento de baixa eficácia política (PATEMAN, 1995). Ações potenciais nesse sentido foram desenvolvidas através da Caminhada da Natureza, onde através da ação coletiva os produtores executaram um projeto exitoso na região, alguns entrevistados apontaram esse evento como uma potencialidade, entretanto, são cautelosos ao projetar suas expectativas. Outra ação nesse sentido é o recente projeto da Motirõ denominado Organização Soberana.

Sobre a existência de qualificação via origem territorial, assim como inovações induzidas e difundidas através da estrutura social não identificou-se elementos que pudessem ancorar os produtos a uma dimensão patrimonial que exprima a identidade local (REQUIER-DEJARDINS, 2013). Além disso, observou-se que a produção é pautada pelos vínculos verticais, que desempenham o papel de vetores de formalização que determinam a maioria das mudanças tecnológicas. Não se observou mudanças na forma de produzir que não fosse ligada a exigências impostas pela vigilância sanitária.

O QUADRO 10 abaixo sintetiza os principais resultados da pesquisa ligados aos objetivos específicos.

QUADRO 10 – SÍNTESE CONCLUSIVA: DIMENSÃO HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TÉCNICA

Objetivo específico	Categorias de SIAL	Principais resultados	Noção mobilizada	Discussão realizada
<p>- Identificar e periodizar as principais transformações históricas</p> <p>- Identificar os atores envolvidos através dos vínculos verticais, horizontais e multilaterais, bem como suas formas de proximidade;</p>	Histórica e Institucional	<p>- Vínculos horizontais: Parcerias com produtores e familiares, Festa da Maria Luiza, Conselho do PNSHL, APRUMPAR, Movimento Rodoviva e Caminhada da natureza</p> <p>- Vínculos verticais: Feiras, PNAE, vizinhos e supermercados</p> <p>- Vínculos multilaterais: SEMAPA, EMATER, BB, Motirô e Aprumpar;</p>	<p>- Proximidade geográfica sob o enfoque histórico (BOUCHER 2006);</p> <p>- Território Apropriado/território simbólico cultural (HAESBAERT, 2007; HAESBAERT, 2008)</p> <p>- Capital social (PUTNAM, 2000) laços fortes e fracos (GRANOVETTER, 1973)</p> <p>Participação social (PATEMAN, 1995);</p>	<p>- Ausência (ou subordinação) de referências indenitárias comuns;</p> <p>- Constrangimentos ao empreendimento imigratório e formação de uma colônia agrícola;</p> <p>- Organização social incipiente fruto da ausência de laços horizontais fracos e sentimento de baixa efetividade política.</p>
			<p>- Proximidade geográfica sob o enfoque funcionalista do território (BOUCHER 2006)</p> <p>- Território dominado (HAESBAERT, 2007)</p> <p>Verticalidades e horizontalidades (CASTRO, 1995)</p>	<p>- Construção da PR – 508;</p> <p>- Implantação do PNSHL;</p> <p>- Presença de externalidades passivas e políticas públicas para agricultura familiar: PRONAF, PAA e Feiras.</p> <p>- Ausência de externalidades passivas: mão de obra e demografia.</p>
<p>- Caracterizar os produtos, as unidades produtivas e inovações induzidas e difundidas através da estrutura social composta pelos diferentes vínculos dos empreendimentos do entorno da PR – 508;</p>	Histórica, Institucional e técnica	<p>- Ausência de elementos de qualificação territorial dos produtos;</p> <p>- Ausência de Inovações significativas.</p>	<p>- Qualificação pelo território (REQUIER-DEJARDINS, 2013);</p> <p>- Ativação de recursos específicos (PECQUEUR, 2005);</p> <p>- Efeito clube (REQUIER-DEJARDINS, 2013) e territorialidades (HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2009).</p>	<p>- Recursos escondidos em ambientes não ligados à comercialização;</p> <p>- Diferentes territorialidades pautando a organização da Caminhada da Natureza;</p> <p>- Caminhada da Natureza como vetor de ativação de recursos e desigualdade (efeito clube);</p>
			<p>- Aprendizagem organizacional (PECQUEUR, 2005);</p> <p>- Laços fracos (GRANOVETTER, 1973)</p> <p>- Proximidade organizacional (BOUCHER, 2006)</p>	<p>- Vínculos verticais como vetores de formalização e mudança tecnológica;</p> <p>- Laços horizontais fortes não propícios para difusão da inovação;</p>

FONTE: O AUTOR (2016)

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da região do entorno da PR-508 como área do estudo, justifica-se porque essas comunidades articulam duas atividades significativas ao litoral do estado: o turismo e a agricultura. Para Estades (2003), a atividade turística no Litoral não se reverte em benefícios diretos à população local, e Deschamps *et al.* (2000) define-o como vetor de segregação sócio espacial nos municípios balneários. Além disso, a região se localiza no entorno de uma Unidade de Conservação (UC) e é o principal acesso aos municípios balneários de Matinhos e Guaratuba, evidenciando ainda mais a dimensão ambiental das atividades e a integração entre o espaço urbano e rural.

O objetivo geral desse trabalho foi de caracterizar a existência de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) no município de Paranaguá/Pr. Mais do que responder a pergunta se existe ou não um SIAL na região, a análise das atividades precisa considerar que as relações são dinâmicas e passam por transformações constantes, o desafio consiste em identificar a realidade em movimento. Apesar de utilizar métodos de coleta de dados que remete a uma preocupação em identificar processos em vez de representar objetos (como as observações em reuniões e entrevistas semiestruturadas), a presente pesquisa parte de categorias de análise estabelecidas *a priori*. Existe o pressuposto de que o objeto pesquisado esteja bem estabelecido antes, durante e depois da pesquisa, o que gera uma série de limitações de análise se considerar que essa realidade está em constante movimento. Dessa forma, não se pretende que as considerações finais sejam conclusões peremptórias da realidade local, assim como diretrizes de ações, que partem de uma perspectiva de desenvolvimento de caráter prescritivo.

A perspectiva de SIAL no presente trabalho é de um enfoque, uma forma de abordar a presença de recursos específicos do território ou de evidenciar recursos e ativos. A noção de SIAL permitiu abordar, em uma só grade de análise, vários conceitos que se relacionam ao desenvolvimento territorial sustentável, que dificilmente poderiam ser abordados sem um “fio condutor”, ou seja, um conceito que os unificassem.

Através da pesquisa pode-se constatar que não há elementos suficientes que caracterizem um SIAL na região, pelo menos não de forma consolidada, entretanto, há evidências que remetem a uma articulação territorial que pode ser ativada

através da abordagem de SIAL. Essas evidências podem ser elencadas a partir das seguintes noções mobilizadas pela abordagem de SIAL:

- A qualificação de produto via origem territorial: foi apontado que há uma proximidade organizacional de produtores e consumidores. No caso da venda direta ao consumidor final, essa proximidade está ligada ao espaço das feiras, destacando-se a feira da igreja matriz, que em mais de vinte anos de atividade criou laços e aproximou produtores e consumidores, apontadas em diversas falas como “compram porque já conhecem o produto”. Existe também uma imagem vinculada à pequena produção (produção em pequena escala, caseira, sem aditivos químicos), mas sem vínculo com alguma característica específica/particular desse território, como uma identidade cultural ou laços materiais. Nesse sentido, fazem-se necessárias pesquisas específicas identificando as relações nesses circuitos curtos quanto à possibilidade de qualificação de produtos via origem territorial.

No caso de mercados organizacionais, o mais expressivo são os programas de compras governamentais, a proximidade se dá através de um vínculo formal com a associação. Ao que tudo indica, esse vínculo é o principal responsável por manter a associação ativa apesar da baixa participação. É evidente a importância desses programas para a fixação das famílias na região. O seu papel de vetor de formalização acontece através de duas frentes, por um lado utiliza um instrumento coercitivo condicionando o acesso dos produtores ao programa à adequação da sua estrutura produtiva à legislação vigente e por outro lado a garantia de venda permite ao pequeno produtor arcar com os custos dessa adequação. Gera-se aí um círculo virtuoso quando se conjuga essas duas frentes ao acesso ao crédito rural, isso é evidente quando se observa o tempo de existência das agroindústrias, metade dos entrevistados construiu suas unidades há menos de três anos. Por outro lado, fica quase que inviabilizado a qualificação via origem territorial ou a difusão de inovações através desse programa, uma vez que determina previamente as características técnicas que os produtos devem seguir. O passo seguinte que algumas agroindústrias seguiram foi a venda para supermercados da região, o que levou a um produto ainda mais padronizado (principalmente a mandioca congelada), menos variedade e maior escala. Isso nos leva a crer que, assim como no caso da Quarta Colônia, quanto mais organizado o mercado em que se inserem, mais homogêneos ficam os produtos, perdendo suas especificidades. Nesse sentido

reside um desafio: como potencializar os recursos escondidos via o mercado que está posto?

- Vínculos com a base de recursos territoriais: Observou-se a existência de vínculos materiais, evidentes principalmente na produção de derivados de mandioca, mas não há, pelo menos na produção agroindustrial, a noção de patrimônio ligado ao território. Em relação ao patrimônio natural, as matérias primas locais são facilmente adquiridas de outras localidades. Não ficou evidente também alguma referência ao patrimônio imaterial, pelo menos não na fala dos produtores. O que se poderia considerar são os vínculos técnicos e culturais, se considerarmos o conhecimento vinculado à produção de mandioca e como os produtores se apropriaram dele. A principal vantagem locacional está ligada à proximidade organizacional, as referências às vantagens da região que os entrevistados fizeram são referentes aos acessos à propriedade de terra, crédito e acesso ao mercado (garantias de liberdades instrumentais).

- Mobilização dos atores territoriais: observou-se nos vínculos horizontais as dificuldades de mobilização em torno da associação e a ausência de laços de reciprocidade em relações difusas/multilaterais. Nos vínculos multilaterais há um ambiente institucional com dificuldades de articulação; o que se observa são projetos bem sucedidos que visam garantir acesso aos mercados (feiras e PNAE), mas ainda frágeis em prover soluções aos problemas antigos, como assistência técnica, infraestrutura, etc.

O presente trabalho identificou indícios de uma riqueza de diversidade de produtos produzidos no seio das famílias, ou seja, para o consumo doméstico. Nesse sentido, faz-se necessário um trabalho de identificação ou resgate de saberes ligados à alimentação dessas famílias para identificar possíveis recursos escondidos. Para isso, faz-se necessário lançar mão de um método processual, ou seja, um método de investigação em sintonia com o caráter processual das transformações territoriais e sua influência sob os saberes ligados (ou que poderiam ser ligados) à atividade agroindustrial.

Nesse sentido, uma possível ação seria analisar se há a venda de produtos alimentares que podem ser considerados típicos na festa da Colônia Maria Luiza. A festa é um ambiente ainda mais profícuo para futuras pesquisas, se considerada como um espaço de sociabilidades, configurando-se uma oportunidade de identificação não só de produtos e saberes, mas de referências identitárias e

potencial espaço para o fortalecimento do capital social e teste de inovações em produtos.

Há também a Caminhada da Natureza como espaço em construção de emergência de relações culturais intra-comunidade e extra-comunidade. Em uma das observações, uma produtora relatou o interesse em vender nhoque de mandioca durante a Caminhada da Natureza, produto até então fabricado apenas para o consumo de sua família, que poderia ser explorado comercialmente. Esse interesse demonstra que o evento pode simultaneamente: evidenciar e ativar recursos específicos e ser um espaço de experimentação de vendas de novos produtos, uma espécie de “laboratório” de inovações.

Já direcionando para as diretrizes de ação para a promoção do ecodesenvolvimento se faz necessário um discurso que mobilize as diversas territorialidades em torno dos recursos específicos. Essa ação implica em questionamentos ligados simultaneamente a duas dimensões de sustentabilidade presentes no ecodesenvolvimento: a dimensão social e a dimensão cultural. Ao especificar ativos específicos como elemento de diferenciação de produtos, qual seria o impacto do “efeito clube”? Quais novas territorialidades seriam geradas e quais seriam seus impactos sobre a imagem construída do território pelos consumidores, pelas instituições e dos atores territoriais?

Além da possibilidade de desigualdades geradas pelo “efeito clube”, há também um conflito latente que reside na implicação da mudança de perspectiva do poder público sobre o território decorrente da ativação de recursos via mercado. Acredita-se que, mesmo que ocorra um processo desse tipo na região, não haveria um rompimento com a visão de dominação de um território funcional pelo poder público, pelo contrário. Uma evidência que aponta para a existência desse conflito é em relação à conservação das estradas vicinais. A infraestrutura de acesso é um problema que apareceu em toda a pesquisa (nas entrevistas, na análise documental e nas observações), é também um problema histórico, queixas sobre as condições de acesso remetem ao período de fundação das colônias. Isso gera, não só prejuízos financeiros, mas também um sentimento de marginalização por parte dos produtores, a palavra “abandono” foi frequente nas reuniões e nas entrevistas. Durante a reunião de planejamento da Caminhada da Natureza, quando estavam presentes representantes de várias instituições, inclusive secretaria de obras da prefeitura, a questão das estradas foi levantada e a prefeitura garantiu que até a

data do evento as melhorias seriam feitas para garantir o acesso dos participantes. Isso gerou constrangimento por parte de alguns dos presentes que questionaram a intencionalidade da ação do poder público que, nessa situação, levou os participantes a crer que a valorização do seu território se dá apenas pela sua funcionalidade, o seu valor é o valor de troca como potencial turístico.

A reflexão aqui vai de encontro à ideia de um discurso que unifica diferentes identidades socioculturais “em uma perspectiva diferenciadora do território diante de seu exterior” (SILVEIRA *et al.*, 2011 p. 373). O impacto cultural negativo reside no caso desse discurso apenas cooptar a imagem do território e atribuir-lhe um novo valor através do mercado, sem considerar a plena realização das pessoas que ali residem: a “qualidade das relações humanas, respeito a diversidade cultural, ou se prefere, a implementação de um sistema social considerado satisfatório”, que segundo Sachs (1986, p.16) são partes integrantes do conceito de ecodesenvolvimento.

O processo de mobilização de identidades é deliberado e dialógico, ou seja, implica em outra perspectiva de pesquisa e intervenção, mais orientada à pesquisa-ação, por exemplo.

Uma questão central ao desenvolvimento da região vai de encontro às queixas ligadas a problemas que, os registros históricos levam a crer que persistem na região há mais de 140 anos, como infraestrutura, principalmente condições da estrada, a falta de assistência técnica e dificuldade para o cultivo (terras encharcadas, formigas, etc.).

A necessidade de assistência técnica, tanto no cultivo quanto no processamento, se relaciona diretamente com a dimensão ecológica da sustentabilidade no ecodesenvolvimento. Como relatado por um entrevistado, o uso de defensivo está ligado à necessidade de aumentar a produtividade frente às restrições à abertura de novas áreas.

Dessa forma, a viabilidade de agroindustrialização da produção e condições de diversificação da produção é fundamental para reduzir a pressão sobre a base de recursos naturais, uma vez que agrega valor ao produto e permite ao produtor obter maior renda em uma menor área agricultável. Cita-se como exemplo o caso da produção animal, que por questões técnicas e institucionais não encontra viabilidade de produção formal/legalizada. Nesse sentido existe mais uma frente de possível

pesquisa dessa atividade como estratégia de desenvolvimento da agroindústria familiar da região.

Por fim, a sistematização das experiências evidencia a aplicabilidade da noção de SIAL e sua capacidade de mobilizar vários conceitos e, por outro lado, explicita algumas contradições. Para além da necessidade de fortalecer os vínculos horizontais e de ativar recursos específicos, esse referencial permitiu refletir sobre as implicações desse processo. Ao mesmo tempo em que pretende ser uma ferramenta metodológica de combate à pobreza via mercado, sensível aos impactos na dimensão cultural, espacial e ambiental, por vezes, acaba por reproduzir as desigualdades as quais se propõe superar.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010.** 298 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná Setor de Ciências da Terra – UFPR, Curitiba/PR, 2011
- ABROMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, vol. IV n° 2, p. 379-397, abril/junho 2000. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>
- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan.-jun. 2008.
- AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: Estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS.** 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ANDA BRASIL. **Como organizar?** Disponível em: <http://www.andabrasil.com.br/pt-br/organizar/como-organizar> acesso em 08/02/2016
- ANDRIGUETTO, José Milton; MARCHIORO, Nilson de Paula XAVIER. Diagnóstico e Problemática para Pesquisa IN: RAYNAUT, Claude *et al.* **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade.** Curitiba: ed. UFPR, 2002 p.159-194
- BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P. e WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná.** 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BIGARELLA, João José. **Matinho: homem e terra - reminiscências...** 3. ed. Curitiba, PR: Fundação Municipal de Curitiba, 2009.
- BOUCHER F. e GONZALEZ J. A. R. **Guia metodologica para la activacion de sistemas agroalimentarios localizados.** Talplan – Mexico: IICA, CIRAD y REDSIAL Mexico-Europa. 2011.
- BOUCHER, François. Agroindustria rural y sistemas agroalimentarios locales: Nuevos enfoques de desarrollo territorial. IN: III Congreso Internacional de la Red SIAL “Sistemas Agroalimentarios locales” Alimentación y Territorios “ALTER 2006” Baeza (Jaén), España, 18 – 21
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome, novembro/2012. Disponível em <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BORSATTO, R. S. *et al.* **Problemas Agrários do Litoral Paranaense**: Abordagem Histórica. Scientia Agraria, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430, 2007.

BUZZATO, Adriano César. **As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no litoral sul do Estado do Paraná**. 2009. 61f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós- Graduação em Geografia.

CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. *et al.* **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. IN: CASTRO, Iná Elias de (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.p. 117-141.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade**: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológica econômica. São Paulo: Estudos Avançados, v. 26, n 74, p. 35-50, 2012.

CAVANHA, Jussara Nena. **Colônia Alessandra**. Curitiba: Progressiva, 2012.

DENES, Franciele. **Caracterização da Pressão Antrópica no Parque Nacional Saint-Hilaire/Langue (Litoral do Paraná)**. 2006. 120f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

DENARDIN, Valdir Frigo; SULZBACH, Mayra Taiza. Agroindústria familiar no litoral paranaense: o caso das farinheiras. In: DENARDIN, Valdir Frigo *et al.* **Litoral do Paraná**: reflexões e interações. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011, p. 50-70.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene; SULZBACH, Mayra Taiza. Farinheiras no Litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado: SIAL Farinheiras. IN: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Orgs.). **Farinheiras do Brasil**: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2015. p. 197 - 217

DESCHAMPS, *et al.*. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul/dez. 2003.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento IN: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83

FLORES, M. X. Desenvolvimento territorial rural: uma proposta de estudo para o apoio à formulação de políticas públicas. IN: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.p 159-177

FILHO, Jair do Amaral. Sistemas e arranjos produtivos locais. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília n. 36,p. 171 – 212, jan./jun. 2011

FOLADORI, G. **Os limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FOUNIER, Stéphane; MUCHNIK, José.El enfoque “SIAL” (Sistemas Agroalimentarios Localizados) y la activación de recursos territoriales. **Agroalimentaria**. Mérida, Venezuela, vol. 18, nº 34,p.133-144,Janeiro-junho 2012

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; VENDRUSCOLO R..Território da quarta colônia/RS: Patrimônio, cultura, gastronomia em Foco. IN: FIRKOWSKI, O. L. C. de F.**Transformações territoriais**: experiências e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 169 – 191.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Brasília, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004

_____. **O mito do desenvolvimento**. Paz e Terra, 6º ed. 1983, Rio de Janeiro.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. rev. pelo autor. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 2, v. 27,out. 2006 p. 301-324.

GEORGESCU-ROEGEN, N. A lei da entropia e o problema econômico. IN: GRINEVALD, J. RENS, I. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Senac, 2012. p. 55-71.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANOVETTER, Mark S. **The strength of weak ties**. Chicago. American Journal of Sociology.vol 78, nº 6.1973. p. 1360 – 1380. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/pecar/Articulos/GRANOVETTER2.pdf>>

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: Produção e institucionalização das ideias. 280 f.. Tese (Doutorado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais

(ICHS/DDAS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2012

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

_____. Dos múltiplos territórios à territorialidade. IN: HEIDRICH, A. L. *et al.* (Orgs). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

IBGE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Brasília, 02 de Maio de 2011. Disponível em: http://kairos.srv.br/maringa/perfil_extrema_pobreza.pdf

_____. **Sinopse do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> acesso em 02/01/2016

_____. **Sinopse Preliminar Censo Demográfico 2000**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf> acesso em 02/01/2016

KAKUTA, S. M. *et al.*. **Indicações geográficas**: guia de respostas. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

KROETZ, Lando Rogerio. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. 262 f..Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.1985

LATOUCHE, S. O decrescimento. Por que e como? IN: LÉNEA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 45-54

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no Litoral do Paraná. **Revista Brasileira história**, São Paulo, n° 54, vol 27. 2007. p. 261 – 278.

LINS, H. E. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **RER**, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 44, abr/jun 2006, p. 313-330.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico Local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LUNDY, M. *et al.* **Diseño de estratégias para aumentar la competitividade de cadenas productivas com productores de pequena escala**. Bolívia: Centro Internacional de Agricultura Tropical – CIAT, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

MOTIRÕ. **Estatuto da Motirõ Sociedade Cooperativa**. Matinhos, 2009. Disponível em: <http://www.motiro.org/component/k2/item/4-estatuto-da-motiro-sociedade-cooperativa.html> acesso em 03/03/016

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: III CONGRESO INTERNACIONAL DE LAREDESIAL: ALIMENTACIÓN Y TERRITÓRIOS. Baeza, España. 18-21 octubre 2006.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UNB, 2007.

MÜLLER, A.L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S..A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro v. 20, p139 - 157, 2012.

NORONHA, E.G.; TURCHI, L. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília, Ipea, Março de 2005.

PARANÁ. Secretaria de Infraestrutura e Logística. Departamento de Estradas e Rodagens. **História**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em 12/06/2015.

_____. Secretaria de Infraestrutura e Logística. Departamento de Estradas e Rodagens. **PR-508 - Alexandra – Matinhos**. Disponível em <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>>. Acesso em: 12/06/2015

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Mapa da Zona Colonizada do Estado do Paraná**. Curitiba. ITCG, 1892. Escala 1:400.000. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/livro_mapas/mapa1892.pdf>

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Mapa Topográfico da Província do Paraná**. Curitiba. ITCG, 1881. Escala 1:1.800.000 Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/livro_mapas/mapa1881.pdf>

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Mapa Divisão Política do Paraná 2010**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/divisao_politica_2010.jpg>

PARANAGUÁ. Universidade Federal do Paraná; Fundação da Universidade Federal do Paraná. **Plano diretor de desenvolvimento integrado**. Paranaguá, 2006.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. Apresentação IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

POMÉON, Thomas; FRAIRE, José A. **Atlas SIAL: Un Enfoque para el Desarrollo Territorial**. IICA – México: IICA, CIRAD, 2011.

PUTNAN, Robert D. Capital social, confiança e associações de crédito rotativo. IN: **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

QUADROS, Juliana *et al.*. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Brasília: **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, set/dez 2015

REQUIER-DESJARDINS, D. Sistemas Agroalimentares Localizados e Qualificação: Uma Relação Complexa. **INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, Jul./Dez. 2013

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Distrito Federal: Embrapa, 2002, p. 21-37.

SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluído em países menos desenvolvidos. IN: _____. **Desenvolvimento: incluído, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 69 - 109

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, nº. 51, p. 99-121, fevereiro/2003

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, P. R. C. *et al.* Identidades Socioculturais e Sistemas Agroalimentares Localizados: o percurso da Quarta Colônia, RS – Brasil. IN: FROEHLICH, J. M. **Desenvolvimento territorial: Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: ed. Unijuí, 2011. p. 353 – 383.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, Jun. 2005 . Disponível em: <http://goo.gl/HJ0Frj>

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**.ed. 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WILKINSON, John. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. Campinas: Unicamp, 2003.

APENDICÊS 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA

1. Identificação/ Dados Socioeconômicos

1 - Nome:

2 - Idade:

3 - Local de residência:

4 - Além da agroindústria, existem outras fontes de renda da família? quais são e qual a sua importância para a renda familiar?

Fonte de renda	Importância na composição da renda familiar (%)
Agroindústria	
Aposentadoria/ Pensão	

5 - Quantas pessoas trabalham na propriedade?

Roça: n° ___ Familiares n° ___ Funcionários n° ___ Diaristas

Processamento: n° ___ Familiares n° ___ Funcionários n° ___ Diaristas

Comercialização: n° ___ Familiares n° ___ Funcionários n° ___ Diaristas

6 - Composição Familiar

Vínculo (pai, mãe, filho, etc)

2. Dimensão Histórica

7-Local de nascimento

() Nasceu na região

() Outras cidades do litoral

() Outras cidades do Estado. Qual _____

() Outros estados. Qual _____

8 - Há quantos tempo reside na região? _____

9 - O que motivou sua migração ao local?

10 - Quais atividades já foram desenvolvidas e foram abandonadas? Por quê?

11 - Houve emigração de membros da família? Se sim para onde e qual a motivação?

12 - No período em que reside no local, quais as transformações/mudanças mais importantes que percebeu na região?

13 - Gosta de morar na região? () Sim () Não. Porque?

(Pergunta para animar a conversa: O que considera como os principais problemas da região?)

3. Dimensão Técnica:

3.1. Características gerais da unidade de processamento:

14 - () Alvenaria () madeira () outros

15 - Área de _____ m²

16 - Há quanto tempo existe a agroindústria? _____

17 - A agroindústria fica anexa a casa (dividindo cozinha, banheiro, varanda, etc.)? Ou foi construída em um espaço próprio (totalmente independente da casa)? Utiliza a agroindústria para atividades domésticas ou exclusivamente para produção para a comercialização?

18 - A estrutura está de acordo com as normas da ANVISA? () Sim () Não
Se não, por quê?

19 - Possui alvará de funcionamento? () sim () não
Se não, já tentou obter? Porque não conseguiu?

20 - Quais mudanças foram realizadas na agroindústria ao longo do seu tempo de existência? Por quê?

21 - Deseja realizar modificações na agroindústria? Se sim, quais e por quê?

3.2. Identificação dos produtos

22 - Quais os produtos fabricados na agroindústria atualmente?

Importância dos três principais produtos produzidos na agroindústria/ Relação com os canais				
Indique a importância dos produtos para composição da receita da agroindústria:	Volume de produção	Outras considerações acerca desses produtos/ Principais canais de comercialização	Tempo do canal	Vantagens e desvantagens do canal
Produto 1 _____ <input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Pouco importante				
Produto 2 _____ <input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Pouco importante				
Produto 3 _____ <input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Pouco importante				

23 - Quais as exigências dos atuais canais de comercialização (ex. prazos, periodicidade, normas de qualidade, etc)?
 Pode lista os demais produtos produzidos, por curiosidade.

24 - Já trocou de canais de comercialização? () Sim () Não. Por quê?

25 - Conhece seu consumidor final? O que considera importante para o consumidor na hora de adquirir seu produto?

3.3. Inovação e Saber fazer

26 - Quais produtos já fabricaram e pararam? Porque não os fabricam mais?

27 - Existe a necessidade de mão de obra qualificada para a produção de algum dos produtos?

28 - Onde aprendeu a fazer os produtos? Seus pais ou avós já os fabricavam?

29 - Realizou alguma mudança na forma de produzir os produtos? Se sim, quais, como e por quê?

30 - Considera que existe alguma diferenciação do seu produto? Se sim quais?

31 - Quais produtos produzidos na agroindústria considera típico do litoral do Paraná? Quais produtos típicos do litoral são produzidos por seus vizinhos?

3.4. Relação com patrimônio Natural

32 - Existe algum produto derivado de culturas locais (que utilize matéria prima da região como mandioca, frutas, etc.)? Se sim, Quais?

33 - Como é adquirida a matéria prima de produtos derivados de culturas locais? Qual é a sua disponibilidade? Existe alguma dificuldade para acessá-lo? (comprado, cultivado, extrativismo, se existe sazonalidade, se é abundante ou escasso, etc.).

4. Dimensão Institucional

4.1. Externalidades passivas:

34 - Qual a disponibilidade de mão de obra na região?

35 - Qual a disponibilidade de assistência técnica na região?

36 - Já adquiriu crédito? () Sim () Não. Qual a disponibilidade de crédito na região?

4.2. Vínculos verticais

37 - Existe algum produto que utilize matéria prima de fornecedores da região? () Sim () Não. Se sim, quem são os fornecedores e quais as suas principais vantagens e desvantagens?

38 - Já trocou de fornecedores? () Sim () Não. Por quê?

4.3. Vínculos Horizontais

39 - Participa de alguma associação ou cooperativa ou já frequentou alguma reunião de grupo ou coletivo (ex. igreja, CTG, associação, grupo de mulheres, conselho do parque, etc.)?

() Sim () Não?

Se Sim, quais e por quê? o que considera dessas reuniões?

Se não, Por quê?

40 - Possui algum tipo de parceria com produtores da região? Quais e como?

41 - Participa ou conhece alguma festividade ou evento na região (ex. festas, eventos esportivos, etc)? () Sim () Não. Se sim, qual e o que considera desses eventos?

4.4. Vínculos Multilaterais

43 - Quais as organizações que fiscalizam/regulam sua atividade? Como avalia o relacionamento com elas?

44 - A existência do PNSHL influencia de alguma maneira sua atividade? () Sim () Não. Se sim, como?

45 - Já procurou ou recebeu apoio de alguma instituição? () Sim () Não. Se sim, Qual apoio e a qual instituição procurou?

5. Observação Visual e/ou registro fotográfico:

Considerações sobre a estrutura física:

Considerações sobre a tecnologia empregada:

ANEXO 1 – MATRIZ LÓGICA DO PROJETO SAL (MOTIRÔ, 2012)

Objetivo Geral: Promover espaços de construção de conhecimento, para o aperfeiçoamento de pequenas agroindústrias familiares e fomento de um sistema agroalimentar localizado nas colônias São Luiz e Maria Luiza, no município de Paranaguá.	
Eixo 1. Aperfeiçoamento de pequenas agroindústrias familiares	
1.1 Realizar um diagnóstico das principais potencialidades e desafios referentes à produção, gestão, comercialização e relação com atores externos de quinze agroindústrias.	Aplicação de questionários; entrevistas semi-dirigidas aos produtores
	Elaboração de mapas de propriedade (Ferramentas de DRP)
	Realização de vivências do processo produtivo
	Aplicação de questionários; entrevistas semi-dirigidas com atravessadores, fornecedores, consumidores, comerciantes e instituições de fomento e regulamentadoras da atividade
1.2. Realizar em conjunto com as famílias a partir de suas expectativas e do diagnóstico desenvolvido um plano de metas e ações (plano de negócios) a curto, médio e longo prazo de sua atividade	Elaboração de uma matriz FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) de cada Agroindústria
	Visita para apresentação do resultado do diagnóstico da unidade produtiva para as famílias sistematizado em uma matriz FOFA.
	Construir plano de metas e ações com cada família
	Definir em conjunto com as famílias estratégias e ferramentas de gestão para viabilizar o plano de metas construído.
	Definir com as famílias um conjunto de indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das ações desenvolvidas.
1.3. Acompanhar o desenvolvimento das estratégias implementadas e cada unidade produtiva buscando avaliar e propor adequações	Realizar visitas periódicas às propriedades com o acompanhamento e ajuste das ações através dos indicadores definidos.
2. Fomento de um sistema agroalimentar localizado	
2.1. Contribuir para que a comunidade possa construir uma visão comum e compartilhada do território, fortalecendo o grupo com identidade territorial.	1º reunião com a comunidade para apresentação da equipe do projeto e do cronograma de ações.
	Duas visitas a sistemas agroindustriais de outras regiões do Brasil.
	Encontro para socialização dos Planos de Negócio elaborado por cada família
	Realização de uma reunião com a comunidade para a construção de um diagnóstico local com a apresentação de dados geográficos e dados obtidos pela pesquisa de toda a comunidade.

	Realização de uma reunião com a comunidade para discussão das diversas dimensões do território e identificação das principais problemáticas locais.
2.2. Incentivar e acompanhar a comunidade em iniciativas de promoção de desenvolvimento para região através de um planejamento de ações estratégicas conjuntas.	Realizar encontros para que o grupo elabore um plano de metas e ações a curto, médio e longo prazo a partir das problemáticas locais levantadas durante o desenvolvimento do projeto.
	Realizar uma oficina com a comunidade com o tema elaboração e gestão de projetos
	Realizar uma oficina com a comunidade com o tema planejamento estratégico.
	Criar e manter um site
	Criar quatro edições de um jornal informativo do projeto
	Reunião de avaliação e feedback